

# Diário do Legislativo de 20/05/2009

## MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho – PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana – DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique – PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Weliton Prado – PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro – PSDB

2º-Secretário: Deputado Hely Tarquínio – PV

3º-Secretário: Deputado Sargento Rodrigues – PDT

## LIDERANÇAS

### LIDERANÇA DO BLOCO SOCIAL DEMOCRATA – BSD (PSDB--PTB--PHS-PMN-PR-PRTB)

Líder: Deputado Luiz Humberto Carneiro

Vice-Líderes: Deputada Ana Maria Resende (PSDB), Deputados Ademir Lucas (PSDB) e Ronaldo Magalhães (PSDB)

### LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR SOCIAL – BPS (PV-PSB-PPS-PSC)

Líder: Deputado Inácio Franco (PV)

Vice-Líder: Deputados Wander Borges (PSB) e Rômulo Veneroso (PV)

### LIDERANÇA DO DEM

Líder: Deputado Ruy Muniz

Vice-Líder: Deputado Jayro Lessa

### LIDERANÇA DO PMDB:

Líder: Deputado Gilberto Abramo

Vice-Líder: Deputado Vanderlei Miranda

### LIDERANÇA DO PT:

Líder: Deputado Padre João

Vice-Líder: Deputado Adelmo Carneiro Leão

### LIDERANÇA DO PDT

Líder: Deputado Carlos Pimenta

Vice-Líder: Deputado Sebastião Helvécio

### LIDERANÇA DO PP

Líder: Deputado Dimas Fabiano

Vice-Líder: Deputado Pinduca Ferreira

### LIDERANÇA DO GOVERNO:

Líder: Deputado Mauri Torres (PSDB)

Vice-Líderes: Deputados Gil Pereira (PP), Neider Moreira (PPS) e Delvito Alves (DEM)

### LIDERANÇA DA MAIORIA

Líder: Domingos Sávio

LIDERANÇA DA MINORIA:

Líder: Deputado Almir Paraca

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões ordinárias – quartas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Délio BPS Presidente  
Malheiros

Deputado Ivair PMDB Vice-Presidente  
Nogueira

Deputado BSD  
Domingos Sávio

Deputado Lafayette BSD  
de Andrada

Deputado Neider BPS  
Moreira

Deputado Padre PT  
João

Deputado Elmiro DEM  
Nascimento

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Inácio BPS  
Franco

Deputado Gilberto PMDB  
Abramo

Deputado Fahim BSD  
Sawan

Deputado Mauri Torres BSD

Deputado Wander BPS  
Borges

Deputado André PT  
Quintão

Deputado Delvito DEM  
Alves

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Cecília PT Presidente  
Ferramenta

Deputado Paulo PT Vice-Presidente  
Guedes

Deputado Ademir BSD  
Lucas

Deputado Wander BPS  
Borges

Deputado Sebastião PDT  
Helvécio

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Almir Paraca PT

Deputado Maria Tereza PT  
Lara

Deputado Domingos BSD  
Sávio

Deputado Doutor BPS  
Rinaldo

Deputado Carlos PDT  
Pimenta

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Dalmo BSD Presidente  
Ribeiro Silva

Deputado Chico BPS Vice-Presidente  
Uejo

Deputado Ronaldo BSD  
Magalhães

Deputado Sebastião BPS  
Costa

Deputada Padre PT  
João

Deputado Gilberto PMDB  
Abramo

Deputado Delvito DEM  
Alves

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Ademir BSD  
Lucas

Deputado Délio BPS  
Malheiros

Deputado Célio BSD  
Moreira

Deputado Neider BPS  
Moreira

Deputado André PT  
Quintão

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputado Gustavo DEM  
Valadares

#### COMISSÃO DE CULTURA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 15 horas

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Gláucia BPS Presidente  
Brandão

Deputado Juninho BSD Vice-Presidente  
Araújo

Deputado Getúlio PMDB  
Neiva

Deputado Paulo PT  
Guedes

Deputado Vanderlei PP  
Jangrossi

##### MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Rômulo BPS  
Veneroso

Deputado Domingos BSD  
Sávio

Deputado Vanderlei PMDB  
Miranda

Deputado Sebastião PDT  
Helvécio

Deputado Dimas PP  
Fabiano

#### COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 10 horas

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PMDB Presidente  
Adalclever Lopes

Deputado Délio BPS Vice-Presidente  
Malheiros

Deputado Walter BSD  
Tosta

Deputado DEM

Deputado Gil PP  
Pereira

##### MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Sávio Souza PMDB  
Cruz

Deputado Tiago BPS  
Ulisses

Deputado Dalmo BSD  
Ribeiro

Deputado Delvito DEM  
Alves

Deputado Vanderlei PP  
Jangrossi

#### COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 9 horas

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Durval PT Presidente  
Ângelo

Deputado BSD

Deputado Antônio BPS  
Genaro

Deputado Vanderlei PMDB  
Miranda

Deputado Ruy Muniz DEM

##### MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Maria Tereza PT  
Lara

Deputado Eros BSD  
Biondini

Deputada Gláucia BPS  
Brandão

Deputado Gilberto PMDB  
Abramo

Deputada Maria Lúcia DEM  
Mendonça

#### COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INFORMÁTICA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 10 horas

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Maria DEM Presidente  
Lúcia Mendonça

Deputado Deiró BSD Vice-Presidente  
Marra

Deputado Dalmo BSD  
Ribeiro

Deputada Gláucia BPS  
Brandão

Deputado Carlin PCdoB  
Moura

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Ruy Muniz DEM

Deputada Ana Maria BSD  
Resende

Deputado Arlen BSD  
Santiago

Deputada Rosângela BPS  
Reis

Deputado Adelmo PT  
Carneiro Leão

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Zé Maia BSD Presidente

Deputado Jayro DEM Vice-Presidente  
Lessa

Deputado Lafayette BSD  
de Andrada

Deputado Inácio BPS  
Franco

Deputado Juarez BPS  
Távora

Deputado Adelmo PT  
Carneiro Leão

Deputado Antônio PMDB  
Júlio

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Mauri Torres BSD

Deputado Leonardo DEM  
Moreira

Deputado Luiz BSD  
Humberto Carneiro

Deputado Antônio BPS  
Carlos Arantes

Deputado Chico Uejo BPS

Deputado André PT  
Quintão

Deputado Ivair PMDB  
Nogueira

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Avelar	Fábio BPS	Presidente
Deputado Souza Cruz	Sávio PMDB	Vice-Presidente
Deputado Barbosa	Irani BSD	
Deputado Paraca	Almir PT	
Deputado Pereira	Gil PP	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Malheiros	Délio BPS	
Deputado Lopes	Adalclever PMDB	
Deputado Moreira	Célio BSD	
Deputado Gomes	Carlos PT	
Deputado Jangrossi	Vanderlei PP	

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Souza Cruz	Sávio PMDB	Presidente
Deputado Valadares	Gustavo DEM	Vice-Presidente
Deputado Aloise	Rêmolo BSD	
Deputado Moreira	Célio BSD	
Deputado Ulisses	Tiago BPS	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Lopes	Adalclever PMDB	
Deputado Nascimento	Elmiro DEM	
Deputado Magalhães	Ronaldo BSD	
Deputado	Luiz BSD	

Humberto Carneiro

Deputado Wander BPS  
Borges

#### COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras – 14h30min

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado André PT Presidente  
Quintão

Deputado Eros BSD Vice-Presidente  
Biondini

Deputado João BSD  
Leite

Deputado Maria DEM  
Lúcia Mendonça

Deputado Carlin PCdoB  
Moura

##### MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Padre João PT

Deputado Domingos BSD  
Sávio

Deputado Fábio Avelar BPS

Deputado Elmiro DEM  
Nascimento

Deputado Adalclever PMDB  
Lopes

#### COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 15h15min

##### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Vanderlei PP Presidente  
Jangrossi

Deputado Antônio BPS Vice-Presidente  
Carlos Arantes

Deputado Domingos BSD  
Sávio

Deputado Chico BPS  
Uejo

Deputado Carlos PT  
Gomes

##### MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Gil Pereira PP

Deputado Inácio BPS  
Franco

Deputada Ana Maria BSD  
Resende

Deputado Fábio Avelar BPS

Deputada Cecília PT  
Ferramenta

#### COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h30min

#### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Braulio BSD Presidente  
Braz

Deputado Ronaldo BSD Vice-Presidente  
Magalhães

Deputada Ana BSD  
Maria Resende

Deputado Gilberto PMDB  
Abramo

Deputado Dimas PP  
Fabiano

#### MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Lafayette de BSD  
Andrada

Deputado Ademir BSD  
Lucas

Deputado Mauri Torres BSD

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputado Pinduca PP  
Ferreira

#### COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 9h30min

#### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Carlos BSD Presidente  
Mosconi

Deputado Carlos PDT Vice-Presidente  
Pimenta

Deputado Fahim BSD  
Sawan

Deputado Doutor BPS  
Rinaldo

Deputado Ruy DEM  
Muniz

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Arlen BSD  
Santiago

Deputado Sebastião PDT  
Helvécio

Deputado Rêmolo BSD  
Aloise

Deputado Antônio BPS  
Genaro

Deputado Elmiro DEM  
Nascimento

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado João Leite BSD Presidente

Deputada Maria PT Vice-Presidente  
Tereza Lara

Deputado Rômulo BPS  
Veneroso

Deputado Tenente PDT  
Lúcio

Deputado Pinduca PP  
Ferreira

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Zé Maia BSD

Deputado Durval PT  
Ângelo

Deputado Sebastião BPS  
Costa

Deputado Carlos PDT  
Pimenta

Deputado Gil Pereira PP

COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Rosângela Reis BPS Presidente

Deputado Walter BSD Vice-Presidente  
Tosta

Deputado Ivair PMDB  
Nogueira

Deputado Elmiro DEM

Nascimento

Deputado Cecília PT  
Ferramenta

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Djalma Diniz BPS

Deputado Ronaldo BSD  
Magalhães

Deputado Getúlio PMDB  
Neiva

Deputada Maria Lúcia DEM  
Mendonça

Deputado André PT  
Quintão

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Gustavo DEM Presidente  
Valadares

Deputado Djalma BPS Vice-Presidente  
Diniz

Deputado Irani BSD  
Barbosa

Deputado Rêmol BSD  
Aloise

Deputado PMDB  
Adalclever Lopes

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Elmiro DEM  
Nascimento

Deputado Juarez BPS  
Távora

Deputado Célio BSD  
Moreira

Deputado Juninho BSD  
Araújo

Deputado Sávio Souza PMDB  
Cruz

COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras – 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Tenente PDT Presidente  
Lúcio

Deputado Eros BSD Vice-Presidente  
Biondini

Deputado Braulio BSD  
Braz

Deputado Antônio BPS  
Carlos Arantes

Deputado Carlos PT  
Gomes

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Alencar da PDT  
Silveira Jr.

Deputado Zezé BSD  
Perrella

Deputado Deiró Marra BSD

Deputado Antônio BPS  
Genaro

Deputado Cecília PT  
Ferramenta

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Sebastião PDT  
Helvécio

Deputado Luiz BSD  
Humberto Carneiro

Deputado Gilberto PMDB  
Abramo

Deputado Sebastião BPS  
Costa

Deputado Padre João PT

Deputado Gil Pereira DEM

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Carlos PDT  
Pimenta

Deputado Fahim BSD  
Sawan

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputado Inácio BPS  
Franco

Deputado Durval PT  
Ângelo

Deputado Dimas DEM  
Fabiano

## SUMÁRIO

### 1 - ATA

1.1 - 12ª Reunião Especial da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura - Destinada à Entrega do Título de Cidadão Honorário do Estado de Minas Gerais ao Exmo. Revmo. D. Walmor Oliveira de Azevedo, Arcebispo Metropolitano de Belo Horizonte

### 2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

### 3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

### 4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

### 5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

### 6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

## ATA

ATA DA 12ª REUNIÃO ESPECIAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 14/5/2009

Presidência do Deputado José Henrique

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Destinação da reunião - Composição da Mesa - Registro de presença - Execução do Hino Nacional - Palavras do Deputado Célio Moreira - Exibição de vídeo - Entrega de título - Apresentação artística - Palavras de D. Walmor Oliveira de Azevedo - Palavras do Sr. Presidente - Encerramento.

#### Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

José Henrique - Adeldo Carneiro Leão - André Quintão - Célio Moreira.

#### Abertura

O Sr. Presidente (Deputado José Henrique) - Às 20h10min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

#### Ata

- O Deputado Adeldo Carneiro Leão, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

#### Destinação da Reunião

O locutor - Destina-se esta reunião à entrega do título de Cidadão Honorário do Estado de Minas Gerais ao Exmo. e Revmo. D. Walmor Oliveira de Azevedo, Arcebispo Metropolitano de Belo Horizonte, a requerimento do Deputado Célio Moreira.

#### Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a tomar assento à Mesa o Exmo. Sr. Danilo de Castro, Secretário de Estado de Governo, representando o Governador do Estado, Aécio Neves; o Exmo. e Revmo. D. Walmor Oliveira de Azevedo, Arcebispo Metropolitano de Belo Horizonte; os Exmos. Srs. Deputado Roberto Carvalho, Vice-Prefeito Municipal de Belo Horizonte; Vereador Sérgio Fernando, representando a Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte, Vereadora Luzia Ferreira; e Gen.-Div. José Mário Facioli, Comandante da 4ª Região Militar; os Exmos. e Revmos. D. Joaquim Giovanni Mol Guimarães, Reitor da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC Minas -; e D. Aloísio Vitral, Bispo Auxiliar de Belo Horizonte; e os Exmos. Srs. Murilo Badaró, Presidente da Academia Mineira de Letras; e Deputado Célio Moreira, autor do requerimento que deu origem a esta solenidade.

#### Registro de Presença

O locutor - Registramos a presença dos Exmos. Srs. Sérgio Cavaliere, Presidente da Associação de Dirigentes Cristãos de Empresas; Cylton Brandão, Diretor da Acadepol, representando o Sr. Marco Antônio Monteiro, Chefe da Polícia Civil; Sérgio Pessoa de Paula Castro, Procurador do Estado; Flávio Augusto Barros, Secretário-Geral da PUC Minas; das Exmas. Sras. Maria Felícia Costa Carvalho, Defensora Pública; e Júnia Miranda Carvalho, Diretora da PUC TV; das demais autoridades eclesiais, bispos, abades, superiores de conventos, sacerdotes; do Exmo. e Revmo. D. Geraldo Gusmão, Bispo da Diocese de Porto Nacional, de Tocantins; e do Exmo. Sr. Vereador por Belo Horizonte Fred Costa.

## Execução do Hino Nacional

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir o Hino Nacional, na versão de Marcus Viana, que será interpretado pelo Coral da PUC Minas.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

### Palavras do Deputado Célio Moreira

Boa noite, Exmo. Deputado José Henrique, Vice-Presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, representando o Exmo. Presidente desta Casa, Deputado Alberto Pinto Coelho; Exmo. e Revmo. D. Walmor Oliveira Azevedo, Arcebispo Metropolitano de Belo Horizonte; Exmo. Sr. Danilo de Castro, Secretário de Governo, representando o Exmo. Sr. Governador Aécio Neves; Exmo. Sr. Vereador Sérgio Fernando, representando a Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte, Vereadora Luzia Ferreira; Exmo. Gen.-Div. José Mário Fiacoli, Comandante da 4ª Região Militar; Exmo. e Revmo. D. Joaquim Giovanni Mol Guimarães, Magnífico Reitor da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais; Exmo. e Revmo. D. Aloísio Vitral, Bispo Auxiliar de Belo Horizonte; Exmo. Sr. Murilo Badaró, Presidente da Academia Mineira de Letras; Exmo. Sr. Roberto Carvalho, Vice-Prefeito de Belo Horizonte, religiosos, sacerdotes, senhoras e senhores, gostaria de pedir desculpas, pois fui acometido por uma gripe muito forte. Tentarei fazer o meu discurso o melhor possível.

Quis um feliz acaso nos reservar esta data, uma noite de maio, o mês de Maria, para homenagearmos este homem, o sacerdote, o amigo de todos nós e deste Estado, S. Exa. Revma. Arcebispo Metropolitano de Belo Horizonte, D. Walmor Oliveira de Azevedo, um intelectual, mas sobretudo um missionário da fé. Um filho da Bahia, Estado que vem representado nas cores do escudo que compõe o brasão de armas definido pelo nosso homenageado, nas cores azul, vermelha e prata, matizes constantes de sua bandeira republicana vigente. E que traz também, como alegoria de Minas, berço adotivo do prelado e de sua vocação presbiteral, o triângulo vermelho da Inconfidência e da liberdade figurante no pendão mineiro. Da terra natal trouxe como herança a brandura no falar e o calor humano, características que os anos de convivência com os mineiros fizeram mesclar às nossas peculiaridades. Mas o homem que temos a honra de ter como centro de nossa homenagem é hoje um senhor do mundo, com domínio de várias línguas e culturas, que há muito vem transpondo divisas e fronteiras, em busca do saber, a serviço da inteligência e da fé. Um pastor, bispo titular de Calábria, que há cinco anos vem nos obsequiando com sua valiosa presença amiga e generosa, com sua personalidade impar, em que se mesclam a sabedoria, a simplicidade, a mansidão e a autoridade necessárias ao bom pastor de almas. Um árduo defensor da família e da vida. Tudo o que V. Exa. Revma. representa para este Estado hoje, D. Walmor, a Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais faz registrar em seus anais e torna público o reconhecimento às suas inumeráveis virtudes, aos seus feitos em favor da comunidade mineira, outorgando a V. Exa. Revma., neste 14 de maio, o título de Cidadão Honorário deste Estado.

Ao me aprofundar na trajetória do homem e do religioso que nos gratifica hoje com sua presença, ative-me à lembrança de um pensamento do poeta e dramaturgo alemão Bertold Brecht, de que "há homens que lutam um dia e são bons; outros que lutam um ano e são melhores; há aqueles que lutam muitos anos e são muito bons; mas há aqueles que lutam toda a vida, e esses são os imprescindíveis". V. Exa. Revma. se insere, inegavelmente, no seletivo grupo dos imprescindíveis. E, entre as várias demonstrações que corroboram o parecer unânime dos mineiros, destaca-se a luta de S. Exa. Revma. pela reabertura da Casa de Apoio Nossa Senhora da Conceição, no Bairro Lagoinha, que em breve estará recebendo HIV positivos em recuperação. Alguns não entenderam quando, há cerca de três anos, V. Exa. Revma. anunciou o fechamento da antiga Casa de Saúde Nossa Senhora da Conceição. A instituição não reunia condições desejáveis para funcionar, e a Arquidiocese já não conseguia arcar com o trabalho solitário somado à falta de recursos materiais. Ausente o Estado, a instituição valia-se do sacrifício da arquidiocese e da abnegada vontade de servir de um grupo de voluntários. Mas um somatório de esforços, a que eu tive a honra de me agregar, resgatou a nossa Casa de Apoio Nossa Senhora da Conceição, já reformada e com o justo apoio do Estado. Cito apenas esta entre as várias situações em que V. Exa. Revma. demonstrou clarividência, determinação e, sobretudo, amor e caridade diante da dor, do abandono, do desamparo. Uma postura a justificar o lema que, por sua escolha, vem crivado em seu brasão de armas: "para curar os corações feridos" - frase tirada do livro de Isaías. E é ao encontro dos corações feridos, dos menos afortunados, que nosso amado Arcebispo regularmente sai em peregrinação pelos presídios, vilas, hospitais, favelas, paróquias e colégios desta Capital, levando a palavra amiga, a esperança em Deus, como discípulo missionário de Jesus Cristo. Denominação que, para ele, não faz parte apenas de sua missão de vida, mas de cada ser humano que busca o bem e o amor ao próximo. Essa meia década de perfeita interação com os mineiros evidenciou em V. Exa. Revma., D. Walmor, a lucidez, a clareza de propósito, que, em resumo, busca guiar o grande rebanho mineiro no caminho da fé e da fraternidade. Não se faz ou se inventa um grande líder; ele nasce e se expande mesmo em contexto dissociado de circunstâncias, como o meio familiar, cidade de origem ou "status" escolar. A dor quase sempre tem caráter formatador de uma têmpera arrojada como a de V. Exa. Revma. Essa liderança, se somada à vocação para o serviço de Deus, como é o caso do nosso homenageado, só pode produzir grandes ações, como nos revelam os passos de sua gloriosa caminhada pastoral, iniciada em setembro de 1977, quando da sua ordenação sacerdotal.

Para melhor conhecermos nosso homenageado, vamos abrir as cortinas do passado e voltar a 28/4/54, quando nascia ele na cidade baiana de Cocos, filho de João Augusto de Azevedo e Maria Conceição Oliveira Azevedo, que bem cedo o deixaram órfão. Vindo de uma família de cinco filhos - Sandra, Conceição, Daniel e Helvécio - viveu ele em sua terra natal de 1960 a 1965. Lá cursou o primário, prosseguindo os estudos na cidade de Catité, no Seminário Diocesano São José e no Instituto de Educação Anísio Teixeira, ainda em solo baiano.

A sede de conhecimento e a vocação para o sacerdócio já se lhe manifestara bem cedo e, atendendo a um chamado interior, fez ouvidos a essa voz que lhe indicara o caminho a seguir.

Foi cursar Teologia no Seminário Arquidiocesano Santo Antônio, em Juiz de Fora, entre os anos de 1974 e 1977, e bacharelou-se na Pontifícia Universidade Gregoriana, em Roma, onde se especializou mestre em Ciências Bíblicas, no Pontifício Instituto Bíblico, mestrado concluído em 1980.

Ampliou seus conhecimentos ainda em Roma, cursando Extensão do Pontifício Instituto Bíblico na Universidade Hebraica e Doutorado em Teologia Bíblica pela Pontifícia Universidade Gregoriana.

Em 21/1/98 foi S. Exa. Revma. eleito Bispo Auxiliar da Arquidiocese de São Salvador, Bahia. Recebeu a ordenação episcopal em 10 de maio do mesmo ano, na Catedral de Juiz de Fora, sendo oficiante o Cardeal D. Frei Lucas Moreira Neves, Arcebispo da Bahia.

No dia 22 de maio, mês que marca as grandes maravilhas ocorridas na vida de nosso brilhante homenageado, tomou posse solene em Salvador no Santuário de Nossa Senhora de Fátima, como Bispo Auxiliar da arquidiocese baiana, onde exerceu intenso pastoreio como Coordenador-Geral da Pastoral Arquidiocesana.

No dia 28/1/2004, foi eleito Arcebispo Metropolitano de Belo Horizonte, sucedendo ao nosso querido D. Serafim.

Aqui, lançou-se ao desafio de cuidar de 261 paróquias e 36 foranias espalhadas em 28 Municípios mineiros. Com abnegada determinação, abraçou o Projeto Arquidiocesano de Evangelização Igreja Viva sempre em Missão, que é o caminho pastoral a ser seguido e se estenderá até o ano de 2012.

Em 8/11/2007, era D. Walmor eleito membro da Academia Mineira de Letras, já sendo também Presidente da Comissão para Doutrina da Fé da

Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, gestão que iniciou em 2003 e que terminará em 2011: preside ainda a Regional Leste II, que engloba os Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo.

Em outubro de 2008, para nosso orgulho, D. Walmor foi escolhido representante do Brasil na XII Assembleia Geral Ordinária do Sínodo dos Bispos, realizada de 5 a 26/10/2008, em Roma. O evento reuniu bispos de todo o mundo, e D. Walmor foi um dos quatro representantes do Brasil.

Abarca ainda nosso homenageado várias outras atividades e funções, como a Presidência da Sociedade Mineira de Cultura, mantenedora da PUC Minas e dos Colégios Santa Maria, da Fundação Hospitalar Nossa Senhora de Lourdes e da Fundação Cultural João Paulo II. Atento sempre aos avanços da comunicação e de nossa sociedade, fez a integração de todos os veículos à Rede Catedral de Comunicação Católica, composta pelas emissoras de rádio América e Cultura, pelo jornal "Opinião", pela TV Horizonte e pelo Serviço Evangelizador pela internet. Instrumentalizado por essa importante rede de comunicação, nosso Arcebispo divulga diariamente sua mensagem de fé e esperança inspirada nos ensinamentos bíblicos e em sua visão pessoal e analítica de nossa realidade contemporânea. Como um árduo e intransigente defensor da vida, num contexto em que forças contrárias tentam seduzir nosso Congresso para a instituição do aborto em solo brasileiro, D. Walmor, como eu e, creio, a maioria dos senhores e senhoras, luta com todo o seu vigor contra essas correntes. Em um gesto concreto pela vida, instituiu o Conselho Arquidiocesano Pró-Vida, com diversos especialistas de várias áreas do saber, para discutir as questões relacionadas com a ciência e a vida e sobretudo conscientizar as pessoas da necessidade de se engajarem também a essa luta.

O sacerdócio é sem dúvida uma bênção, uma unção, o atendimento a um chamado. Podemos imaginar, V. Exa. Revma., quantos sacrifícios lhe valeram essa longa e bem-aventurada caminhada, que o faz merecedor do título de cidadão honorário deste Estado. Podemos imaginar quantas batalhas travadas consigo mesmo diante das várias e sedutoras opções mundanas, a saudade da família, a solidão, o medo e a desesperança, que, por certo, em algum momento o puseram à prova, porque, antes de tudo, é V. Exa. Revma. um ser humano, sujeito à fragilidade que lhe é inerente

Em uma carta de João Paulo II, na Quinta-Feira Santa de 2005, ele afirmava que o segredo de uma autêntica vida sacerdotal é o amor apaixonado por Cristo, que conduz ao anúncio apaixonado de Cristo: "O seu segredo está na "paixão" que ele vive por Cristo". E lembrou São Paulo: "Para mim, o viver é Cristo". Sobre isso, no discurso do santo Papa Bento XVI aos párocos de Roma, ele diz que o sacerdote redescobre e vive profundamente a sua identidade, quando se decide a não antepor nada ao amor de Cristo e a fazer dele o centro da própria vida. E acrescenta: Somos chamados a "retornar sempre à raiz do nosso sacerdócio. Essa raiz, como bem sabemos, é uma só: Jesus Cristo, o Senhor". Bem sabemos quão é espinhosa a missão sacerdotal, principalmente no contexto atual, quando homens e mulheres contrariam princípios que deveriam nortear a família e que dão face à dignidade humana.

Como bem disse V. Exa. Revma. em recente artigo, "o comprometimento desse tecido cala a voz da consciência e são desastrosos os estragos e famigerados os caminhos, incluindo pequenas e grandes coisas, quando valores e princípios são comprometidos". Ou ainda no seu artigo "Até quando?", quando V. Exa. Revma. ressalta a importância e a urgência de se acreditar que é preciso investir muito na formação da consciência como regra mais próxima do agir.

Reconhecidamente a consciência deste país está comprometida, particularmente na esfera pública, onde os limites do bem e do mal, do certo e do errado estão sempre mal dados à faixa dos interesses corporativos urgentes, sequenciando o enraizado viés de nosso caráter, do qual, lamentavelmente por vício e conveniência, não conseguimos nos libertar. Bem a propósito, lembra V. Exa. Revma. que o Estado é laico, mas precisa da transcendência de referência a valores que estão para além dele mesmo em fontes inesgotáveis, como o Evangelho, para vencer seu desafio. E me dou a liberdade de acrescentar, D. Walmor, que, por mais improvável, difícil ou impossível que nos pareça a reversão deste quadro, esse é um desafio maior da nossa Igreja contemporânea, da qual V. Exa. Revma. é o servidor fiel. E, se há esperança de mudança, essa esperança é a capacidade de missionários como V. Exa. Revma. de presidir na luta por uma ação transformadora. Rezemos, portanto, para que, alimentado cotidianamente pelo Pão da Vida, V. Exa. Revma. continue a progredir pelo caminho com Cristo, o Bom Pastor, que deu a vida pelo seu rebanho até morrer na cruz. Seguindo docilmente esse difícil caminho, V. Exa. Revma. verá o seu sacerdócio enriquecer-se cada vez mais de frutos espirituais, abençoados e sustentados pela Virgem Imaculada e pelos seus santos protetores. E que a luz do divino Espírito Santo esteja com V. Exa. Revma., com todos os convidados nesta noite e com esta Casa. Muito obrigado.

#### Exibição de Vídeo

O locutor - Convidamos os presentes a assistir a um vídeo sobre a obra "Na Escola do Salvador", de D. Walmor Oliveira de Azevedo.

- Procede-se à exibição do vídeo.

#### Entrega de Título

O locutor - Neste momento, o Deputado José Henrique, representando o Presidente da **Assembleia Legislativa, Deputado Alberto Pinto Coelho, fará a entrega do título de Cidadão Honorário do Estado de Minas Gerais ao Exmo. e Revmo. D. Walmor Oliveira de Azevedo, Arcebispo Metropolitano de Belo Horizonte, passando-lhes às mãos o diploma. O título a ser entregue traz os seguintes dizeres: "Cidadania Honorária do Estado de Minas Gerais - O Governador do Estado de Minas Gerais, nos termos do Decreto publicado no dia 13 de outubro de 2004 e a requerimento da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, concede ao D. Walmor Oliveira de Azevedo, Arcebispo Metropolitano de Belo Horizonte, o título de Cidadão Honorário do Estado de Minas Gerais por sua relevante contribuição para o engrandecimento da terra mineira".**

**O Sr. Presidente - Convido o Secretário Danilo de Castro, neste ato representando o Governador Aécio Neves, para, com o Deputado Célio Moreira, autor do requerimento, procedermos à entrega do título a D. Walmor Oliveira de Azevedo.**

- Procede-se à entrega do título.

#### Apresentação Artística

**O locutor - Convidamos os presentes a ouvir o Coral da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC Minas -, que apresentará a música "Ave Maria".**

- Procede-se à apresentação artística.

Palavras de Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Exmo. Sr. Vice-Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, Deputado José Henrique, representando o Exmo. Presidente

desta Casa, Deputado Alberto Pinto Coelho, a quem desejo que chegue uma saudação especial, compreendendo sua ausência em razão de evento importante, marcando assim o que é próprio do caminho nosso em Minas Gerais, sempre trabalhando e criando oportunidades novas para o caminho do progresso; saúdo o caríssimo amigo Danilo de Castro, Secretário de Governo, representando o Exmo Sr. Aécio Neves, Governador do Estado, com quem estive no Palácio da Liberdade antontem e, na ocasião, disse da comunhão e da alegria pela realização deste evento tão importante para mim; saúdo o Exmo. Sr. Vereador Sérgio Fernando, representando a Vereadora Luzia Ferreira, Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte, e agradeço-lhe a amizade; minha saudação cordial, com muito apreço, ao Gen. Div. José Mário Facioli, Comandante da 4ª Região Militar; saúdo, com muita fraternidade, o magnífico Reitor da Pontifícia Universidade Católica de Minas, D. Joaquim Giovani Mol Guimarães, e o querido D. Aloísio, a quem agradeço as belas palavras, que certamente convencerão todos na aquisição do livro; saúdo, ainda, o querido irmão Bispo D. Geraldo Gusmão, que, com sua presença, dá-nos uma grande alegria; com muito apreço, saúdo o querido Dr. Murilo Badaró, Presidente da Academia Mineira de Letras, da qual participo com muita alegria e honra; quero saudar também o meu irmão Dr. Daniel, a minha irmã Sandra e demais parentes que aqui se encontram; quero saudar, com muito apreço, todos os sacerdotes que aqui vieram, pois são grandes amigos que participam da bonita comunhão, do caminho que fazemos juntos; saúdo todos os que trabalham e compõem as diferentes instituições vinculadas à Arquidiocese de Belo Horizonte, aqui presentes ou representadas; quero saudar amigos e amigas que vieram participar deste momento, que é vivido com simplicidade, mas, conforme direi daqui a pouco, com grande significação; com agradecimento e muito apreço, saúdo as demais autoridades presentes; saúdo, por fim, também com muito apreço, o Deputado Célio Moreira, a quem agradeço a iniciativa de promover este evento, propondo o meu nome para receber a cidadania honorária do Estado de Minas Gerais.

Aproveito para lembrar-lhes que, ao pisar no solo da nossa amada Arquidiocese de Belo Horizonte, representando o Sr. Governador, o Deputado Célio Moreira acompanhou-nos na viagem - que, aliás, ainda estou fazendo e que só Deus sabe até quando - de Guaratinguetá, próximo ao Santuário de Aparecida, até Belo Horizonte. Portanto, Deputado Célio Moreira, não só pelo seu testemunho de cristão e de parlamentar, mas também por sua amizade, por sua presença tão importante e tão bonita e por suas palavras, meu agradecimento especial, pois, por meio delas, retomou momentos da história da minha vida e acenou - nem seria preciso dizer isso aqui - os horizontes que fecundam meu trabalho, minha paixão por Jesus Cristo, meu amor por nossa Arquidiocese de Belo Horizonte e pelo Estado de Minas Gerais. Agradeço-lhe, de coração. Que Deus o recompense por sua generosidade, pois me coloca no coração de tantos, sobretudo no coração de Minas Gerais, que é tão importante pelo prestígio histórico e político e por sua grande e inestimável importância como igreja, pela força incomparável e pela riqueza da fé do nosso povo.

Sou-lhe muito agradecido por isso, e digo que sempre será recordado e que, nos anais da Arquidiocese de Belo Horizonte, foi registrado que o senhor é aquele que me deu essa grande alegria, inscrevendo-me, com a anuência do Sr. Governador, do Presidente desta Casa e, tenho certeza, de todos os mineiros, nas fileiras dos mineiros e mineiras, homens e mulheres de garra, de importância e de presença significativa no coração e na vida da nossa sociedade e mundo.

Minha palavra, depois desse agradecimento ao Deputado Célio Moreira, a todos os presentes e àqueles que estão em comunhão conosco pela TV Assembleia e pela TV Horizonte, emissora da Rede Catedral de Comunicação Católica, é para sintetizar o que sinto, dizendo do ser mais do que falando sobre o que já fiz ou pretendo fazer ou focalizando as necessidades, muitas delas postas como desafio para a Igreja, para o meu ministério, para a minha cidadania e para a vida de todos nós. Quero falar do ser; é claro, do ser mineiro. Quero falar do ser, porque o fazer depende do ser. É o ser que qualifica todo fazer. Por isso quero falar do ser.

Escrevi, então, com muita alegria e de coração, uma carta aos mineiros. Carta que leio nesta oportunidade em que revelo a significação importante, para além de qualquer formalidade, deste evento, mas que também vou enviar a todos os mineiros amanhã pela manhã, por meio do "Estado de Minas". (- Lê:)

"Há cinco anos, mais uma vez, vindo da Bahia, cheguei em Minas. Era o ano de 2004! Na primeira vez em que aqui cheguei, vindo também da Bahia, era novo, adolescente, e vim para receber, para aprender jeito de ser. Cresci no jeito de ser. No jeito de ser que aprendi, acalentei sonhos, amei as montanhas e apaixonei-me pelo que ainda não era. Tornei-me o que não era de nascença, mas nascido por amor. E, por amor, amor mais forte do que tradição, fiz de tudo para me ofertar, ajudando a edificar, crescer e florescer. Entre aprender ser e ofertar sendo o que aprendi a ser, passaram-se 30 anos dessa primeira vez. Fui, de novo, à Bahia. E voltei a Minas, mais uma vez. Uma volta por amorosa obediência missionária. Com alegria, venho fecundando o compromisso de desdobrar-me em ofertas para fazer a Igreja crescer e, por esse crescimento, servir à vida de todos, anunciando a Boa Nova do Reino.

No dia em que cheguei, 25 de março, a frase brotou sincera e espontaneamente do coração, e exclamei: saí de casa e chego em casa. É privilégio ter casas como Minas e Bahia. Mais do que casas, o privilégio se deve a essas alavancas que sustentam e definem muito quase tudo do que é brasilidade.

O jeito de ser mineiro não foi aprendido com dificuldades. Aprendi com o coração. Com o coração, é possível aprender tudo de bom, mesmo quando se chega um pouco depois de ter começado a vida, como cheguei aqui. Aliás, com o coração é possível aprender tudo. Sem a ajuda do coração, não se consegue esse tudo não reservado a um lugar, mas a um jeito de ser. A aprendizagem do jeito de ser mineiro, para quem vem do jeito de ser baiano, é mais fácil do que se imagina, quando valem não as linhas imaginárias de uma territorialidade política, quando vale de verdade um jeito de ser. Ser sertanejo, como descreve Guimarães Rosa, é mais do que um lugar. O cerrado não é apenas um lugar. A riqueza do seu bioma arquiteteta uma alma. Minas é 50% cerrado. A Bahia, onde nasci, está nos confins deste cerrado que define o que Minas é. E a define por um jeito de ser. Guimarães Rosa, em "Grande Sertão: Veredas", descreve essa alma que ultrapassa o imaginário político definido para se dizer mineiro ou baiano: "'Sesfrêdo, me conta, me fala nesse acontecer...'" - nem bem cem braçadas andadas eu já pedia a ele. Era como se eu tivesse de caçar emprestada uma sombra de um amor. 'E você não volta para lá, Sesfrêdo? Você aguenta o existir?' - perguntei. 'Guardo isso para às vezes ter saudade. Berimbau! Saudade só'. Essa saudade é aquela que descasca as árvores do cerrado. Ainda que permanecendo tortas, no seu jeito de ser, continuam, sem desistir, no seu caminho e na sua missão. O cerrado ensina à alma que pode descascar, até enverga, mas não quebra. Um jeito de ser é uma alma. Sertanejo do cerrado é, sobretudo, alma que sustenta jeito de ser. É o jeito de ser da minha nascença na Bahia, é o jeito de ser mineiro que aprendi. O mineiro que "escuta, espia, indaga, protela, sorri, escapole, se retarda, faz véspera, tempera, cala a boca, matura, engabela, se prepara e no fim exclama: Nossa Senhora", segundo Guimarães Rosa, tem o pé no cerrado. O mesmo cerrado que se estende pela Bahia até lá onde nasci. Embora eu goste de dizer sempre o que faço, jamais finjo não saber o que sei, falo bastante apesar de escutar muito; não gosto de fazer-me de bobo. Não vendo queijos e não possuo bancos, ando por todo canto, entrando no escuro e pisando no molhado; estico conversas com estranhos, arrisco sempre confiante e me importa mais o pássaro voando, longe de não ser do jeito de ser mineiro, no reverso da alma, lembrando Guimarães Rosa, sou mineiro porque gosto muito, o próprio da alma do sertanejo: gosto de simplicidade e pureza, humildade e modéstia, coragem e bravura, fidalguia e elegância. Gosto de ver o nascer do sol e o brilhar da lua, ouvir o cantar dos pássaros e o mugir do gado, sentir o despertar do tempo e o amanhecer da vida.

Sou religioso e conservador, sempre amei a prática das letras e das artes, com a negaça peculiar de sertanejo, mineiro e baiano, com gosto pela poesia e pela literatura, participante de política e amante da liberdade, contemplando as montanhas e cultivando a vida interior para sempre ser gente.

O título de Cidadão Honorário de Minas Gerais, guardado deliberadamente por mim desde 2004, há cinco anos, é recebido neste dia 14 de maio; assim o fiz já por jeito mineiro de ser, só arriscando com a chegada da certeza. Essa certeza é um amor por Minas, ainda mais entranhado, comprovado por gestos e pela audácia das ofertas diárias. Assim, sendo baiano, sou mineiro também. Agradecido a Deus pelo dom de duas riquezas. Não é um orgulho. Orgulho incha o coração e pode obscurecer a visão. É uma alegria emoldurada por honra. Alegria alarga o coração. Coração alargado é sempre generoso e solidário. Aprendi, por dádiva de Deus e percursos desta história, que sou mineiro e baiano, bem definido num verso de Fernando Pessoa: "Segue teu caminho, rega as tuas plantas, ama as tuas rosas. O resto é sombra de árvores alheias". Muito obrigado.

## Palavras do Sr. Presidente

Cumprimento os Exmos. Srs. Danilo de Castro, Secretário de Governo, representando o Governador do Estado Aécio Neves; Vereador Sérgio Fernando, representando a Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte, Vereadora Luzia Ferreira; Deputado Célio Moreira, autor do requerimento que deu origem a esta solenidade; Gen.-Div. José Mário Facioli, Comandante da 4ª Região Militar; Exmo. e Revmo. Sr. Aloísio Vitral, Bispo Auxiliar de Belo Horizonte; Exmo. D. Joaquim Giovanni Mol Guimarães, magnífico Reitor da Pontifícia Universidade Católica de Minas Geras; Exmo. Dr. Murilo Badaró, Presidente da Academia Mineira de Letras; autoridades eclesiásticas, bispos, abades, superiores de conventos, senhores sacerdotes, senhoras e senhores.

Primeiramente gostaria de justificar a ausência do nosso Presidente, Deputado Alberto Pinto Coelho, que está representando esta Casa no encontro dos Tribunais de Justiça do Brasil. Hoje, Minas Gerais recebe, em Araxá, todos os Presidentes dos Tribunais de Justiça. D. Walmor, ele lhe pede desculpas e manda um abraço ao senhor e a todos os convidados. Agradecemos a todos a presença, que nos honra neste dia nesta Casa. Ao nosso Arcebispo Metropolitano de Belo Horizonte as nossas boas-vindas. Com a sua presença, sentimo-nos muito felizes.

A concessão do título de Cidadão Honorário de Minas Gerais a D. Walmor Oliveira de Azevedo é uma forma de reconhecimento, simbólica, por tudo o que ele representa como liderança espiritual para a população mineira, como referência de bom senso e de comprometimento com as causas sociais, como brasileiro que se tornou mineiro por sua presença constante entre nós e por seu inteiro envolvimento com a vida do Estado. Esse estreito vínculo teve início no ano de 1970, quando, na sequência de sua formação acadêmica e religiosa, iniciada em seu Estado natal, a Bahia, mudou-se para Juiz de Fora, onde fez o curso clássico e começou o de Filosofia, no Seminário Arquidiocesano Santo Antônio. Em São João del-Rei, cursou a Faculdade Dom Bosco de Filosofia, Ciências e Letras, voltando a Juiz de Fora para os estudos de teologia, encerrados na Pontifícia Universidade Gregoriana, em Roma. Também em Roma, formou-se mestre e doutor em Teologia Bíblica, ramo do conhecimento religioso no qual passou a se destacar por suas sólidas reflexões, expressas em artigos, palestras e em sua vasta obra literária. Para contentamento e sorte da comunidade de Juiz de Fora, ordenou-se sacerdote nessa cidade da Zona da Mata, onde, de 1977 a 1984, exerceu as atividades de pároco, professor, coordenador e dirigente de entidades religiosas e educacionais. Dessa época até os dias atuais, D. Walmor ocupou tantos cargos e imprimiu a marca de sua inteligência em tantas instituições, em Minas, em outros Estados brasileiros e no exterior, que levaríamos um longo tempo para enumerá-los. Nessa trajetória, o acontecimento mais auspicioso para nós foi o de ter-se tornado, em 2004, Arcebispo Metropolitano de Belo Horizonte, passando a coordenar as ações da Igreja Católica em 28 Municípios e 261 paróquias.

Gostaríamos de chamar a atenção, contudo, para outro aspecto da figura pública de D. Walmor, além de sua importância como profundo conhecedor da doutrina cristã, como ocupante de cargos de relevo na Igreja Católica, como educador e intelectual. Queremos registrar nossa admiração pelo apóstolo que sabe unir os ensinamentos religiosos ao conhecimento dos problemas sociais, que atende a todos e percorre as regiões mais necessitadas, como verdadeiro missionário, atuando em vários campos pela promoção da vida e da dignidade do ser humano, em seu sentido amplo. Com referência à atividade política, motivo da existência desta Casa, ressaltamos a posição expressa por D. Walmor, por ocasião dos pleitos eleitorais, em defesa do voto consciente dos eleitores, do exercício da cidadania, dos valores éticos e da busca pelo bem comum, princípios com os quais comungamos inteiramente, por constituírem requisitos fundamentais do fazer político. Por todos esses motivos, por contribuir de forma ímpar para o engrandecimento do nosso Estado e a valorização da nossa gente, a Assembleia Legislativa sente-se profundamente honrada em entregar a D. Walmor o título de Cidadão Honorário de Minas Gerais. Muito obrigado.

## Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a especial de amanhã, dia 15, às 8h30min, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

## ORDENS DO DIA

### ORDEM DO DIA DA 39ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 20/5/2009

#### 1ª Parte

##### 1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

##### 2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

##### 1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

##### 2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Prosseguimento da votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.324/2008, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Santa Rita de Caldas o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.343/2008, do Deputado Braulio Braz, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Muriaé o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.354/2008, do Deputado Gilberto Abramo, que institui o Banco do Livro nas Bibliotecas Públicas do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Educação opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.577/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a permutar o imóvel que especifica no Município de Fama. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.592/2008, do Deputado Carlos Mosconi, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Arceburgo o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.297/2007, do Deputado Leonardo Moreira, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Sabinópolis o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira, que opina pela aprovação da Emenda nº 1 com a Subemenda nº 1, que apresenta.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.243/2008, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itajubá o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.715/2008, do Deputado Gilberto Abramo, que proíbe as empresas que exploram locação imobiliária de transferir contas de água e de luz para o nome do fiador. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Defesa do Consumidor opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.008/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar à Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Aventureiro o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.057/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Martinho Campos o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.561/2008, do Deputado Agostinho Patrús Filho, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Desterro de Entre Rios o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9 horas DO DIA 20/5/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9h30min DO DIA 20/5/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discutir a judicialização da saúde, com convidados mencionados na pauta.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 horas DO DIA 20/5/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discutir o não cumprimento da carga horária mínima dos servidores militares, estabelecida em resolução dos Comandos da Polícia

Militar e do Corpo de Bombeiros Militar, com diversos convidados.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INFORMÁTICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 horas DO DIA 20/5/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 3.088/2009, do Deputado Gustavo Valadares; 3.137/2009, do Deputado Durval Ângelo; 3.152/2009 e 3.153/2009, do Governador do Estado; 3.205/2009, do Deputado Wander Borges, e 3.212/2009, da Deputada Gláucia Brandão.

Requerimentos nºs 3.702/2009, da Deputada Gláucia Brandão; 3.716/2009, da Comissão de Direitos Humanos; 3.721 a 3.739/2009, da Comissão de Participação Popular; 3.741/2009, do Deputado Carlin Moura; 3.744/2009, do Deputado Doutor Viana; 3.748/2009, do Deputado Fahim Sawan.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 horas DO DIA 20/5/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: debater, em audiência pública, a utilização, no Estado, de rochas e minerais industriais, como calcário e fosfato.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14h30min DO DIA 20/5/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discutir e votar pareceres em fase de redação final.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14h30min DO DIA 20/5/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 2.973/2009, do Deputado Lafayette de Andrada; 3.027/2009, do Deputado Getúlio Neiva; 3.139/2009, do Deputado Antônio Carlos Arantes; 3.143/2009, do Deputado Célio Moreira; 3.144 e 3.146/2009, do Deputado João Leite; 3.155/2009, do Deputado Alberto Pinto Coelho; 3.159/2009, do Deputado Luiz Humberto Carneiro; 3.164/2009, do Deputado Antônio Júlio; 3.165/2009, do Deputado Padre João; 3.171/2009, do Deputado Antônio Júlio; 3.184/2009, da Deputada Rosângela Reis; 3.189/2009, do Deputado Domingos Sávio; 3.214 e 3.219/2009, do Deputado Luiz Humberto Carneiro; 3.224/2009, do Deputado Weliton Prado.

Requerimentos nºs 3.749/2009, da Comissão de Participação Popular; 3.772, 3.773, 3.782, 3.783 e 3.785/2009, da Comissão de Direitos Humanos.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14h30min DO DIA 20/5/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 2.358/2008, do Governador do Estado.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 3.029/2009, do Deputado Irani Barbosa; 3.089/2009, do Deputado José Henrique; 3.169 e 3.188/2009, do Governador do Estado; 3.226/2009, do Deputado Antônio Júlio; 3.248/2009, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 3.580 e 3.581/2009, da Comissão de Direitos Humanos.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 horas DO DIA 20/5/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 2.310/2008, da Deputada Cecília Ferramenta.

Requerimento nº 3.791/2009, da Deputada Gláucia Brandão.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 horas DO DIA 20/5/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 2.808/2008, do Deputado Irani Barbosa.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 3.768 e 3.769/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Realização de debate, em audiência pública, sobre o programa habitacional Minha Casa, Minha Vida, do governo federal.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

## EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reuniões Extraordinárias da Assembleia Legislativa

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reuniões extraordinárias da Assembleia para as 9 e para as 20 horas do dia 20/5/2009, destinadas, na 1ª Parte, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos; e na 2ª Fase, à apreciação dos Projetos de Lei nºs 1.297/2007, do Deputado Leonardo Moreira, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Sabinópolis o imóvel que especifica; 2.243/2008, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itajubá o imóvel que especifica;

2.324/2008, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Santa Rita de Caldas o imóvel que especifica; 2.343/2008, do Deputado Braulio Braz, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Muriaé o imóvel que especifica; 2.354/2008, do Deputado Gilberto Abramo, que institui o Banco do Livro nas Bibliotecas Públicas do Estado de Minas Gerais; 2.561/2008, do Deputado Agostinho Patrús Filho, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Desterro de Entre Rios o imóvel que especifica; 2.577/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a permutar o imóvel que especifica no Município de Fama; 2.592/2008, do Deputado Carlos Mosconi, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Arceburgo o imóvel que especifica; 2.715/2008, do Deputado Gilberto Abramo, que proíbe as empresas que exploram locação imobiliária de transferir contas de água e de luz para o nome do fiador; 3.008/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar à Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Aventureiro o imóvel que especifica; e 3.057/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Martinho Campos o imóvel que especifica; e à discussão e à votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 19 de maio de 2009.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

##### Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Maria Tereza Lara e os Deputados Pinduca Ferreira, Rômulo Veneroso e Tenente Lúcio, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 20/5/2009, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se discutirem e votarem os Pareceres para o 1º Turno do Projeto de Lei nº 900/2007, do Deputado Délio Malheiros, do Projeto de Lei nº 2.031/2008, do Deputado João Leite, de se votarem, em turno único, os Requerimentos nºs 3.758/2009, do Deputado Weliton Prado, 3.766/2009, do Deputado Célio Moreira, 3.760, 3.774, 3.775 e 3.784/2009, da Comissão de Direitos Humanos, e de se discutirem e votarem proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 19 de maio de 2009.

João Leite, Presidente.

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

##### Reunião Extraordinária da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Délio Malheiros, Gil Pereira, Leonardo Moreira e Walter Tosta, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 20/5/2009, às 15h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 19 de maio de 2009.

Adalclever Lopes, Presidente.

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

##### Reunião Extraordinária da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Délio Malheiros, Gil Pereira, Leonardo Moreira e Walter Tosta, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 21/5/2009, às 10 horas, na Escola Estadual Maria da Piedade Fonseca, no Município de Vespasiano, com a finalidade de se discutir a queda de energia elétrica que vem ocorrendo no período noturno no Conjunto Morro Alto, em Vespasiano, e de se discutirem e votarem proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 19 de maio de 2009.

Adalclever Lopes, Presidente.

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

##### Reunião Extraordinária da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Djalma Diniz, Adalclever Lopes, Irani Barbosa e Rêmoló Aloise, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 22/5/2009, às 11 horas, no centro comunitário localizado na Rua Professor Toninho Pinto, s/nº, no Bairro Santa Efigênia, no Município de Rio Casca, com a finalidade de se discutirem e proporem providências que garantam melhorias na segurança da Rodovia BR-262, no trecho que liga o Bairro Santa Efigênia ao centro de Rio Casca e no trevo de acesso aos Municípios de São Pedro dos Ferros e Raul Soares, e de se discutirem e votarem proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 19 de maio de 2009.

Gustavo Valadares, Presidente.

#### TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 2.973/2009

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

## Relatório

De autoria do Deputado Lafayette de Andrada, o projeto de lei em tela visa declarar de utilidade pública a Liga Sandumonense de Proteção e Assistência à Infância - Lactário Jesus, com sede no Município de Santos Dumont.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade com a Emenda nº 1, que apresentou, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

## Fundamentação

O Projeto de Lei nº 2.973/2009 pretende declarar de utilidade pública a Liga Sandumonense de Proteção e Assistência à Infância - Lactário Jesus, com sede no Município de Santos Dumont, que tem como finalidade precípua oferecer proteção e assistência às crianças e às gestantes residentes no Município, especialmente as mais carentes.

Para atingir suas metas, proporciona-lhes educação, assistência médica e alimentação; promove a distribuição de roupas, agasalhos e calçados; dá orientações sobre os preceitos de higiene por meio de palestras, cursos e exposições; ampara crianças órfãs e abandonadas; firma parcerias com órgãos públicos e, particularmente, com a Prefeitura Municipal, sempre com o intuito de oferecer aos seus assistidos melhores condições de vida.

Esclareça-se que a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça, tem por finalidade retificar o nome da entidade, de acordo com o constante no art. 1º de seu estatuto.

Posto isso, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

## Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.973/2009, em turno único.

Sala das Comissões, 19 de maio de 2009.

Walter Tosta, relator.

## PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

### 35ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA

#### Discursos Proferidos em 12/5/2009

O Deputado Durval Ângelo\* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público presente nas galerias, telespectadores da TV Assembleia. Faço uma saudação especial a nossa amiga e ex-colega, a querida Deputada Maria Olívia, que esteve conosco neste início da tarde. É uma alegria recebê-la aqui no Poder Legislativo, Deputada Maria Olívia.

O tema que me traz a esta tribuna hoje é a letalidade policial, ou seja, episódios em que houve participação de agentes da segurança pública - policiais ou Bombeiros -, em serviço ou de folga, que resultaram em ferimentos ou morte de qualquer um dos participantes envolvidos e episódios nos quais houve uso de armas de fogo por parte de policiais ou Bombeiros, de civis ou de ambos. Os dados oficiais divulgados pela Secretaria de Defesa Social, os quais temos em mãos, se referem ao período compreendido entre 1º/1/2007 a 31/12/2007.

Alguns pontos do estudo realizado com a efetiva participação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - Uerj - chamaram nossa atenção e merecem uma reflexão. De acordo com o levantamento estatístico, em 2007 foram registrados cerca de 200 episódios que resultaram em morte ou ferimentos por disparos de arma de fogo efetuados por ou contra policiais. Desse total de episódios, a maioria teve envolvimento direto de policiais militares, cerca de 90,5%. Em relação à tipologia do fato que ensejou o episódio, a porcentagem de conflitos entre policiais e suspeitos é de 70,5%, e, dessas ocorrências, cerca de 94 envolveram civis, que ficaram feridos, e 74 envolveram civis, que vieram a morrer. Destaque-se também que cerca de 51 agentes públicos ficaram feridos, e 16 mortos. Dos 16 mortos, 11 eram policiais militares, e 5 policiais civis.

Quero esclarecer que o levantamento da letalidade policial no Estado de Minas Gerais, em 2007, está contido em uma pesquisa coordenada pelo Prof. Inácio Canno, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro - Uerj. Esse levantamento é feito desde 2002 em Minas Gerais. Somente no ano de 2004 ele não foi realizado. O levantamento foi - hoje ainda é - de coordenação direta da Ouvidoria de Polícia. Infelizmente, naquele ano o governo não liberou recursos para que o levantamento de letalidade no Estado fosse feito.

Ressalte-se que na abordagem teórica sobre o tema da letalidade policial há um ponto crucial, que é o destaque para o fato de que qualquer vitimização, seja dos civis, seja dos agentes públicos, é um resultado negativo que deverá ser minimizado, independentemente de sua legalidade. Em outras palavras, no nosso entendimento e no entendimento das entidades internacionais e da própria metodologia que provocou essa pesquisa, os episódios com vítimas são sempre negativos, mesmo que o agente público, por exemplo, tenha agido amparado na legislação vigente. O importante mesmo é que tais ocorrências sejam raríssimas exceções em suas atuações. Claro que uma sociedade menos desigual e mais igualitária ensinaria menor vitimização também dos agentes envolvidos em tais episódios. É importante destacar que essa questão da letalidade policial gerou uma discussão muito profícua no Colegiado das Corregedorias, órgão que divulgou esse relatório. Represento a Assembleia Legislativa no Colegiado das Corregedorias, órgão formado pelas Corregedorias do Estado, pelos representantes da sociedade civil, como a OAB e algumas entidades, pelo Ministério Público e pela própria Ouvidoria de Polícia. Essa questão também ensejou uma discussão no Conselho de Defesa Social, onde a Polícia Militar apresentou uma estatística que não conferia com o levantamento do órgão, que, por determinação legal do Governador Aécio Neves, tem a obrigação de fazer o estudo: a Ouvidoria, por via do Colegiado das Corregedorias.

Na época, levantei uma tese, discordando do representante da Polícia Militar, de que a letalidade policial havia aumentado em Minas Gerais. O Governador em exercício, Vice-Governador do Estado, Prof. Anastasia, suspendeu a reunião esperando que o levantamento fosse concluído. Com o levantamento concluído - esclarecer isso ao Vice-Governador, Prof. Augusto Junho Anastasia -, se a tese que levantávamos naquele momento, desmentindo as estatísticas apresentadas pelo representante da Polícia Militar no Conselho de Defesa Social. Faço isso e me sinto no dever, como representante da Assembleia nesses dois órgãos, de tornar pública esta discussão e divulgar os dados que serão agora

apresentados.

O Deputado Weliton Prado (em aparte)\* - Agradeço o aparte, Deputado, e quero parabenizá-lo pelo trabalho. É fundamental informar que os Deputados desta Casa realmente têm conhecimento. Aliás, no período da manhã estive com o Gonzaga, representante dos policiais na associação. O Gonzaga é irmão do Clemente, que, infelizmente, sofreu um acidente há pouco tempo e que foi um grande apoiador do mandato do Deputado Durval Ângelo. Aí questiono, Deputado, as grandes Lideranças do Governo nesta Casa, pois um grande número de policiais faleceram no exercício da função, no trabalho, e, infelizmente, até hoje, em Minas Gerais, os policiais civis, os policiais militares e os Agentes Penitenciários não têm direito ao auxílio-periculosidade. São profissões de risco, e o auxílio-periculosidade está previsto na Constituição. Aliás, há um projeto tramitando nesta Casa. Trata-se de uma luta antiga, e até hoje o governo do Estado não implementou o auxílio-periculosidade. Quero agradecer e chamar a atenção dos Líderes nesta Casa, para que os policiais sejam, realmente, respeitados.

O Deputado Durval Ângelo\* - Agradecemos o aparte, nobre Deputado Weliton Prado, e digo: isso será demonstrado mais adiante.

Ressaltamos que o estudo comparativo dos dados sobre a letalidade de alguns anos anteriores a 2007 demonstra que o número de civis mortos por episódio aumentou consideravelmente, ressaltando-se que Belo Horizonte, Contagem, Governador Valadares, Betim, Patos de Minas e Ribeirão das Neves são os Municípios em que há maior número de ocorrências de letais no Estado. Importante frisar, portanto, que o número médio de civis mortos por episódio no ano de 2007 quase dobrou em relação a 2006. A maioria dos episódios, cerca de 61%, ocorreram em vias públicas, e, em 67% dos casos, os agentes envolvidos estavam a serviço. Das conclusões dos estudos realizados referentes aos dados estatísticos catalogados, aponta-se que o número de civis mortos se elevou e o número médio de civis mortos por episódio também. Ressalta-se que é preocupante o fato de ter havido uma piora dos indicadores de letalidade, particularmente a razão entre civis e policiais mortos e o índice de letalidade para civis, número de mortos dividido pelo número de feridos, tendo ambos experimentado um crescimento notável em 2007 em relação a 2006. Os incidentes armados que provocam vitimização entre policiais e civis geralmente ocorrem em situações de flagrante delito ou de abordagem de suspeitos. Não acontecem em operações planejadas - fato que dificulta a prevenção, segundo o estudo. Entre as unidades policiais com maior grau de letalidade, destacaram-se o 15º BPM de Patos de Minas, o 18º BPM de Contagem e o 22º BPM de Belo Horizonte.

Algumas recomendações do estudo: que o monitoramento da letalidade policial seja constante e feito ano a ano - caso seja verificada tendência negativa, é necessário explorar as possíveis causas do fenômeno -; convocar reuniões com os Comandantes dos batalhões de maior letalidade; criar um grupo de trabalho que analise tecnicamente os episódios de mortes e ferimentos de civis e policiais em ações policiais, para refletir e definir o que poderia ser feito em cada caso para minimizar a vitimização - sugere-se que o grupo conte com as Corregedorias, Ouvidorias, entidades de direitos humanos, enfim, com todos os parceiros envolvidos no processo: isso seria fundamental para a análise dessa questão. Bem, senhores e senhoras, apresentamos os dados, as conclusões e sugestões sobre o tema da letalidade para que a questão não seja banalizada pelo poder público nem pela sociedade. O assunto é grave, a tendência negativa do atingimento de civis por ocasião de abordagens policiais é um fato muito negativo, o que demonstra a necessidade de maiores investimentos na formação dos agentes, bem como uma melhor política salarial.

Outra situação que nos preocupa é aquela em que agentes também foram vítimas em episódios de abordagem de civis - não raras vezes os policiais trabalham sem estrutura adequada e em condições de desafio aos limites físicos e psicológicos. É preciso também que nossas polícias passem por reestruturação em alguns aspectos, tal como dito, na formação e no preparo para as atividades desenvolvidas, com ênfase na necessidade premente da observância dos direitos fundamentais e dos princípios norteadores do Estado Democrático de Direito.

Ademais, os nossos profissionais da área de segurança pública precisam ser mais bem remunerados. Ressalto dois aspectos que, com certeza, sinalizam para esse quadro negativo de aumento da letalidade policial: primeiro, o problema da 13ª Promotoria da Capital, cujo papel é fiscalizar a ação policial - em 1986 e 1987 ela foi muito omissa, para não falar da crise que se instalou lá, desde a saída do Promotor Antônio Aurélio; segundo, a falta de autonomia da Ouvidoria de Polícia. Com a criação da Ouvidoria-Geral, a Ouvidoria de Polícia perdeu sua autonomia e não está exercendo seu papel como deveria, apesar de todos os esforços do Ouvidor que lá atua. Hoje o Estado limita a ação da Ouvidoria, encabrestando sua ação. Como autor da lei que criou a Ouvidoria de Polícia, destaco que essa é uma das causas.

Podemos finalizar nosso pronunciamento com um apelo para que as recomendações do estudo sejam efetivamente adotadas pelo Estado, com vistas a minimizar tais ocorrências de letalidade policial. Na nossa luta em defesa dos direitos humanos, sob a égide do lema "Todos os direitos, direitos de todos" no desempenho de nossas atividades, ressaltamos que todas as vítimas envolvidas nos casos de letalidade policial merecem nosso apoio, sejam elas civis, sejam agentes públicos. No exercício de um mandato em prol da observância dos direitos humanos, não coadunamos, obviamente, com desvios de conduta de agentes públicos, mas também reconhecemos que o Estado muitas vezes é omissivo em não prepará-los adequadamente para prestar serviços de qualidade a cidadãos e cidadãs. O problema das ocorrências de casos de letalidade policial é muito mais profundo do que apresentam os dados estatísticos. Há todo um contexto social conivente que contribui para a aceitação de práticas violentas quando perpetradas por agentes públicos em nome de uma suposta necessidade de endurecimento para a garantia do direito à segurança pública. Segurança pública é direito fundamental, sim, mas tem de ser garantido em conformidade com outros direitos humanos. Todos são direitos humanos e merecem o mesmo tratamento. Para nós, o dado estatístico mais temerário da pesquisa é que, ao mesmo tempo em que aumentou a letalidade policial, diminuiu sensivelmente o número de vítimas civis, o que nos leva a crer que, em muitos casos, houve execução sumária. Isso é um objeto que tem de ser analisado pela pesquisa seguinte. Essas palavras não são minhas, mas do próprio professor orientador contratado pela Secretaria para fazer a pesquisa. É uma questão do Prof. Ignácio Canno, e temos de analisá-la. Como representante da Assembleia nesses dois órgãos de controle, quero apresentar esses dados e partilhá-los com os Deputados e as Deputadas. Obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, público que nos assiste pela TV Assembleia e das galerias. Na verdade, o que nos traz a esta tribuna é uma matéria exibida pelo Portal Terra ontem, quando o acessamos: "Segurança brasileira é um desastre", diz o Secretário Nacional de Segurança Pública, Sr. Ricardo Balestreri. Ele afirmou nessa segunda-feira, durante o lançamento da Feira de Conhecimento em Segurança Pública com Cidadania, que os mais de 40 mil homicídios registrados anualmente no País indicam o fracasso do modelo de segurança pública brasileiro predominante nos últimos 40 anos."

Aos olhos do leigo, poderíamos dizer que o Secretário, uma pessoa competentíssima nessa matéria - segurança pública -, poderia estar absolutamente correto, se não fossem os reparos que devemos fazer em sua fala. Realmente, se temos hoje nos Estados e nos Municípios uma segurança pública que é um desastre, o primeiro ponto que devemos observar na sua esfera de competência é que a União é completamente omissa. O governo federal é completamente omissivo porque entende que o constituinte, o chamado legislador originário, previu na Constituição da República, em seu art. 144, que segurança pública é dever do Estado. Então, governos e mais governos federais que passaram pela nossa República ignoraram a questão da segurança pública. Ela é dever do Estado, mas o legislador constituinte falava não apenas do Estado como ente federado, mas o Estado no seu todo, na mais ampla expressão do poder público. Infelizmente, o governo federal vem-se mantendo inerte, omissivo, abandonando completamente a questão.

De uns tempos para cá, Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, o governo federal vem fazendo alguns ensaios na área de segurança pública, com o lançamento do chamado Pronasci, que ainda está muito longe de ser a contribuição que o governo federal poderia dar à segurança pública não só em Minas Gerais, mas também nos demais Estados.

É bom que todos saibam, que o povo mineiro saiba, que o Estado de Minas Gerais, bem como os demais, não precisa de migalha do governo federal. Precisa de ações concretas por parte dele.

Sabemos, muitas das vezes, que a impunidade é grande impulsionador do crime, da violência, mas quem é que tem competência para legislar para mudar o Código de Processo Penal, que, por ser obsoleto, vem postergando por demais os julgamentos? A Lei de Execução Penal é uma lei maravilhosa para o criminoso, para o bandido, para aquele que comete um crime, como esse cidadão da cidade do Norte de Minas que cometeu três atrocidades já comprovadas contra três crianças. Além de estuprá-las, também as matou. Ele está sendo chamado de "Monstro do Norte de Minas". A legislação precisa ser aperfeiçoada, porque o cidadão que está nos assistindo, quando a imprensa divulga que foi imposta pena de 100 anos de prisão a um criminoso, imagina que esse bandido ficará detido por 100 anos. É bom que todos saibam que, no Brasil, a pena máxima aplicada é de 30 anos. Se esse indivíduo tiver bom comportamento na prisão, sua pena será reduzida drasticamente, graças a uma lei que é uma mãe para o criminoso, a chamada Lei de Execução Penal.

Infelizmente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a maior parte da população, depois que o crime é esquecido, se comove, ao ver o criminoso atrás das grades. Refiro-me àquele mesmo criminoso que cometeu um crime bárbaro, àquele bandido, àquele monstro autor do crime bárbaro contra o garoto João Hélio, no Rio de Janeiro, que arrastou a criança por sete quarteirões, ou àquele que cometeu crime de sequestro contra a garotinha Miriam Brandão, o qual foi seguido de estupro, homicídio e ocultação de cadáver, ou àqueles tantos outros, como esse mais recente criminoso do Estado de Minas Gerais, o chamado Monstro do Norte de Minas.

No momento em que a mídia divulga os crimes cometidos por essas pessoas, todos ficam chocados; todavia, passado um ano, dois anos, quando o criminoso é condenado, levado às grades, todos se esquecem da sua periculosidade. Por diversas vezes vemos muitas autoridades do Parlamento, da advocacia, da magistratura, do Ministério Público passarem a mão na cabeça desses presos. Eu disse, há poucos dias, na antessala do Plenário: preso, Deputado, está aquele que vai para debaixo da terra; preso ficou o garoto João Hélio; presas estão essas crianças ingênuas, conforme descoberta recente no Norte de Minas. Essas crianças, sim, estão presas, porque de debaixo da terra, até hoje, não assistimos à saída de ninguém. Não ficam presos aqueles indivíduos condenados às penas brandas que temos no Brasil. Neste país temos uma Lei de Execução Penal que é maravilhosa, que é uma mãe para o bandido. Esse é acolhido por uma legislação falha.

Pergunto ao Sr. Ricardo Balestreri: "onde está a União, onde está o governo federal, que não faz uma reforma séria, que não chama para si a responsabilidade de empenhar-se, junto ao Congresso Nacional, para fazer uma reforma séria?". E vem o Secretário Nacional de Segurança Pública do Brasil afirmar, durante o lançamento de uma feira de conhecimento de segurança pública, que o modelo de segurança pública do Brasil é um fracasso.

É um fracasso, sim, a começar pelo governo federal, que se limita a enviar migalhas para os Estados. Eu disse ontem, em uma reunião com o Vice-Governador, Prof. Antonio Anastasia, que, se o governo federal estivesse preocupado em cuidar de segurança pública, poderia debruçar-se apenas sobre um único tema, e certamente todos os Estados agradeceriam. Com isso constataríamos, na prática, como a criminalidade e a violência seriam reduzidas nos Estados e nos Municípios. Bastaria, Sr. Presidente, que o governo federal cuidasse apenas das fronteiras de nosso país. A Constituição da República é muito clara em seu art. 144: "Compete à polícia da União" - ou seja, à Polícia Federal - "combater o descaminho, o tráfico de drogas, o contrabando de armas...". Esse combate é de única e exclusiva competência da polícia da União, a Polícia Federal.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, se esse tipo de delito fosse combatido nas fronteiras de nosso país, com certeza a criminalidade e a violência seriam reduzidas drasticamente nos Estados e nos Municípios; todavia, enquanto isso, o Sr. Ricardo Balestreri fica fazendo discursos de efeito para dizer que verdadeiramente está preocupado com a segurança pública. Eu disse a um representante do governo federal, da Secretaria Nacional de Segurança Pública, recentemente, no Clube dos Oficiais - quando da 1ª Conferência Municipal de Segurança Pública, que o governo federal vem realizando por todo o País -, que, se o governo federal estivesse realmente interessado em participar da segurança pública do Brasil, deveria cuidar apenas das nossas fronteiras.

Pois é pelas fronteiras, Srs. Deputados, que entra a pasta-base de cocaína, cujo refino é feito no Brasil; é pela fronteira que passa o fuzil AR-15, o AK-47, as metralhadoras ponto-cinquenta. Aliás, a nossa gloriosa Polícia Civil de Minas Gerais, juntamente com o Ministério Público, apreendeu uma metralhadora antiaérea calibre ponto-cinquenta, que foi apresentada aqui, na Comissão de Segurança Pública, há cerca de 15 dias. Tal metralhadora era utilizada para parar carro blindado e estourá-lo a fim de que se obtivesse êxito em assaltos a esse tipo de carro. Esse armamento tem passado livremente pelas fronteiras.

Querida, Sr. Presidente, em que pese o motivo que nos trouxe à tribuna, que foi essa fala do governo federal, por intermédio do seu Secretário Nacional de Segurança Pública, fazer algumas ressalvas quanto às palavras do ilustre Deputado Durval Ângelo. Ele trouxe esse relatório produzido pela Ouvidoria de Polícia quanto à letalidade policial, o qual também recebemos no nosso gabinete. O curioso é que o relatório já começa de forma equivocada: a letalidade não é a letalidade policial, mas a de seres humanos, porque os policiais também estão sendo abatidos dia a dia. E muitas vezes aquelas autoridades, aquelas pessoas que ficam presas, com ar condicionado, com um cafézinho, com uma secretária, talvez não consigam ouvir, Deputado Tenente Lúcio, os clamores, o choro da rua, aquilo que o cidadão está pedindo quando é assaltado, quando a sua casa é arrombada. Há poucos dias recebi, em meu gabinete, uma senhora que estava desesperada porque ela saiu depois do almoço e, ao retornar, encontrou seu apartamento, aqui próximo da Assembleia, completamente arrombado. "Limparam" a casa dela. Deixarei até de declinar o seu nome para que ela também não seja, mais uma vez, diria, discriminada ou venha a ser, de alguma forma, questionada, porque, infelizmente, neste enorme país a vítima sempre fica em desvantagem.

Ouvimos aqui diversas autoridades falando sobre segurança pública, mas são poucas as que se lembram da dor da vítima, são poucas as que lembram que agora, Deputado Tenente Lúcio, no início deste ano, dois policiais da cidade de Ouro Fino foram mortos de forma covarde durante uma abordagem policial. E eis o relatório que o ilustre Deputado Durval Ângelo traz a esta tribuna para criticar a letalidade de policiais e civis. Só que ele não diz à população, não diz ao telespectador que civis são esses. Será que eram civis vítimas da truculência policial ou eram civis criminosos contumazes, bandidos que estavam também trocando tiros com a polícia? É preciso dizer isso nesse relatório. Esses dois policiais da cidade de Ouro Fino, estamos aqui com seus nomes, foram mortos em Crisólia, no Sul de Minas, Distrito do Município do nosso Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que acompanhou esse episódio. O Sd. Marcos Vinícius do Amaral e o Cb. Elói Ferreira Barbosa foram mortos covardemente por bandidos. Muitas vezes essas vítimas mortas no confronto policial são chamadas de civis. Então, esse relatório da Ouvidoria de Polícia já começa com uma abordagem equivocada. Quando se tratar de letalidade policial, deve-se especificar se o policial matou com truculência e com violência, em situação que não fosse de legítima defesa, própria ou de terceiro, que é fator excludente de criminalidade prevista em lei, porque, se a legítima defesa não estivesse prevista, não estaríamos vivendo num Estado Democrático de Direito, no qual impera a lei. Portanto, trata-se de um relatório equivocado.

Um relatório que não aborda, por exemplo, o que aconteceu com o Cb. Vandec, que, em São Gotardo, tomou um tiro de fuzil que lhe abriu a cabeça. Exibimos neste Plenário as fotografias do Cb. Vandec quando foi morto; de tão chocantes que eram as imagens, alguns Deputados não tiveram coragem nem de olhar para as fotos. Ele foi morto sem sequer, Tenente Lúcio, descer da viatura, da mesma viatura em que se encontrava ao chegar ao local da ocorrência policial. Nessa mesma Operação Vandec, que apreendeu uma metralhadora antiaérea ponto-cinquenta, sequer teve o direito de descer da viatura.

Portanto, quando se fala em abordagens policiais truculentas, é preciso lembrar que ainda não temos Robocops no Brasil. O que temos são policiais concursados, que pagam seus impostos, que têm esposa, mãe e filhos e que têm direitos humanos. Portanto, ao se trazer a esta tribuna um relatório da Ouvidoria de Polícia em que se aborda a letalidade policial, é preciso lembrar que temos de falar em letalidade de seres

humanos, porque policiais também estão sendo abatidos à luz do dia, de forma corajosa. E são os mesmos presos que vão para a cadeia fazer rebelião, botar fogo em colchão e exigir um tratamento mais digno dentro da penitenciária.

Gostaria de continuar discursando nesta tribuna para dizer do equívoco que é esse relatório, o qual também recebi. A abordagem tem de ser firme para que o policial não morra pelas mãos do bandido. Cidadão de bem, concursado, que representa o Estado de forma legítima e que usa a força para defender a sociedade, o policial é pai de família. Seu perfil não é aquele que foi retratado no relatório em que a Ouvidoria de Polícia fala de letalidade policial esquecendo-se de que o policial, antes de mais nada, é um ser humano, tem esposa e filhos e merece respeito. De 2003 até hoje, Sr. Presidente, mais de 130 Agentes da Segurança Pública foram mortos neste Estado, mas até então não vimos nenhuma autoridade defender, nesta tribuna, de forma veemente, esses pais de família que morreram defendendo a sociedade. Muito obrigado, Presidente, pela paciência que teve com este Deputado.

O Deputado Getúlio Neiva - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, venho a esta tribuna para, em primeiro lugar, fazer um agradecimento muito importante a S. Exa. o Vice-Governador, Antonio Augusto Anastasia, que esteve conosco em Teófilo Otôni e Novo Oriente de Minas, inaugurando a estrada que liga a BR-116 aos Municípios de Pavão e Novo Oriente de Minas, complementando a interligação de Águas Formosas. Nos próximos meses, se Deus quiser, será feita a ligação de Fronteira dos Vales a Joáima, ligando também Águas Formosas a Umburativa, Bertópolis e Machacalis, nesse complexo de obras do Proacesso, que tem beneficiado muito o Vale do Mucuri. Naquele oportunidade, tivemos a presença em Novo Oriente de Minas de nada menos do que 22 Prefeitos, compartilhando conosco um momento importantíssimo, porque essa é uma estrada de aproximadamente 140km, dos quais 80km foram revisados agora, nessa etapa do Proacesso. Desde 1988, aquele trecho de estrada estava paralisado; agora o governo do Estado realiza essa importante obra, que beneficia diretamente 7 Municípios e indiretamente 11 Municípios do Médio Mucuri, região muito importante para nós, região em que labutamos, vivemos e trabalhamos politicamente ao longo de toda a nossa vida.

Mais importante, Sr. Presidente, é que, naquele momento, o governo do Estado também assinou convênios com 32 Municípios da nossa região, para a implantação do Projeto Travessia.

Trata-se de um importantíssimo projeto do governo que resultará em investimentos na saúde, na educação, na formação de mão de obra profissional, na melhoria da qualidade de vida do povo e em investimentos em infraestrutura da ordem de R\$5.000.000,00 por Município. É um ganho espetacular em relação aos investimentos já feitos naquela região no passado.

Então, é preciso agradecer também, e não apenas reclamar, pedir ou reivindicar o que necessitamos. Por exemplo, estamos diante dos alunos da Unipac, de Betim. Talvez a maioria das pessoas não saiba que a Unipac de Teófilo Otôni tem cerca de 5 mil alunos, por iniciativa nossa, que cedemos os prédios públicos para que iniciasse seus trabalhos, e hoje tem o maior prédio da estrutura da Unipac em Minas Gerais. Curiosamente, registramos, na presença dos alunos da instituição, o que estamos sofrendo hoje. Por haver implantado três instituições universitárias em Teófilo Otôni - a Unipac, a Unec-Iesfato e o Instituto Doctum - e por ter ampliado a Fenord, pagamos um preço muito alto: estamos sendo processados por ceder prédios públicos para ampliação da educação universitária em nosso Município.

A autonomia municipal que temos reivindicado nesta Assembleia não pode nunca impedir que um Prefeito seja limitado nas suas ações de gerir um patrimônio público em benefício da população. Tomamos essa iniciativa em 2004 e, em cinco anos, temos quase 5 mil alunos universitários somente na Unipac de Teófilo Otôni. É um preço muito alto a pagar quando o Ministério Público, acionado por alguém com interesses secundários, interesses subalternos, nos leva às barras dos tribunais para pagar pelo maior crime do mundo que é proteger o sistema educacional e tentar implementar a educação superior em nossos Municípios.

Então, este é um momento que aproveitamos para agradecer ao Governador a visita e as obras, mas sobretudo para lamentar quanto sofrem os Prefeitos neste país com a sanha avassaladora do Ministério Público, acionado por terceiros de má-fé. E não é apenas isso que sofremos. Dos vários processos que foram apresentados contra nós, um interessante diz respeito à realidade que vivemos hoje com os Prefeitos de Minas Gerais. Somente na Assembleia Legislativa há cinco Deputados ex-Prefeitos que respondem por esse mesmo tipo de processo a que respondo, de pagar pelas dívidas de Prefeituras com o INSS. Essas dívidas nem existem, pois, na verdade, todas as Prefeituras têm crédito superior às dívidas ditas executadas pelo INSS. Ficamos imaginando como vai se desenrolar essa história neste ano e no ano que vem, em que teremos candidato a Presidente da República e Governador. Que tipo de Presidente e Governador teremos para verificar o funcionamento da estrutura legal deste país? Não é possível manter esses vácuos jurídicos, esses buracos-negros na legislação brasileira, que permitem ações como essa do INSS, hoje vitimando mais de 60 Prefeitos em Minas Gerais, executados por dívidas da Prefeitura, mesmo depois de haverem deixado o cargo. E, em verdade, dívida nenhuma existe, porque, no caso específico de Teófilo Otôni, acionamos o INSS e ganhamos quatro ações diferenciadas, mostrando que o INSS cobrou da Prefeitura de forma equivocada e que, ao contrário, devia a ela. No entanto, somos executados e temos nossa conta bancária pessoal bloqueada pela Justiça em virtude de ação do INSS.

A gente se preocupa com essa dicotomia entre a lei e sua interpretação, embora o STF ultimamente se tenha rebelado e até começado a construir leis, passando por cima do parlamento, porque ele também não funciona, não regulamenta vários artigos da nossa Constituição. Em virtude disso, os vácuos jurídicos, os vazios jurídicos, os buracos-negros da legislação brasileira permitem que fatos como esse aconteçam.

No caso específico da Unipac de Teófilo Otôni, em que estamos respondendo a processo, pergunto ao povo da minha terra e de Minas Gerais: "qual é o maior crime: deixar a população, no seu Município, sem a expectativa nem a possibilidade de ter um curso superior, ou o poder público municipal colocar-se à disposição das entidades que queiram criar esses cursos, criando-os com o favorecimento e a benesse do próprio poder público municipal?".

Sr. Presidente, esse questionamento é posto no momento em que agradecemos ao Governador do Estado e ao Vice-Governador as obras realizadas em nossa região. Abrimos esse parêntese, aproveitando a presença dos alunos da Unipac de Betim, para lembrar que, às vezes, o poder público quer ajudar, e não pode. Não deixam que ajudemos este Brasil tão grandioso a adquirir a sua grandeza na área da formação profissional.

Uma preocupação que nos move é que, se tivéssemos de fazer de novo, fariamos; se houvesse oportunidade, fariamos de Teófilo Otôni uma cidade-polo, que é a última na direção do Norte do Brasil, a última na direção da Bahia, a última grande cidade, que vivia tristemente, sem uma estrutura educacional suficiente. E conseguimos levar para lá três instituições. Levamos a UFMG, a Universidade Federal dos Vales do Mucuri e do Jequitinhonha, e hoje temos mais de 7 mil universitários numa cidade-polo de 150 mil habitantes.

É importante ressaltar, com a presença dos alunos da Unipac de Betim, o esforço que às vezes o Município tem de fazer para resolver algumas questões. A Unipac é uma faculdade particular, paga, mas, naquela época, fiz as contas do custo para uma família de um filho que mora fora da sua cidade para cursar uma universidade. Esse custo seria muito mais do que R\$400,00, R\$500,00, R\$600,00, R\$700,00 de mensalidade com a criança, o rapaz ou a moça morando dentro de casa. Analisamos que era muito mais barato para a população da minha cidade seus filhos não irem para longe. Além da preocupação da família, a ida para outra cidade eliminaria os laços familiares, e essas crianças, essas moças, esses rapazes teriam de ser sustentados fora do ambiente familiar, gastando muito mais que a mensalidade cobrada pelas entidades particulares.

Claro que, paralelamente, lutamos pelos cursos gratuitos. Levamos para lá a UFMG, num convênio feito com o Estado. E trabalhamos para

levar para lá a Universidade Federal dos Vales do Mucuri e do Jequitinhonha, que criou o câmpus avançado de Teófilo Otôni, cujas obras estão em andamento, mas ainda começando. São as duas vertentes: o ensino público gratuito de um lado e o ensino pago do outro. Qual é a vantagem do ensino pago? A rapidez da sua instalação e implantação.

Concederei aparte ao meu companheiro Rômulo Veneroso, que tem sua representação política em Betim.

O Deputado Rômulo Veneroso (em aparte)\* - Deputado Getúlio Neiva, ouvi atentamente as suas palavras e agradeço a oportunidade. É lamentável V. Exa. estar respondendo ao Ministério Público, à Justiça, por ter dado a oportunidade a mais de 7 mil alunos, como foi falado, que hoje estão fazendo curso universitário naquela região e que não tinham essa oportunidade. Muitos deles tinham a possibilidade de vir para a Capital, com o estudo bancado pelos pais, mas muitos não poderiam vir e nunca teriam oportunidade de fazer um curso superior. Parabênizo-o por essa atitude. Muito mais interessante é que, se tivesse de fazer isso novamente, V. Exa. o faria.

Betim também recebeu, nos últimos 10 anos, 7 universidades. Hoje temos lá mais de 15 mil alunos. Alguns estão aqui, hoje. Na pessoa do Prof. Alexandre Resende, cumprimento os alunos da Unipac que visitam esta Casa. Neste momento estamos aqui representando o povo de Minas Gerais. Tive uma votação expressiva em Betim e estou aqui como Deputado pela primeira vez. Temos aprendido muito, e o nosso trabalho está centrado principalmente na questão educacional.

Por isso hoje fiz um manifesto em entrevista a jornal, quando me questionaram a respeito da diminuição da maioridade para o crime, passando de 18 para 16 anos. Fomos taxativos e contrários a essa proposta. Precisamos é de investimento na educação para que nossos jovens enxerguem no futuro do País possibilidades de crescimento, de profissionalização, de educação.

Queremos agradecer a presença de vocês e, mais uma vez, colocar o nosso gabinete à disposição. Deputado Getúlio Neiva, parabéns pelo pronunciamento. Tenho certeza de que isso será defendido e V. Exa vai "tirar de letra", pois tudo que fez durante todo o seu mandato como Prefeito da região, daquela grande cidade-polo, foi para o bem do povo de Minas Gerais.

O Deputado Getúlio Neiva - Incorporo as minhas palavras às do Deputado Rômulo Veneroso, companheiro e solidário, sempre participante das discussões dos grandes temas de Minas Gerais.

Já concluindo, Sr. Presidente, o que queríamos era justificar a nossa atitude do passado. Se não tínhamos condições, era porque, infelizmente, o serviço público anda mais devagar e a ampliação das universidades federais é vagarosa. Se não podemos criar de imediato os cursos nas universidades estaduais ou federais gratuitas, antecipamos nosso trabalho na busca de oferecer aos jovens da nossa terra a oportunidade de não precisarem se afastar de suas famílias. E que fosse suportável para a própria família manter seus filhos num curso superior. São, hoje, nada menos que 32 cursos diferenciados, sendo a maioria deles com conceito A nas provas do MEC.

Então, é importante ressaltar o que fizemos. Existe um grande prédio, talvez o melhor da Unipac em todo o Estado. Até brinco com um Deputado, um companheiro nosso da família Andrada, dizendo que o prédio mais bonito é o de Teófilo Otôni. É uma brincadeira, claro, mas, realmente, é uma excelente estrutura, com laboratórios e com uma assistência fantástica. A Unipac está presente nessa cidade produzindo bons efeitos e até possibilitando ao seu gestor lançar-se hoje como Deputado, graças ao espaço que ganhou em nossa cidade. É com prazer que o teremos como companheiro nas disputas eleitorais. O importante é dizer que Teófilo Otôni, que era uma cidade-polo esquecida num canto de Minas Gerais, a última grande cidade na direção da Bahia, tem hoje 3% de sua população com 3º grau. Três por cento! Um dos índices mais elevados do Estado de Minas Gerais. Estamos entre as melhores cidades do Estado com percentual de pessoas com nível superior. Agora nos resta trabalhar, Deputado Rômulo Veneroso, para que a Zona de Processamento de Exportação - não podemos esticar o assunto porque nosso tempo já terminou - que foi autorizada para Teófilo Otôni seja efetivada. Essa é uma preocupação, e gostaria de me reservar o direito de, pelo art. 70, discutir esse assunto com os companheiros, colegas Deputados. Muito obrigado, senhoras e senhores.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Weliton Prado\* - Quero saudar a todas e a todos. Primeiramente, cumprimento os alunos do curso de Direito da Unipac de Betim, que se encontram em nossas galerias. Agradeço a presença de vocês. Agradeço também a presença dos alunos do 4º período do curso de Direito da PUC Betim, que estão aqui na Assembleia. Tivemos uma reunião com esses alunos, que estão fazendo um trabalho sobre o processo legislativo. É de grande importância a presença desses estudantes nesta Casa, e espero que aprendam o caminho. A Casa está de portas abertas para as reivindicações. Isso é fundamental para consolidarmos o processo democrático em nosso país. Parabênizo o Prof. Bruno de Oliveira, os alunos Bruno Ornelas, Daniel Ferreira, Michele Queiroz, Edson Rodrigues, Rafael, Élica e Davidson. Aliás, quero, em meu pronunciamento, tratar das perguntas que eles nos trouxeram, respondendo-as uma a uma.

Mais uma vez, ficamos muito felizes com o grande número de pessoas que estão nos procurando em nosso gabinete, Vereadores, entidades, sobre assunto relacionado à Copasa. O jornal "O Tempo" trouxe, nessa segunda-feira, uma matéria, aliás, de capa: "Esgoto. De 142 cidades, apenas 63 têm estação de tratamento. Copasa cobra por serviços que não são executados". Isso é um verdadeiro absurdo e um desrespeito com a população. A Copasa cobra pelo tratamento de esgoto onde não há tratamento de esgoto. Ela joga o esgoto nos rios, nos lagos, nos córregos, nos mananciais, e cobra um valor exorbitante da população, que chega a pagar até o dobro do valor da conta de água pelo tratamento de esgoto, serviço que não é oferecido. O jornal "O Tempo" trouxe também uma matéria detalhada, com o título: "Montes Claros recorre à Justiça e consegue redução nas tarifas". A Justiça determinou a redução das tarifas e a devolução dos valores retroativos. No caderno "Economia", encontramos: "Esgoto de Montes Claros não é tratado, mas é cobrado". Como autor da ação, fizemos algumas perguntas: "O que chamou sua atenção nesse problema?". Respondi que foi o grande número de reclamações da população e justamente o fato, que é um problema, de a Copasa cobrar pelo tratamento de água e esgoto e não realizar esse tratamento, penalizando duas vezes a população. Também falamos do grande número de ações que já impetramos na Justiça e nas quais tivemos êxito. Impedimos o aumento do valor da tarifa de água da Copasa. A partir de março, a Copasa queria quase 10% a mais no valor da conta de água. Então entramos com uma ação na Justiça e conseguimos uma liminar, pelo que parabênizo o Promotor Antônio Baêta. A Copasa não aceitou isso e queria de todas as formas reverter essa situação e garantir o aumento do valor da conta de água. Tentou derrubar a liminar no STJ, mas conseguimos impedir isso, e foi indeferido o pedido solicitado pela Copasa. Portanto, continua valendo a liminar que conseguimos aqui, e o valor da conta de água em 611 cidades de Minas Gerais não poderá ser aumentado. Por que a Copasa queria aumentar o valor da conta de água? Ela alegava que eram necessários mais recursos. Analisamos a planilha, e a Copasa não conseguiu provar que, de fato, havia necessidade desse aumento. Pela Lei Federal nº 11.445/2007, só poderá haver aumento do valor da conta de água e esgoto se houver uma agência, um órgão para regular o setor. Em Minas Gerais, existe um órgão para regular o setor? Não, não há uma agência para regular o setor. O que existe equivale a colocar raposa para tomar conta de galinheiro. É a Secretaria que determina o percentual de reajuste, sem analisar se é necessário ou não o aumento, sem a participação da sociedade nem dos Prefeitos. Isso fica de acordo com o que a Copasa quer, e ela pediu praticamente 10%, o maior reajuste solicitado nos últimos 10 anos. Se não tivéssemos entrado na Justiça, a conta de água já estaria mais cara. Realmente, impedir o aumento do valor da conta de água, o que aconteceria a partir de março, foi uma grande vitória.

Para se ter uma idéia, nos primeiros meses a Copasa teve um lucro de mais R\$300.000.000,00. Só nos últimos anos, foram distribuídos mais de R\$500.000,00 aos acionistas. Então a mobilização, a participação vale a pena. Os Vereadores estão nos procurando, e estamos entrando com várias ações na Justiça. Aliás, entramos com ação em Joaíma, onde também não há coleta de esgoto, que corre a céu aberto nas vias, colocando em risco a saúde da população e provocando a poluição do meio ambiente. A população também reclama da qualidade e do valor da conta de água, da ausência do tratamento de esgoto, que é lançado diretamente nos córregos e nos rios da cidade, e do mau cheiro exalado, o

que, aliás, dificulta os momentos de refeição. Até mesmo o hábito de se alimentar tem sido dificultado pelo mau cheiro. Essa questão do mau cheiro não acontece só em Joáima, mas também em vários outros Municípios. Entramos com ação também em Jacinto, cujos Vereadores nos procuraram; em Novo Cruzeiro, onde o esgoto é lançado sem tratamento no Rio Gravatá; em Extrema, Coronel Murta, Vazante, Itabirinha e Carbonita; enfim, ajuizamos um grande número de ações na Justiça para garantir o direito dos consumidores.

A água da Copasa tem um valor muito alto, uma das tarifas mais caras do País. Esse serviço essencial não pode ser tratado meramente como mercadoria. É muito importante que haja mobilização e participação de toda a sociedade.

Gostaria de responder as perguntas de alunos do 4º período da PUC Betim. Parabeno o trabalho desenvolvido pelo Prof. Bruno de Oliveira. Estão presentes aqui os alunos Bruno, Daniel, Michele, Edson Rodrigues, Rafael, Élica e Davidson.

A primeira pergunta é: "Quais são os critérios para se apresentar um projeto de lei, como a Assembleia se posiciona em relação às leis ordinárias e qual a importância das Comissões na elaboração dos projetos?". O que me motiva a apresentar um projeto é, primeiramente, a inversão de prioridades, a justiça social. É preciso analisar a transparência e as demandas. Viajamos por todo o Estado, acompanhamos de perto a questão da Copasa e abraçamos essa campanha. Além disso, pela primeira vez na história, em 56 anos, houve redução de 17% na conta de luz em Minas Gerais. Apresentamos um projeto para diminuir o ICMS dessa conta, ação com grande alcance social, que corrige uma injustiça. Sabem quanto o cidadão paga somente de ICMS nas contas de luz? Quarenta e dois por cento. Tiradentes foi esquarterado pelo quinto da Coroa, por 20%. Apresentamos outro projeto para reduzir o valor do ICMS cobrado sobre o álcool combustível, que hoje está na casa dos 25%. Minas tem grande número de usinas, é um dos maiores produtores de álcool do Brasil. São Paulo cobra 12%, e Goiás 15%. Também apresentamos vários projetos na área de educação que dizem respeito ao incentivo à leitura, procurando atender aos anseios da comunidade. A remuneração dos servidores estaduais também é outra preocupação - sempre apresentamos emendas a projetos do governo.

Portanto, os critérios utilizados para apresentação de projetos são a transparência, os interesses populares e a inversão de prioridades. Esta Casa é pluralista, tem partidos de diversos segmentos. As comissões são muito importantes, não para a elaboração do projeto, mas para a análise e o aperfeiçoamento deles. Parabeno todos os técnicos, que são qualificados e contribuem muito na fase de tramitação dos projetos quanto à legalidade, à constitucionalidade, ao mérito e à questão do impacto financeiro e orçamentário. O projeto é aperfeiçoado de acordo com a realidade do Estado e com o Orçamento, o PPAG.

Outra pergunta é: "Quantos membros compõem a Mesa?". São sete membros: o Presidente, o 1º-Vice-Presidente, o 2º-Vice-Presidente - que é o Deputado José Henrique, aqui presidindo esta reunião -; o 3º-Vice-Presidente; o 1º-Secretário; o 2º-Secretário; o 3º-Secretário.

Outra pergunta é: "Como ocorre a formação das comissões?". Os partidos podem formar um bloco e, dependendo do número de Deputados que o compõem, a prioridade e a proporcionalidade na distribuição das vagas nas comissões é que são consideradas. O PT sempre faz questão de estar presente em algumas comissões: na de Educação, na de Participação Popular - o Deputado André Quintão foi um dos responsáveis por sua criação -, na de Direitos Humanos, na de Saúde.

Aliás, falando em saúde, o governo tem um déficit muito grande. Não cumpre a Emenda à Constituição nº 29, por isso o déficit na saúde é de bilhões e bilhões de reais.

A outra pergunta: "Em caso de veto do Governador, qual a posição da Assembleia?". Essa é uma pergunta realmente muito importante. Infelizmente, a Assembleia não tem a autonomia nem a independência que deveria ter. Não é a prioridade nem a necessidade que nos permitem derrubar um veto do Governador. O Governador tem maioria na Casa, e só com muita pressão conseguimos derrubar um veto seu. Costumo dizer que, em todos os níveis do parlamento, as coisas são como feijão, só funcionam na pressão. Se há pressão popular, se as pessoas participam, vão aos gabinetes, mobilizam-se, há grandes possibilidades de conseguirmos derrubar um veto nesta Casa. Mesmo quando é de grande relevância, um projeto pode receber o veto do Governador, até mesmo por motivação política, e não técnica. Então, para derrubar esse veto, temos de travar uma luta muito dura e difícil, porque o governo tem maioria na Casa. Já derrubamos vários vetos por pressão popular ou por negociação das bancadas. Quando queremos derrubar um veto, o PT, com o PCdoB, faz uma obstrução, e, por diversas vezes, já conseguimos, mas com uma grande suadeira. Temos de fazer uma grande mobilização.

Outra pergunta: "Houve algum projeto de iniciativa popular nesta legislatura?". Foram apresentadas 131 emendas ao Orçamento e ao PPAG, emendas realmente muito importantes do ponto de vista social. Foram enviadas pelas entidades, por meio da participação popular.

"Em caso de apresentação de um projeto de iniciativa popular, qual o procedimento adotado pela Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais?" Antes, para apresentar um projeto de iniciativa popular, era necessário apresentar a assinatura de mais de 10 mil eleitores, o que era muito difícil de conseguir. Hoje qualquer entidade pode apresentar à comissão um projeto de iniciativa popular, que vai seguir o mesmo trâmite dos outros projetos. Vai passar na Comissão de Constituição e Justiça, que vai analisar a constitucionalidade, a legalidade do projeto, e depois vai para a comissão de mérito.

"A população tem a participação efetiva nas decisões?" Tem, mas deveria ter mais. A população tinha de ocupar esse espaço e reivindicar muito mais.

"Em sua opinião, o processo legislativo atende aos anseios sociais e pode ser considerado um meio eficiente no nosso Estado Democrático de Direito?" Acho que sim, mas ainda podemos avançar muito mais. Não adianta achar que um Deputado ou uma bancada sozinha conseguem fazer as transformações necessárias no Estado. Não conseguem. Tem de haver pressão, mobilização, cobrança. Como mencionei, em nosso Parlamento, as coisas só funcionam na pressão, na mobilização. Dou o exemplo de várias reivindicações do conjunto dos servidores e das entidades na área social que só tiveram a possibilidade de ser aprovadas por meio da mobilização popular. Finalizando, outro exemplo é a taxa de incêndio. Conseguimos a revogação da cobrança dessa taxa, que já havia sido cobrada. Os boletos já haviam sido mandados para as residências. Houve uma grande mobilização, uma grande pressão, o governo sentiu o desgaste e voltou atrás. Apresentamos uma emenda e conseguimos aprovar a revogação a taxa de incêndio para todas as residências. Outro exemplo de participação popular é em relação à Cemig e à Copasa, que queriam colocar na lista negra, no SPC e na Serasa seus devedores. Além de o cidadão ser penalizado com suas contas de água e de luz cortadas, teria seu nome negativado. Pressionamos, até existe um projeto tramitando na Casa, e o próprio Governador voltou atrás. Levamos a campanha para as ruas, houve pressão popular, o governo sentiu o desgaste e voltou atrás. As pessoas realmente precisam acreditar que a participação popular dá resultado. Está aí a campanha da Copasa. Conseguimos impedir o aumento do valor da conta de água em Minas Gerais. Em algumas cidades, estamos conseguindo a devolução dos valores pagos indevidamente, porque a Copasa cobra pelo tratamento de esgoto onde não existe esse serviço.

Então gostaria de finalizar e parabenizar mais uma vez os alunos da PUC Betim, do curso de Direito, e o Prof. Bruno de Oliveira, colocando nosso mandato à disposição. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Domingos Sávio - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, inicialmente quero agradecer a deferência do nobre colega

Deputado Getúlio Neiva, cuja inscrição foi anterior à minha, por me permitir fazer uso da palavra de pronto. Esclareço que, na sequência, terei o prazer de ouvi-lo. Faço uso da palavra neste momento com o propósito de trazer a todos uma mensagem que julgo extremamente importante e, além disso, conseguir conciliar o tempo, pois ainda nesta tarde participarei de uma comissão desta Casa, da qual tenho a honra de ser membro. Lá discutiremos uma série de ações para propormos ao governo de Minas relativamente ao enfrentamento da crise que aí está.

Deputado Getúlio Neiva, tornarei pública uma das sugestões que levarei ao nosso prezado colega Deputado Sebastião Helvécio, que preside essa Comissão Especial nomeada pelo Presidente da Assembleia para debater e buscar soluções que nos unam no enfrentamento dessa crise. Essa crise já está trazendo sofrimento, como o desemprego, a queda de arrecadação nos Municípios e, conseqüentemente, maior dificuldade de atender às demandas dos nossos cidadãos.

Uma das sugestões a serem apresentadas atende a vários Prefeitos com quem tenho tido contato. A nossa sugestão ao Governador Aécio Neves - se necessário for, que se estabeleça regulamentação legal - é que os convênios celebrados pelo governo de Minas, entre eles, especialmente, os originados nas emendas parlamentares, que obviamente deverão ser cumpridos na íntegra, sejam celebrados sem a obrigatoriedade da contrapartida. Esses convênios são um alento, um alívio para que a Prefeitura possa, pelo menos, cumprir alguns compromissos, em termos de obras, com a comunidade. Esse apoio que o parlamentar procura levar, por meio de uma pequena emenda, ajuda a construir desde um posto de saúde a uma quadra de esportes, a calçar uma rua ou a ajudar uma creche.

A minha sugestão é englobarmos as cidades com até 100 mil habitantes. Faço isso genericamente, porque vamos alcançar a maioria dos Municípios mineiros, em especial os que enfrentam maior dificuldades. São as pequenas cidades que dependem essencialmente desses repasses constitucionais do Fundo de Participação dos Municípios - FPM - e da distribuição do ICMS. São esses Municípios que estão entrando numa situação de desespero, às vezes sem condições de cumprir a folha de pagamento do professor, do médico e do funcionário que faz a limpeza da cidade. Portanto, a minha proposta é que, para os Municípios com até 100 mil habitantes, os convênios sejam celebrados sem a obrigatoriedade da contrapartida.

Por que essa proposta? Não digo que a contrapartida não seja necessária, não seja positiva. É bom que haja contrapartida. É bom para o Estado, ao firmar um convênio de R\$100.000,00 para uma obra, que o Município entre com pelo menos 10%, R\$10.000,00 ou R\$20.000,00. Mas, se a obrigatoriedade se mantiver, vamos ter a tristeza de ver um Município muito pobre, precisando de dinheiro, não fazer o convênio ou não ter condições de prestar contas adequadamente, porque não tem o dinheiro para a contrapartida. A situação é de dificuldade, e temos de ser realistas com ela. Isso é algo que o governo do Estado pode fazer sem alterar seu Orçamento, sua programação, alterando apenas um procedimento burocrático. Acredito que nessas horas a criatividade e o espírito de solidariedade dos Prefeitos, dos cidadãos que estão no interior, nos ajudarão a superar esse momento difícil. Portanto, essa é uma das sugestões que protocolaremos ainda hoje.

Quero trazer a esta tribuna, com muita alegria, o comunicado de que participei ontem de uma reunião na minha querida cidade de Oliveira, em que a Câmara Municipal, em boa hora, por iniciativa dos seus Vereadores, liderados pelo Presidente Paulo César, realizou uma sessão solene belíssima em homenagem a Carlos Chagas. Com afã. Fez-se ali, por meio de uma palestra magna, brilhante, a comemoração dos 100 anos da descoberta da doença de Chagas.

Essa descoberta foi um feito extremamente relevante para a história da humanidade, em especial para a história da saúde pública não só em nosso país, mas também no mundo. E foi um feito realizado por um mineiro de Oliveira, um cidadão oliveirense, um homem de inteligência brilhante. Admiramos a figura exemplar de Carlos Chagas, esse cientista brasileiro, principalmente pelo resultado do seu trabalho sério, que foi salvar milhões de vidas e possibilitar o enfrentamento dessa doença terrível, que tirou e ainda tira a vida de milhares de pessoas - hoje de forma muito pouco significativa, porque há apenas os casos remanescentes, já que estamos próximos de zerar a infestação, a contaminação, graças a Carlos Chagas. Mas, no passado, essa doença tirou milhares de vidas e deixou sequelas, com sofrimento para muita gente. Se esse feito não tivesse ocorrido, esse mal continuaria proliferando aqui, no Brasil, e em outras partes do mundo onde há a presença da doença de Chagas, do tripanossomo, que a transmite, e de todo o ciclo, incluindo, obviamente, o barbeiro.

Quero fazer outro destaque. Ao participar daquela reunião solene em Oliveira, foi possível ver a inteligência brilhante de outro mineiro, outro Carlos, o Dr. João Carlos Pinto Dias, cientista da Fiocruz, do Instituto Oswaldo Cruz, o mesmo Instituto por onde Carlos Chagas passou, no qual desenvolveu a sua pesquisa e descreveu toda a doença de Chagas, dando essa contribuição para a humanidade. O Dr. João Carlos, mineiro de Bambuí, proferiu uma palestra maravilhosa, em que conseguiu reunir dados científicos do trabalho fantástico de Carlos Chagas com uma história no estilo Guimarães Rosa. Ele fez com que pudéssemos voltar aos idos do século XIX, ainda no período da escravidão, do nascimento de Carlos Chagas, da sua infância, da sua juventude extremamente profícuca, embora com seu sofrimento de criança órfã, que perdeu o pai aos 6 anos. Ali o Dr. João Carlos nos descreveu a verdadeira epopeia que foi a vida desse mineiro, do oliveirense Carlos Chagas.

Faço disso, prezado colega Deputado Carlos Mosconi, exemplo, para todos nós, de homem público e de profundo conhecedor das ciências médicas, em especial naquilo que se aplica à saúde pública de modo geral, porque também somos apaixonados por essa causa e sabemos que o universo da medicina é um universo que se amplia. A saúde pública alcança um universo em que vários ingredientes têm de ser colocados, para que tenhamos um bom resultado. Carlos Chagas foi um desses grandes precursores. Num determinado momento, o Dr. João Carlos Dias nos disse que Carlos Chagas, de certa forma, não foi bem-sucedido como médico. E aí ele fez uma pausa para dizer: "Olhem, não pensem que eu teria a ousadia de desmerecer o gênio que foi Carlos Chagas". Ele quis dizer de Carlos Chagas talvez algo que pudéssemos dizer de tantos homens que militam na vida pública com amor à humanidade, como o Deputado Carlos Mosconi, que aqui se encontra. São aqueles que, ao se apaixonarem pela medicina, compreendem-na em sua dimensão mais ampla e começam por não ter muita capacidade de cobrar pelo serviço que prestam. E aí dificilmente conseguem prosperar no mero exercício da clínica ou de uma especialidade médica. Até dificilmente conseguem se sustentar, e muitos acabam enveredando para a pesquisa ou para o campo da política pública, como é o caso do nosso Deputado Carlos Mosconi, grande professor, grande médico e grande homem público. Carlos Chagas enveredou por esse caminho. Tão logo percebeu a dimensão das doenças tropicais, iniciando-se como um grande especialista da malária, ele se apaixonou por essa causa. E o Prof. João Carlos dizia que Carlos Chagas, incapaz de se dedicar à medicina como uma profissão focada apenas em um paciente e compreendendo a medicina como um instrumento a serviço de toda a humanidade, dedicou-se de maneira apaixonada, descobrindo uma doença que fatalmente poderia não ter sido descrita com a precisão que foi até os dias de hoje, talvez. Claro que, com os recursos atuais, com os avanços tecnológicos, seria pouco provável que isso permanecesse de forma incógnita até os dias de hoje.

O certo é que um brasileiro, em 1909, descobriu e descreveu com precisão uma doença de grande significância, uma doença que, ainda nos dias de hoje, segundo a Organização Mundial de Saúde, está entre as cinco mais relevantes da humanidade, embora de forma decrescente. Portanto Carlos Chagas é uma referência na nossa história, Deputado Carlos Mosconi. Por isso estou tratando hoje desse tema.

Com satisfação, concedo um aparte a V. Exa.

O Deputado Carlos Mosconi (em aparte) - Caro Deputado Domingos Sávio, cumprimento-o pelo rico pronunciamento que faz nesta tarde. Agradeço-lhe as palavras elogiosas a minha pessoa.

V. Exa. traz a esta Casa essa figura que é uma lenda da medicina brasileira e mineira. Natural da querida cidade de Oliveira, o cientista Carlos Chagas destacou-se pelo brilhantismo, empenho, denodo e, digo mais, pelo patriotismo. Veja que, há praticamente 100 anos, nessas Minas Gerais que não são fáceis, até porque são várias, ele andou por aí e conseguiu, com métodos científicos muito precisos e inquestionáveis, definir todo o ciclo biológico da doença de Chagas. Naquele tempo, os recursos eram escassos, difíceis, mas ele, numa pequena cidade do

interior do Estado, trouxe a luz não só para Minas Gerais e para o Brasil mas também para o mundo inteiro. Ou seja, fez descobertas sobre essa doença, que era totalmente desconhecida e que, lamentavelmente, até hoje existe em nosso Estado e em nosso país.

Caro Deputado Domingos Sávio, ele descobriu a doença em uma criança de 1 ou 2 anos, cujo nome, se não me engano, era Berenice.

O Deputado Domingos Sávio - Creio que sim, Deputado. Vi a fotografia ontem, exposta por esse brilhante professor.

O Deputado Carlos Mosconi (em aparte) - Ele acabou cuidando não só da Berenice mas também de toda a sua família, a vida inteira. Então descreveu essa doença, que, lamentavelmente, ainda não foi eliminada em nosso país. Como V. Exa. disse, a forma aguda praticamente não existe mais, mas a crônica ainda ocorre em muitas cidades de Minas Gerais. Carlos Chagas - não diria que foi uma exceção - preponderou na sua época com a força de seu idealismo, mas o Brasil não conseguiu dizimar a doença. Esse teria sido outro passo; talvez, apesar das dificuldades, isso fosse possível.

Estudei medicina em Brasília. Na época, o Hospital da Universidade de Brasília recebia pacientes de Minas Gerais, da Bahia, do Piauí e do Ceará, e o maior número era de portadores da doença de Chagas, para a qual, até então, não tinham encontrado uma solução, como, aliás, acontece até hoje.

Parabenizo V. Exa. por trazer a esta Casa uma história tão maravilhosa como a de Carlos Chagas. Essa atitude é importantíssima para todos nós, pois é preciso lembrarmos que o Brasil possui muitas coisas boas que merecem ser valorizadas, a exemplo de V. Exa., que é um Deputado de grande dimensão. Parabéns, Deputado Domingos Sávio.

O Deputado Domingos Sávio - Obrigado, Deputado Carlos Mosconi.

Nesses últimos segundos, Sr. Presidente, na mesma linha de raciocínio do nobre Deputado Carlos Mosconi, reconhecendo a importância, não só para o Brasil mas também para o mundo, desse grande cientista, desse exemplo de médico, de ser humano, de profissional, de brasileiro e de oliveirense, quero - e o farei na companhia do Deputado Sávio Souza Cruz, que é votado comigo numa ação de absoluta harmonia e companheirismo, e juntamente aos demais colegas - propor uma reunião solene para fazermos à memória de Carlos Chagas as justas honras e homenagens.

Mais do que isso: para, numa sessão solene, descrevermos um pouco da sua história, do que foi feito e do que ainda precisa ser feito porque Carlos Chagas deixou claro para todos nós, com sua visão humanista e seu espírito de cidadão, que mais importante do que descobrir a doença é erradicá-la. É fundamental eliminá-la para não pairar sequer a possibilidade de algum brasileiro vir ainda a perder sua vida ou qualidade de vida em razão dessa doença. Infelizmente, a erradicação completa ainda não se deu, mas muito se avançou, graças a esse grande cidadão de Oliveira, de Minas, do Brasil, diria até, do mundo. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Getúlio Neiva - Caro Presidente Deputado José Henrique, caro companheiro Deputado Domingos Sávio, nossa preocupação é a mesma, e V. Exa. falou muito bem a respeito do assunto. Quando se pede a redução da contrapartida para que os Prefeitos possam, de fato, realizar obras com os recursos que nós, Deputados, pudemos repassar aos Municípios mineiros, gostaria de adicionar à sua preocupação um fato interessante: o Presidente Lula eliminou a necessidade de adimplência dos Municípios para aplicação do PAC. Isso é interessante. Por que somente a aplicação dos recursos do PAC? Por ser ele uma bandeira política ou por ser muito importante?

Fiz um levantamento esta semana com vários Prefeitos da minha região. Apenas nas regiões dos Vales do Mucuri e do Jequitinhonha, os Prefeitos perderão cerca de R\$15.000.000,00 de investimento em saneamento básico, em redes de esgoto, redes de água e melhorias sanitárias - que são os banheiros -, se não houver prorrogação do prazo.

O que está acontecendo? Os novos Prefeitos entraram e encontraram inadimplências. Para que o povo saiba, o que vem a ser inadimplência? A Prefeitura está devendo a Deus e a todo o mundo: prestação de conta de convênio, pagamento de Copasa, pagamento de Cemig, pagamento dos funcionários, pagamento do Sisprev, que é o sistema próprio de previdência de cada Prefeitura. Com essas dívidas, a lei não permite que as Prefeituras recebam recursos transferidos, seja do governo federal, seja do estadual.

Interessante é que o governo federal cuidou apenas de liberar os pagamentos dos recursos do PAC, mesmo havendo inadimplências. Mas, se o Prefeito está devendo prestações de contas, pagamentos que deveriam ter sido feitos e pode receber recurso do PAC, por que não generalizar essa decisão? Por que não mandar uma nova medida provisória permitindo que, em nível nacional, para todos os investimentos, os Prefeitos sejam liberados dessa inadimplência para receber novos recursos?

Por que é que raciocinamos dessa maneira? Nos últimos meses temos convivido muito com os Prefeitos, especialmente em função da adaptação deles a essa administração que se inicia dentro de uma crise fantástica, que arrebentou a estrutura dos Municípios.

Quando se reduziu o IPI, reduziu-se o movimento econômico brasileiro como um todo, assim como o de Minas Gerais também, em particular. É claro que não haveria como reduzir somente a receita nacional e reduziu-se também a receita do Estado. Com essa redução, há redução natural dos tributos e, em consequência, o percentual do repasse aos Municípios é muito menor. Os Municípios entraram em crise muito mais profunda que as empresas brasileiras. Algumas delas já começaram sua recuperação.

Os governos, tanto o federal quanto o estadual, não olham isso com carinho. O Deputado Domingos Sávio aborda aqui a redução da contrapartida, que é aquela parcela com que o Município vai entrar numa obra cujo dinheiro é repassado pelo Deputado ou diretamente pelo governo.

Por exemplo, para um investimento de R\$100.000,00, o Município teria de entrar com R\$20.000,00. No entanto, certos Municípios não têm sequer R\$2,00 em caixa e não têm nem mesmo conseguido repassar o dinheiro no dia 20 de cada mês, o que é obrigatório, para as Câmaras Municipais. Além disso, não têm conseguido quitar a folha de pagamento, sendo obrigados a demitir pessoal. Nós, desta Assembleia, temos de agir em defesa dos Prefeitos não só de Minas Gerais, mas de todo o Brasil.

Se é possível ao governo federal eliminar, para obtenção de recursos do PAC, a necessidade da adimplência, por que não estender o benefício para obtenção de todos os demais recursos de todas as origens, sejam eles até internacionais, como os provenientes do BID, do Bird, da Fundação Carluchen Julbeiken ou de outro banco internacional que financie Prefeituras? Pode ser qualquer um deles. Por que não fazer tudo isso de forma genérica? Deixo aqui este apelo - já que não somos mais Deputado Federal - para que os nossos parlamentares federais enxerguem essa realidade. É absolutamente necessário expandir essa medida provisória para todos os níveis de governo, o federal e o estadual. Propomos uma redução de contrapartida, o que é possível fazer. O Deputado Domingos Sávio, assim como eu, defende essa idéia. Uma contrapartida de 20% pode vir a ser reduzida para 5%, para 2%, apenas para não se descumprir a lei. A bitola do percentual é feita pelo próprio órgão repassador, no caso o Estado de Minas Gerais. Poderíamos reduzir essa contrapartida, e essa é uma boa sugestão.

No entanto, mais importante que isso é saber que os Prefeitos não terão acesso a nenhum dinheiro, e que a tendência é a situação piorar. Já estão sendo reduzidos os empregos municipais na estrutura das Prefeituras. Assim, se não forem realizadas obras, haverá a geração de mais desemprego em cada Município mineiro. Há necessidade de se fazer uma adaptação à realidade de hoje. Vivemos uma crise internacional com efeitos mais graves sobre os Municípios, muito mais grave que sobre as empresas, que foram beneficiadas com a redução do IPI. Essa redução impactou os Municípios, ao reduzir suas receitas. Houve dilação do prazo para pagamento do ICMS, que mais fortemente impactou os Municípios, beneficiando somente as empresas, que por isso já foram muito bem aquinhoadas. É hora de percebermos que, em cada um dos 853 Municípios mineiros, há milhares de brasileiros desempregados. Temos de tomar cuidado com isso.

Sr. Presidente, desejamos ser ouvidos, é claro. Falamos, nesta semana, com o Vice-Governador Antônio Augusto Anastasia a respeito da redução da participação dos Municípios na contrapartida. Precisamos também alertar nossos Deputados Federais. Já liguei para meu Deputado Federal, o da minha cidade, com quem falei que é preciso pensar em alguma proposta no sentido de a medida provisória vir a ser ampliada de forma a favorecer a obtenção de todos os recursos, e não apenas os recursos do PAC.

Os Deputados Federais vivem o mesmo problema, já que têm suas emendas para repasse de recursos aos Municípios. Os recursos não poderão ser aproveitados. Os Municípios não poderão utilizar esse dinheiro em função de dois fatores: o primeiro deles diz respeito ao fato de que a contrapartida é muito alta - cerca de 10%, 15%, até 20%; além disso, é preciso considerar o fato de estarem inadimplentes. Uma das inadimplências mais perigosas, mais profundas e mais irritantes é a relativa ao INSS, sobre a qual tenho falado aqui exaustivamente. Hoje mesmo já toquei nesse assunto. O governo federal é draconiano. O contrato é feito de cima para baixo. Impõe-se ao Município o repasse constitucional do Fundo de Participação dos Municípios - FPM -. O Município, num determinado momento, é assaltado pelo governo federal, quando desconta na origem, na fonte do repasse, dívidas supostamente existentes das Prefeituras com o INSS. Temos mostrado, de forma bastante clara, os levantamentos feitos pelos institutos que trabalham nessa área, os quais provam que o governo federal deve aos Municípios, como cobrança equivocada praticada contra os Municípios, quantia da ordem de R\$35.000.000.000,00. Por sua vez, os Municípios devem ao governo federal R\$32.000.000.000,00. O que se está buscando é um encontro de contas, o que pode ser feito por meio de uma medida simples, de um projeto de lei simples, de uma medida provisória, que rapidamente seria aprovada pelo Congresso Nacional. Essa compensação poderia ser determinada. Enquanto isso não acontece, o que farão os pobres Prefeitos?

A nossa sugestão, Sr. Presidente, é que se eliminem todas as inadimplências, especialmente essa do INSS, e que se pare de descontar na origem dos repasses do FPM aqueles recursos do INSS, em função de a dívida praticamente não existir. São sugestões que fazemos para que a economia dos nossos Municípios volte a funcionar.

Estamos vendo indicadores de que algumas empresas, algumas indústrias, as exportadoras especialmente, já começaram a recuperar as suas finanças. Vimos que o estímulo do governo fez com que houvesse uma explosão, no mês de abril, na venda de carros. Nunca se vendeu tanto carro no Brasil. Mas às custas de quê? As custas de milhares de empregos lá na pequena célula municipal, lá em Poté, em Ladainha, em Malacacheta. Nos nossos pequenos Municípios, o desemprego ampliou-se consideravelmente.

Nosso apelo aqui é para que esta Assembleia seja ouvida quando da manifestação de seus Deputados, que viveram e vivem o momento de cada Município, a fim de que os governos do Estado e federal enxerguem essa realidade. Trata-se de uma realidade cruel: são milhares e milhares de desempregados que hoje necessitam de um estímulo qualquer do governo. E é possível, sim, dá-lo; é até muito simples. Mas no Brasil há aquela velha prática de criar dificuldades para gerar facilidades a fim de ter um interveniente.

Estamos trabalhando nesses dias com a Funasa, tentando liberar recursos. São R\$15.000.000,00 só para os Vales do Mucuri e do Jequitinhonha. Imaginem para o resto de Minas Gerais a quantidade de dinheiro que se está perdendo. Por quê? Por causa da inadimplência dos Prefeitos, das Prefeituras? Sobretudo, Sr. Presidente, por falta de projeto. Os Prefeitos não podem, com o dinheiro do PAC, pagar por projetos. Por que não permitir que o dinheiro do repasse também inclua o custo do projeto? As Prefeituras não têm capacidade de fazê-lo. Por que não se embute o custo do projeto no dinheiro do repasse? Por que não pode existir a possibilidade, por exemplo, de, como fizemos quando estive na Prefeitura, buscarmos recursos internacionais? Não existe nenhum recurso do BID, do Bird ou de outros bancos internacionais quaisquer que não prevejam de 5% a 7% para o custeio do projeto. As Prefeituras não têm como contratar técnicos de alto nível para fazerem projeto de saneamento básico! E não há técnicos suficientes no interior para realizá-los para os Prefeitos! A nossa Associação dos Municípios da Microrregião do Vale do Mucuri - Amuc - é "azeitadinha". Ela e mais umas três ou quatro funcionam bem no Estado e não têm capacidade para gerar o volume de projetos de que se necessita para liberar esses recursos.

Portanto, esse é um apelo que fazemos na defesa dos Municípios mineiros, para que tanto o governo federal quanto o governo do Estado afrouxem e abram uma exceção nas regras neste momento. Temos certeza de que, lá para o final do ano, no ano que vem, as coisas melhorarão, mas, se não houver uma decisão para facilitar os investimentos por parte das Prefeituras, ficaremos numa situação estranha, como o cachorro que corre atrás do rabo. Você não consegue alcançar o rabo, mordê-lo e, ao mesmo tempo, não consegue saciar a sua necessidade de fazer alguma coisa. É uma situação estranha. O Município ficou preso, não pode desenvolver-se, não pode gerar emprego, porque não pode receber o dinheiro que já está disponível para ele. Que coisa mais estranha! E não conseguimos encontrar solução para isso. Já discutimos essa situação com alguns companheiros e estamos conversando com o Secretário de Estado para que se eliminem as contrapartidas, mas sobretudo para que se passe por cima da inadimplência, porque esse dinheiro é absolutamente essencial para a geração de emprego para o nosso povo, lá nos Municípios. E esse é um problema muito grave. As pessoas ainda não o avaliaram porque os institutos de pesquisa - o IBGE e o pessoal que calcula o IPCA - não vão lá em Setubinha fazer pesquisa. Ninguém vai lá na sua cidade, Deputado José Henrique, fazer pesquisa. Faz-se pesquisa apenas nas Capitais, onde a vida é outra, totalmente diferente da vida nas cidades do interior. O maior empregador, em 80% dos Municípios mineiros e brasileiros, é a Prefeitura. E, se a Prefeitura está quebrada, não há dinheiro para pagar a folha. Qual é, então, a primeira medida? Demitir os contratados, os ocupantes de cargos de confiança? As pessoas ficam desempregadas, a Prefeitura, inadimplente e sem poder receber dinheiro de fora.

Não podendo receber dinheiro de fora, aumentamos a carga dos desempregados. Então, o apelo que fazemos aos governos federal e estadual é que olhem com um pouco mais de carinho essa questão. São medidas singelas, simples, que podem ser tomadas de imediato. Elas já foram tomadas pelo Presidente Lula em relação ao PAC, mas precisam ser estendidas a todos os recursos repassados pelo governo federal, especialmente às emendas parlamentares e, em nosso caso específico, às emendas dos Deputados Estaduais. Que elas possam ser aproveitadas sem contrapartida pelos Municípios; que se desconsidere - e para isso precisamos de uma decisão federal - o fato de estarem inadimplentes. Por que o Município inadimplente pode receber recursos do PAC, mas não outros recursos? Em Minas Gerais, não podemos fazer isso sem uma decisão federal. Só poderemos fazê-lo, se lá em cima houver uma mudança na medida provisória.

É preciso alertar também para o fato de que a Medida Provisória nº 499 ainda está em vigor, mas restrita, porque as emendas apresentadas pelos Deputados Federais e pelos Senadores ainda não chegaram à decisão de Plenário; assim, ainda não foram aprovadas, de modo que não foram assinadas pelo Presidente, portanto não entraram em vigor. Então, as mudanças feitas a favor dos Municípios e das empresas na medida provisória, relativamente ao INSS, ainda não estão em vigor. O que está em vigor é a medida provisória em seu formato original, que não satisfaz os Municípios. Assim, é preciso que os governos federal e estadual olhem com carinho a questão dos Municípios, porque é no Município que vivemos, moramos, trabalhamos e produzimos. O Estado e a Nação são ficções jurídicas; o Município é a única realidade existente no País; é lá que as riquezas são geradas e é lá que o homem trabalha, vive e produz. Obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Padre João\* - Sr. Presidente, nobres companheiros Deputados, pessoas que nos acompanham das galerias e pela TV Assembleia, boa-tarde. Em primeiro lugar, quero fazer uma homenagem ao profissional da enfermagem, lembrando que hoje, Dia Mundial da Enfermagem, inicia-se a Semana Nacional da Enfermagem. É importante valorizarmos essas pessoas que se prepararam e que, por vocação, dedicam a sua

vida ao serviço da vida. É belo ver pessoas - e são aos milhares - que têm a sensibilidade e a disposição de dedicar sua vida em prol da vida de outras que, às vezes, conhecem em momentos delicados. Assim, deixo a nossa saudação a todos os enfermeiros e enfermeiras, parabenizando-os e desejando-lhes no trabalho a força de Deus, porque vocês, no serviço à vida, dão continuidade a uma ação divina. Deus criou a vida, deu-nos a vida, mas convocou pessoas para estarem a serviço dessa vida. Assim, vocês dão continuidade à obra divina.

Em segundo lugar, Presidente, trago a esta tribuna um assunto que deve ainda ser tratado com maior profundidade. Deputado Adelmo Carneiro Leão, desde que cheguei aqui, provoqueei várias audiências públicas, muitas delas no interior, para discutirmos as terras devolutas.

É um escândalo! V. Exa. participou do governo Itamar em outra área, e temos de reconhecer o acerto desse governo, ao criar o Iter, que, num esforço, assume todo um passivo muito mal administrado pela Ruralminas e começa a organizá-lo. O primeiro Presidente do Iter no governo Itamar começou a cadastrar todas as terras devolutas, que diziam chegar a um volume de 11.000.000ha. Depois o Luiz Chaves, que participava do Iter no governo Itamar, deu continuidade no governo Aécio, assumindo a Presidência, e disse tratar-se de um volume bem menor de terras devolutas. A verdade é que há uma enrolação, há contratos vencidos há 10 anos, e essas terras não foram recuperadas. Há uma reivindicação dos movimentos sociais com vistas a resgatar as terras agricultáveis para a agricultura familiar. Somente uma milgalha dessas terras foi recuperada em Rio Pardo de Minas, um Município em que grande parte da extensão rural está nas mãos de grandes empresas, que se dizem reflorestadoras. A verdade é que as terras, nesses mais de seis anos do governo Aécio, não chegaram para os agricultores familiares. Agora temos milhares de trabalhadores dessa região do Triângulo e sobretudo de São Paulo na colheita da cana, um trabalho exaustivo de semiescravidão, em que, no ano passado, houve mortes.

Vemos como o Governador vem tratando a questão agrária e agrícola no Estado. É importante ver a incoerência do governo Aécio, porque, no discurso, diz que a reforma agrária é de competência da União. É verdade, está na Constituição, mas a Constituição não exclui as parcerias do governo do Estado e dos governos municipais, para garantir que o latifúndio, sobretudo a terra devoluta, já estivesse nas mãos dos agricultores familiares. A incoerência está no seguinte: "como o governo do Estado cria uma Secretaria Extraordinária para Assuntos de Reforma Agrária - Seara?". Para que criar essa Secretaria se não é da competência do Estado a ajuda na reforma agrária? Para conceder cargo, para acomodar políticos? Esse é o papel da criação da Secretaria? Se não é para fazer reforma agrária, se já havia o Iter, criado pelo Governador Itamar, depois desmantelado, para que criar a Secretaria? É uma grande incoerência, e, na verdade, ela se sobrepôs ao Iter. E nem um nem outro vem dando destinação justa às terras, nem as públicas nem as devolutas. Muito menos se empenhou em uma parceria com o governo federal para dar destinação aos latifúndios improdutivos neste Estado, para a reforma agrária. O grande problema que enfrentamos é que são convênios com valores vultosos, feitos com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, tanto para a Emater como para o Iter, que vêm fazendo, às vezes, farras da titulação de terras com recurso federal, que não é repassado. E o Estado não dá sequer a sua contrapartida de disponibilizar as terras agricultáveis para a reforma agrária. É importante todo cidadão mineiro ter clareza de que é um governo que em momento algum pensa no Estado, que em momento algum age dando garantia de qualidade de vida para o nosso povo, sobretudo para os mais pobres. Favorece a concentração de terras nas mãos de alguns, ignorando, em muitos lugares, a questão ambiental e social. É uma vergonha um Estado como Minas Gerais, de grande extensão, de clima diversificado, favorável à agricultura, ter milhares de trabalhadores e trabalhadoras que, nas safras, sobretudo na da cana, têm de sair dele para trabalhar. Isso é uma vergonha, é a incapacidade de gestão, é a inoperância do Estado nas áreas que deveriam favorecer a questão social. Na verdade, está "se lixando" para as questões sociais.

Desde domingo, tivemos muitas reportagens de coisas que denunciávamos desde quando aqui cheguei. Este material que está comigo - notas taquigráficas de audiências realizadas por esta Casa - tem mais de 100 páginas. Das audiências realizadas em Minas Novas, em Rio Pardo de Minas, poderíamos reproduzir a fala de um jovem que disse, na presença de vários Juizes e Promotores - estávamos na Mesa -: "Se eu tiver que sair para morrer em São Paulo ou em outro lugar, sair da minha terra, prefiro morrer aqui". Ele dizia que iria ocupar essas terras devolutas, de contratos com grandes empresas. É uma incoerência dessas empresas, porque, em algumas áreas, há eucaliptos com 20 anos que não sofreram nenhum corte. Já poderiam ter sofrido três cortes, e não houve nenhum. É importante salientar que, em algumas áreas, a pressão das siderúrgicas - o que mais há na região - é mais para garantir a propriedade da terra. Elas já alegam que têm direito a essas terras. Com isso, há uma concentração. É um absurdo a inoperância, a fragilidade e a ineficiência com que o Estado vem tratando as terras devolutas. É estranho demais. Esta Casa deverá chamar o Secretário Manoel Costa, que também acumula a Presidência do Iter, para ver se isso, de fato, está garantindo a eficiência. Luís Chaves foi exonerado, e temos de lhe dar a oportunidade também para dizer, afinal ele está sendo colocado - pelo menos pelo atual Secretário - como o responsável pela renovação desses contratos a bel-prazer. Vamos dar oportunidade de ele vir a esta Casa para falar sobre isso, a fim de ver se também não houve ação do governo, sobretudo da Secretaria de Desenvolvimento e da Secretaria de Governo, pressionando ou determinando algumas ações ou ingerência. E, agora, queimam uma pessoa, sacrificam uma pessoa, para o governo dizer que ele não é corrupto nem tem nada a ver com isso, que foi a ação isolada de um profissional. Acredito que se deve discutir isso na bancada para aprofundarmos o debate sobre a destinação das terras devolutas. Aliás, o Ministro Guilherme Cássio está para vir aqui, e é importante que ele tenha essas informações. O delegado do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Deputado Rogério Correia, está a par. Como Deputados, já tivemos reuniões em Rio Pardo, salvo engano, há três ou quatro anos. Temos todos esses dados aqui. Por isso se faz necessário que o Ministro esteja ciente dessa situação, porque são grandes volumes de recursos passados seja para o Iter, seja para a Emater, a fim de dar assistência técnica nos assentamentos, e isso não vem acontecendo como deveria. Este é um assunto que trazemos à tribuna simplesmente como início de um debate que tem de ser pautado. A Casa tem de dar satisfação ao povo mineiro em relação à destinação dessas terras. Será um absurdo termos de chegar, de fato, a um governo popular para dar uma destinação justa, principalmente, para cumprir a Constituição com a função social da terra.

Essas são as minhas considerações, Sr. Presidente.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Weliton Prado\* - Quero saudar a todos e a todas. Cumprimento também o Deputado Adelmo Carneiro Leão. Gostaria de fazer aqui um balanço das atividades do nosso mandato, sobre a questão da Copasa, os valores cobrados, a ação na Justiça em que conseguimos impedir o aumento do valor da conta de água, que seria de quase 10% a partir do mês de março, mas que, graças a uma liminar na Justiça, conseguimos impedir, por meio de uma ação do Ministério Público, em todas as cidades de Minas Gerais. Além de impedir esse aumento, entramos com várias ações na Justiça. Aliás, foi manchete nesta semana, em vários jornais do Estado de Minas Gerais, que a Copasa cobra por um serviço que não é executado. De 142 cidades das quais ela é responsável pelo tratamento de esgoto, apenas 63 têm estação de tratamento de esgoto. Nas outras cidades, que são a grande maioria, a Copasa cobra pelo serviço, mas ele não é prestado.

Está aqui também no jornal "O Tempo", na página 8: "Esgoto de Montes Claros não é tratado, mas é cobrado". Aliás, houve uma determinação do Tribunal de Justiça, que considerou a cobrança indevida e decidiu pela redução de mais de 12%, um terço, da conta e que a Copasa fizesse a devolução retroativa dos valores pagos indevidamente pelos consumidores de Montes Claros. O mérito ainda será julgado, mas a decisão do Tribunal de Justiça de reduzir o valor da conta da Copasa em mais de 12% e determinar que os valores pagos indevidamente sejam devolvidos aos consumidores foi realmente uma grande vitória da população de Montes Claros.

Gostaria de fazer uma prestação de contas a toda a população de Minas Gerais. Trata-se de algumas ações que ajuizamos na Justiça. Aliás, quero abrir um parêntese. Em alguns Municípios não há nem mesmo a coleta de esgoto em 100% das moradias. O esgoto corre a céu aberto nas vias, colocando em risco a saúde da população e provocando poluição do meio ambiente. No Município de Joaíma, no Vale do Jequitinhonha, por exemplo, os Vereadores Anilson Soares Pinheiro, do PTN; Diolinda de Araújo Gonçalves, do PT; Manoelito Fernandes de Souza, do PT; e Eleniz Pereira de Andrade, do PDT, nos procuraram em nosso gabinete, fizeram várias reivindicações e trouxeram grande número de documentos. Desde 1997 a Copasa explora os serviços de esgotamento sanitário no Município. São 12 anos de descaso da empresa para com a população, que tem feito verdadeiros sacrifícios para pagar a fatura da conta cobrada e para conviver com os efeitos negativos do escoamento inadequado dos esgotos. A população reclama da qualidade e do valor da água, do esgoto que corre a céu aberto, da ausência de tratamento

de esgotos, que são lançados diretamente nos córregos e rios da cidade, e do mau cheiro exalado, que dificulta até os momentos de refeição da população de Joaíma.

Muitas famílias de baixa renda, em especial, têm encontrado dificuldades para pagar a conta, deixando até de comprar alimentos para pagá-la. Se não pagar, a Copasa corta a água. Aliás a Copasa e a Cemig queriam colocar o nome de quem estivesse devendo contas de água e luz no SPC, e conseguimos impedir esse verdadeiro absurdo, que fere frontalmente a legislação e o Código de Defesa do Consumidor. Uma grande parte da população é carente e encontra dificuldades de conseguir emprego. É um grande pesadelo ter de pagar o valor da conta de água, que é muito cara. Pelo valor cobrado pelo tratamento de esgoto, que não é executado, às vezes a conta chega ao dobro. As redes de esgoto encontradas em algumas localidades foram mal estruturadas e feitas sem responsabilidade, não suportando a demanda e provocando entupimentos. Em vários pontos a rede está danificada, o que ocasiona a poluição dos Córregos Giruzinho e Escadinha e do Rio São Miguel. Além disso, o esgoto hospitalar é lançado diretamente no rio. A população não consegue pagar a conta d'água, e está pagando pelo tratamento de esgoto que não existe.

Há uma grande pergunta dos Vereadores de Joaíma: por que a Copasa cobra o tratamento de esgoto se todo o esgoto da cidade, até o hospitalar, é jogado no Rio São Miguel? Como é que a Copasa ainda cobra isso? Isso é totalmente ilegal e fere frontalmente a legislação.

Há também uma denúncia muito séria, os moradores explicam que as caixas d'água foram construídas no Distrito, porém não há tanque, armazenamento da água para o consumo humano ou agrícola. Assim, há também problema com abastecimento de água. A Copasa deixou claro que ficaria obrigada a prestar o serviço de forma adequada, eficiente, implementando o sistema de água e esgoto no Município, e não respeita isso. Nem o compromisso de fornecer água é respeitado no Distrito de Giru.

A situação é realmente muito difícil, porque não há prestação adequada de abastecimento de água. Há uma placa de identificação de obra na entrada da cidade, na qual a Copasa afirma estar realizando investimentos na estação e ampliando o sistema de esgoto sanitário, com recursos da ordem de R\$1.000.000,00. O prazo estabelecido para término é dezembro de 2008. No entanto, a população não sabe da conclusão da obra. Existe ETE em Joaíma? Na placa está escrito que os recursos foram investidos, mas a população desconhece totalmente essa informação. Queremos saber para onde foram esses recursos e onde está a obra.

Em Jacinto, segundo o Vereador Nadson Lúcio Carvalho, do DEM, a situação é a mesma. Desde dezembro de 2008 os consumidores pagam mensalmente pelo esgoto sanitário o equivalente a 40% do valor da tarifa de água - e sem a prestação desse serviço. Não há rede de esgoto na cidade para atender a população e também não existe estação de tratamento. Sabem onde o esgoto é lançado? No Rio Jequitinhonha. A população já fez várias manifestações, lotou a Câmara Municipal e fez grande pressão.

Em Novo Cruzeiro também ocorre o mesmo problema. Parabenizo o Vereador Emerson Barack Cavalcanti, do PSD, pelas reivindicações. Os consumidores pagam mensalmente pelo serviço de esgoto o equivalente a 40% da tarifa de água, mas no Município o esgoto não é 100% tratado nem existe estação de tratamento. No contrato de concessão, a Copasa se obriga a anunciar no prazo de 10 dias as obras de recuperação da rede pública de abastecimento de água e coleta de esgoto sanitário. Segundo a população e os Vereadores, passados mais de sete anos, a cláusula não foi cumprida. Depois da assinatura do contrato, a Copasa determinou o prazo de 10 dias para começar as obras. Já se passaram sete anos, e até hoje nada se fez. A população está pagando pelo tratamento do esgoto que não existe.

Outra situação irregular é a celebração de convênio em 2007, porque a Lei Federal nº 11.445, de 2007, prevê condições de validade dos contratos que têm por objetivo a prestação de serviços públicos de saneamento. E Minas Gerais não tem agência para regular o setor. E, se não tem agência, o convênio assinado com a cidade de Novo Cruzeiro é totalmente irregular, fere frontalmente a lei.

Em Extrema, ocorre o mesmo. Os Vereadores Benedita de Oliveira Silva, do PSDB, Antônio Carlos Ferreira, do PTB, João Calixto de Moraes, do PP, e José Maria do Couto, do PSL, informaram-nos sobre a situação. A Copasa não cumpre o contrato e, nos próximos quatro anos, teria de investir mais de R\$5.000.000,00. Além disso, tinha de dar publicidade a suas ações e investir R\$7.200.000,00 em obras do sistema de esgoto sanitário para adequação e implementação de redes coletoras, ligações prediais, interceptores, e tratamento de efluentes sanitários, o que também não ocorreu, ferindo, assim, o contrato. Os esgotos são lançados em dois ribeirões que cortam a cidade, não há proteção nem preservação dos mananciais e a população sofre com o mau cheiro e com os riscos à saúde.

Em Coronel Murta, ocorre a mesma coisa. Quem nos passou as reivindicações da cidade e está enviando-nos a documentação é o Vereador Gilney Araújo Aguiar. Vereadores de todos os Partidos, de todas as regiões do Estado, estão enviando-nos informações sobre a realidade dos seus Municípios, e estamos imediatamente entrando com ações na Justiça e no Ministério Público. Existem muitas irregularidades e, quando analisamos os contratos, vemos verdadeiros absurdos. A Copasa não cumpre os convênios, não cumpre a Lei Federal nº 11.445 nem as leis municipais aprovadas pelas Câmaras Municipais. Os consumidores de Coronel Murta pagam mensalmente pelo serviço de esgoto sanitário o equivalente a 50% do valor da tarifa de água, mas sem a prestação do serviço, pois o esgoto é lançado no Rio Jequitinhonha.

Em Vazante, o Vereador José Augusto Barbosa, do PSB, procurou-nos. A população reclama da diferenciação da tarifa cobrada pelo serviço de esgoto. Os Vereadores Giancarlo Alves Carneiro, José Donizete Mendes e Jovino Gonçalves Filho, de Itapacerica, entraram em contato com o nosso gabinete. Nesse Município, nem mesmo a rede coletora está completa, mas a cobrança pelo serviço de esgoto é feita há mais ou menos seis anos. Portanto, há seis anos, está sendo cobrado um serviço que não é prestado. A própria Copasa afirma que, após a enchente ocorrida na cidade, pelo menos 30% da cobertura das moradias está com problemas em relação ao serviço de esgoto. E a cobrança continua sendo feita. Também Itabirinha vive o mesmo problema. Os Vereadores Anacleto Gomes da Silva, Elieber Pedro Feliciano, Aldimar Tardani, Osvaldo Matias Veloso e Edenir Pereira Lacerda nos procuraram. A cobrança em Itabirinha chega a 50%, mas não há nenhum metro de obra de estação de tratamento de esgoto nem manutenção da rede coletora.

Então, além de praticar uma das tarifas mais caras do País e realizar reajustes sucessivos de forma ilegal, a Copasa vem cobrando, indevidamente, dos consumidores tarifas pelo serviço de esgoto sanitário sem efetivamente realizá-lo. Quanto a Copasa lucrou? Só em 2008, o lucro da Copasa foi de mais de R\$349.000.000,00 em apenas nove meses do ano. Portanto houve um crescimento de mais de 23%. Os recursos distribuídos, os dividendos para os acionistas chegam a mais de R\$600.000.000,00 nos últimos seis anos. De 2006 para cá, a tarifa de água e esgoto chegou a subir mais de 45%, percentual maior que qualquer índice inflacionário.

É um grande desmando, um problema muito sério em todas as regiões do Estado, como o Triângulo Mineiro, o Norte de Minas, o Jequitinhonha, o Leste mineiro, a Zona da Mata, a região central. Enfim, em todas as regiões do Estado a população vem reclamando do alto custo dos serviços de água e esgoto. Às vezes a população chega a pagar até o dobro do valor dessas tarifas. Isso é totalmente ilegal, contraria a legislação. Então é muito importante que os Vereadores e as entidades que estão ouvindo-nos continuem procurando o nosso gabinete. Entraremos com essas ações no Ministério Público. Já tivemos, aliás, várias vitórias.

Parabenizo, mais uma vez, o Ministério Público e o Poder Judiciário por impedirem o aumento que a Copasa queria de quase 10% a partir do mês de março. Agradeço a todos e convoco o conjunto da sociedade mineira, dos consumidores a protestarem contra essas irregularidades e a denunciá-las. Nosso gabinete está de portas abertas. Muito obrigado, Sr. Presidente.

\* - Sem revisão do orador.

Discursos Proferidos em 13/5/2009

O Deputado Carlos Pimenta - Sr. Presidente, Deputado Weliton Prado, na pessoa de V. Exa. cumprimento os Deputados aqui presentes. De maneira muito especial, dou os meus cumprimentos à comunidade da educação de Minas Gerais, professores, serventuários, Secretários Municipais de Educação, que vieram de todas as regiões do Estado. De hoje a sexta-feira, até depois de amanhã, estarão debatendo e discutindo o Plano Decenal de Educação de Minas Gerais. Esse trabalho já se iniciou há alguns meses, com várias reuniões, discussões, debates em todas as regiões de Minas. Espero que, após essa discussão, o governo do Estado acate, legitimamente, o que está sendo debatido e aplique na nossa educação, na dos nossos filhos e na dos estudantes do nosso Estado.

Aqui encontrei professores e participantes da região do Norte de Minas, a qual tenho a satisfação e o prazer de representar. Pude sentir a vontade de opinar, de participar ativamente apresentando sugestões para aprimorar a educação não só do Norte de Minas, mas de todo o Estado. Então, sejam bem-vindos.

Sr. Presidente, aproveitando a oportunidade que tenho na tarde desta quarta-feira, gostaria de levantar dois problemas importantes para nosso Estado, fruto de discussões travadas ontem na Comissão de Transportes e hoje na Comissão de Saúde, da qual tenho a honra de ser Vice-Presidente.

O primeiro ponto que quero trazer até mesmo para esclarecer o povo mineiro relaciona-se à audiência pública da Comissão de Saúde em que ouvimos representantes do Ministério da Saúde, da Secretaria de Saúde sobre a gripe suína, que está alarmando a população e que certamente agora, neste período de inverno em que entraremos no Hemisfério Sul, e principalmente no nosso País, deve trazer muito mais preocupações e problemas a população.

O mais interessante é termos ouvido do Superintendente de Vigilância Sanitária, Dr. José, que esteve em Belo Horizonte, que o País já está tomando medidas importantes e necessárias para que o impacto da gripe suína não tenha as proporções de uma epidemia ou de uma pandemia. Isso me trouxe uma certa tranquilidade, pois temos visto por aí a população sem informações. Ainda ontem, escutava uma emissora de rádio da Capital e ouvi várias entrevistas. Em uma delas, a pessoa dizia que, em um colégio particular de Belo Horizonte, os alunos ficaram sabendo que um outro aluno estava fazendo uma excursão pelo exterior, e imediatamente toda a comunidade dos pais e alunos que frequentavam as aulas tomaram a iniciativa de tentar evitar que ele voltasse para a escola, mesmo sem saber se tinha contraído a gripe ou se estava em um país de risco. Isso mostra o estigma dessa doença. Alguns ainda falam da gripe espanhola de 1918, que matou cerca de 26 milhões da população mundial - talvez poucos que viveram naquela época estejam vivos. O problema, portanto, é o pânico provocado pela falta de informação.

Em Minas, a Secretaria de Saúde está preparada. Não adianta falarmos que a gripe se restringirá ao México ou aos Estados Unidos - onde já existe quase o dobro de casos do México -, pois certamente o vírus circulará livremente em todo o mundo e no Brasil. Estamos falando de um universo de 20 mil pessoas que chegam diariamente ao País oriundas de outros países, e é preciso que o Estado esteja preparado e que haja integração entre União, Estados e Municípios para que a gripe não mate muito. As medidas estão sendo tomadas e, certamente, não há motivo para pânico ou alarme. Cumpro minha obrigação como membro da Comissão de Saúde e como médico, falando para o povo mineiro que certamente essa gripe tem sua gravidade, mas que o País está amadurecido nos diagnósticos e, principalmente, nos meios de isolar esse vírus e impedi-lo de chegar à população de risco: as mulheres grávidas, as crianças com menos de 2 anos, os idosos com mais de 65 anos, os diabéticos, os fumantes, etc. É necessário trazeremos as informações.

Outro assunto que quero tratar, Sr. Presidente, refere-se à audiência pública que tivemos ontem. Durante mais de 10 anos, tive oportunidade de ocupar esta mesma tribuna, pronunciando dezenas de discursos acerca da precariedade da BR-135. Ontem, em uma audiência realizada em Belo Horizonte a partir de uma solicitação minha e de outros Deputados do Norte de Minas, tivemos a oportunidade de receber o Superintendente do DNIT, representantes de empresas, a Associação Comercial e Industrial de Montes Claros, e o representante do transporte pesado do Norte de Minas. Para nossa alegria, já tivemos o anúncio da ordem de serviço para a restauração completa dessa BR.

Estamos falando de um investimento de R\$500.000.000,00 que serão aplicados e utilizados para restaurar 300km do trevão da BR-040 até Montes Claros, incluindo o anel rodoviário de Montes Claros. Fico feliz porque foram 10 anos de luta. Fizemos nada mais nada menos do que seis audiências públicas em Brasília, como o Ministro Nascimento, o Vice-Presidente José Alencar, acompanhados dos Deputados - faço questão de citar - Humberto Souto, Jairo Ataíde, Fernando Diniz, José Santana, Alexandre Silveira, Márcio Reinaldo e Saraiva Felipe. Nas audiências públicas realizadas em Belo Horizonte, o Ministro esteve empenhado, interessado, o Vice-Presidente José Alencar apadrinhava a recuperação dessa importante rodovia, e ontem, graças a Deus, tivemos o início efetivo da restauração dessa estrada. A audiência pública foi realizada para que tivéssemos mais informações, caro Deputado Tenente Lúcio, porque estamos falando da aplicação de R\$1.660.000,00 por quilômetro. É muito dinheiro. Deixei claro que, nos 10 anos de luta, de idas e vindas, da participação efetiva da Associação Comercial e Industrial de Montes Claros, que fez o projeto e o doou para o DNIT, da Associação dos Municípios da Área Mineira da Sudene, do Prefeito Luiz Tadeu Leite, do Dr. Jamil Curi, que era o Presidente da Associação Comercial, todo esse trabalho foi feito, e, agora que saiu a ordem, vamos fiscalizar sistematicamente a aplicação desses recursos. Não é preciso fazer nenhuma intervenção maior nessa estrada, nem derrubar morro, nem fazer pontes. Será utilizado o leito da própria estrada, e R\$1.666.000,00 por quilômetro é muito dinheiro, portanto tem de ser bem aplicado. A Comissão fará, sistematicamente, visitas à obra, todo mês, acompanhada de engenheiros para fazerem a análise técnica do que está sendo feito, do tipo de asfalto. Faremos, então, essa fiscalização. Um Diretor de uma das três empresas disse: "Deputado, V. Exa. quer mais o quê? A ordem já foi dada, a minha estrada, ou melhor, a estrada do povo brasileiro vai sair. V. Exa. quer mais o quê?". Quero fiscalizar essa estrada. Creio que não basta apenas agradecer, sem que tenhamos um acompanhamento pormenorizado do que será feito na BR-135. Trata-se de uma rodovia por onde passam cerca de 8 mil carretas pesadas por dia, carretas com mais de 60t, levando o progresso ao Nordeste brasileiro. E o Deputado Tenente Lúcio lembrava-me de que será feita nessa rodovia, em 58km, a terceira pista, o alargamento de 31 estradas, para diminuir o tempo de viagem.

Quero dizer que estou feliz. Sempre digo que o agradecimento é a memória do coração. Estamos agradecidos e diremos isso ao Ministro e ao Vice-Presidente, mas nem por isso descansaremos, porque exemplos são muitos os de conquistas e de vitórias que depois se transformaram em tragédia. Tem de ser feita uma rodovia do Primeiro Mundo, uma rodovia para durar, para aguentar o fluxo violento de carretas pesadas que por lá passam, para beneficiar cidades com anéis rodoviários, e Montes Claros terá o seu anel rodoviário norte, que foi autorizado. Então, por isso mesmo, estamos alerta. Agora mesmo estou vendo no jornal "Estado de Minas" de hoje que o DNIT ainda precisa investir, só neste ano, R\$900.000.000,00 para tapar buracos. É dinheiro jogado fora. Têm de ser feitos projetos definitivos, como foi feito na BR-135.

Ficam os nossos agradecimentos ao Deputado Gustavo Valadares, que é o Presidente da Comissão e esteve presente ontem; a quem veio na reunião; aos Vereadores, aos Prefeitos, às autoridades e às lideranças, porque certamente, quando inaugurarmos essa rodovia, o passado, a história de luta, o sofrimento das centenas de pessoas que perderam suas vidas na BR-135, em razão da precariedade, da má conservação, não poderão cair no esquecimento. Penso que esta Casa deve ser dura, firme nas cobranças, mas também deve cobrar a qualidade na execução e na aplicação dos recursos públicos. É importante que o governo pense no meio rodoviário, no estudo rodoviário e nas dificuldades rodoviárias como um todo.

Escutava hoje, meu caro Gustavo, uma entrevista com um patrulheiro da Polícia Rodoviária Federal, que dizia que cada patrulheiro tem de

fazer um determinado número de pontos para ter direito a escolher os dias de férias e ter algumas vantagens, e uma das formas de alcançar esses pontos é multar as pessoas que transitam. Se a multa é leve, ele ganha 3 pontos, se é pesada para o cidadão, é grave, ele ganha 10 pontos. Vejam que mentalidade. Penso que vivemos em um país democrático, e queremos avançar, queremos que nossa mentalidade, nossas convicções avancem. Não se pode tratar o País desse jeito. O DNIT deve assumir as estradas mineiras, e quem trabalha nas estradas deve respeitar o cidadão. Não é multando o motorista que trafega pelas BRs que se premiarão os patrulheiros. Tudo isso faz parte de um trabalho, de um estudo, de uma opção e de uma reivindicação do povo brasileiro.

Muito obrigado a quem ajudou a BR-135. Com certeza, até o final do ano que vem, inauguraremos uma das maiores e mais importantes estradas do País, que liga o Sudeste e o Nordeste brasileiros. Muito obrigado.

O Deputado Almir Paraca - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público presente nas galerias, compostas em sua maioria por militantes da área de educação, servidores públicos da área da educação, que hoje participam aqui, na Assembleia, do debate em torno do Plano Decenal de Educação em Minas Gerais, já na sua etapa final, é importante ressaltar a iniciativa - e aproveito para parabenizá-los - do Deputado Carlin Moura e da Deputada Elisa Costa, hoje Prefeita de Governador Valadares, que fizeram a proposição para a realização desse debate, dessa discussão em torno do Plano Decenal de Educação, uma iniciativa extremamente acertada.

Estamos envolvidos com a discussão e com o trabalho pelo desenvolvimento da qualidade de vida do nosso povo, para ampliar oportunidades. Sabemos, e isso já é da consciência plena de todos, do senso comum, que, para melhorar a vida do povo, é fundamental melhorar a qualidade da educação.

É também senso comum que a educação deve ter caráter público. É fundamental que o Estado garanta o atendimento, a oferta do serviço educacional, seja estatal, seja privado; que seja normatizado, organizado, disponibilizado de forma a contemplar, a atender as necessidades da população. Existem exemplos de vários países, de várias nações que, nos últimos anos, nas últimas décadas, deram um salto substancial no nível de desenvolvimento, da qualidade de vida. E todos, sem exceção, passaram por um investimento sistemático, profundo e prolongado na melhora do sistema educacional.

Estamos, aqui no Brasil e em Minas Gerais, assistindo a esforços dos mais diversos nessa direção. Se olharmos para a ação do governo federal, para a ação de um Presidente que muitos, ainda hoje, teimam em classificar como analfabeto, teimam em não reconhecer as ações profundas de transformação, de melhora da vida do povo brasileiro comandadas pelo Presidente Lula em todo território nacional, veremos avanços significativos. Na rede pública federal, na ampliação da universidade pública brasileira por exemplo, são inquestionáveis os avanços ocorridos nesse campo. No ensino profissionalizante também. Mais do que duplicou a ação, a presença e a oferta de vagas nesse ensino, cobrindo hoje praticamente todo o território nacional com a rede dos Cefets e, agora, dos Ifets. O ProUni, outro programa inicialmente muito criticado: mais uma bolsa de tantas outras bolsas do governo Lula, do governo federal. Mas só quem conhece de fato essa realidade e sabe a importância de garantir o acesso aos jovens vindos das famílias de baixa renda ao ensino superior, que o ProUni garante, é que sabe realmente o valor desse programa. Hoje temos os primeiros formandos, aqueles que conseguiram os primeiros diplomas, os primeiros "canudos" obtidos com o apoio, com o financiamento do ProUni. E poderíamos avançar em inúmeras e inúmeras ações que demonstram o reconhecimento e o mérito, a ação do governo federal também nesse campo da educação pública.

Reconhecemos os avanços em Minas Gerais, particularmente quando olhamos para a rede física do Estado. Avançou-se muito, muito mesmo. Mas temos uma demanda reprimida e, se quisermos, de fato, melhorar a educação no Estado, devemos voltar os olhos para a situação dos profissionais de educação, sejam aqueles que estão na sala de aula, sejam aqueles que dão suporte para o bom funcionamento de uma unidade educacional, de uma escola. Os baixos salários, injustiça mesmo no campo salarial, problemas os mais diversos, nas condições objetivas de trabalho precisam ser equacionados, resolvidos, porque senão não alcançaremos o padrão de qualidade que precisamos, que merecemos aqui em Minas Gerais.

Portanto, esta é uma questão presente durante este debate, e esperamos que, entre outras, saíamos dela convencidos, organizados para, junto com o conjunto das lideranças de Minas Gerais, sensibilizarmos o governo do Estado para promover os ajustes necessários.

Quero me congratular com os servidores administrativos do Estado, principalmente os da Polícia Civil, que, novamente presente nas galerias, continuam mobilizados - esperamos que recebam a devida atenção do Poder Executivo. Lembro a todos a audiência pública marcada para o dia 27/5/2009, na Comissão de Administração Pública, para debater e conhecer com profundidade a situação dos servidores administrativos da Polícia Civil e outros.

Mas quero voltar a um assunto que tem sido minha cantilena predileta desta tribuna nos últimos tempos: o programa Luz para Todos. Aproveito para cumprimentar e registrar a presença nas galerias dos Vereadores de João Pinheiro José Humberto Machado, Derivaldo Marques e Renato Luciano Ferreira, este, Presidente da Câmara Municipal, e do Sr. Eli Vaz, grande liderança comunitária e social desse Município, além dos vários companheiros de lá, das comunidades de Boa Esperança e de João das Almas, do Distrito de Luizlândia do Oeste, que também estão aqui para fazer gestão, como fazem muitos outros Vereadores, lideranças comunitárias e classistas e Prefeitos, que nos têm procurado insistentemente para auxiliá-los na retomada da execução do Luz para Todos e na realização do que é a sua meta central: a universalização do acesso à energia elétrica no Estado de Minas Gerais.

Eu e o Deputado Weliton Prado assinamos há alguns dias requerimento de realização de audiência pública encaminhado à Comissão de Assuntos Municipais, que, a nosso pedido, já realizou diversas audiências públicas nesta Casa e em várias regiões do Estado, exatamente para discutir esse programa. Assim, amanhã mesmo será realizada nova audiência pública nesta Casa, nessa Comissão, às 10 horas, para recolocar em pauta essa discussão. Assina conosco o requerimento o Deputado Weliton Prado, que tem demonstrado o valor e o vigor das melhores tradições do PT, na fiscalização, no acompanhamento fino, na cobrança e na militância cidadã, principalmente na defesa do consumidor. Entendemos, Deputado Weliton Prado - que neste momento preside a reunião - que esta também é uma ação em defesa do consumidor. Lembro que o Deputado Padre João, que também apresentou requerimento de realização de audiência para discutir o Luz para Todos à Comissão de Agricultura, estará conosco nessa audiência, e naturalmente estendemos esse convite a todos os pares. Tenho dito que não há um Deputado nesta Casa que não receba demanda do Luz para Todos, mesmo porque nenhum Deputado, por mais urbana que seja a sua base eleitoral, deixa de ter presença em espaços do interior do Estado e em espaços rurais, exatamente a área atendida ou coberta pelo Luz para Todos.

Na audiência pública que se realizará amanhã, esperamos receber representante da Furnas Centrais Elétricas; o Coordenador Regional do Programa Luz para Todos da Regional Sudeste e Goiás; o Coordenador Estadual do Programa Luz para Todos em Minas Gerais; representantes da Emater e, principalmente, da Cemig. É bom dizer mais uma vez que nossa primeira preocupação é garantir um novo contrato.

Sabemos que o contrato de 55 mil ligações que a Cemig tem com a Eletrobrás, apesar de ter sido assinado em outubro do ano passado, infelizmente ainda não teve sua execução iniciada efetivamente, e essas 55 mil ligações são insuficientes para cobrir a demanda. A própria Cemig, informalmente, já reconhece isso e, formalmente, já reconheceu no conselho gestor que a demanda supera 78 mil ligações. Mas - insistimos - o número ultrapassa 100 mil ligações. Portanto temos de resolver o problema de mais de 50 mil ligações não atendidas. Esse contrato de 55 mil ligações pode ser, pela Lei nº 866, aditado em até 25%, perfazendo mais 18 mil ligações, mas insuficientes para universalizar o atendimento de energia elétrica no Estado.

É muito importante comparar, pois temos outras concessionárias de energia elétrica em Minas Gerais, e todas elas estão próximas da universalização. Infelizmente elas têm uma cobertura muito pequena do Estado de Minas Gerais e já estão entrando na fase de repescagem, ou seja, uma vez atendida a demanda, inicia-se uma campanha maciça de três meses nos veículos de comunicação, chamando os possíveis retardatários, aqueles que ainda não tenham sido atendidos naquele território onde a concessionária atua, para que possam ainda se cadastrar, fazer o requerimento e registrar sua demanda, para serem atendidos pelo programa.

Deputado Weliton Prado, sabemos que V. Exa. estará participando de uma atividade com o Ministro Tasso Genro em Uberlândia, amanhã, e não poderá participar dessa audiência pública. Mas estendemos esse convite a todos os colegas para que nos ajudem, pois temos de colocar, na agenda da Assembleia, uma solução para o Luz para Todos, pois sabemos o quanto é morosa a execução desse projeto pela Cemig. Basta lembrar que, em abril de 2007, já havia 143 mil cadastrados registrados no programa, que foi suspenso em junho de 2007 e o contrato só foi realizado em outubro de 2008, mas até hoje, efetivamente, não foi retomado. O programa já foi prorrogado de 2008 para 2010, e não podemos admitir chegar ao final de 2010, final do governo Lula, sem a universalização da energia elétrica em Minas Gerais.

Aproveito o espaço da TV Assembleia para reforçar o convite a todos que estão no interior nos acompanhando, para que organizem as caravanas e venham amanhã fazer pressão e demonstrar, nessa audiência pública, o valor e a necessidade do pleno atendimento do programa Luz para Todos em toda a Minas Gerais. E, para os Vereadores e lideranças de João Pinheiro aqui presentes, representando essa demanda grande nas regiões Noroeste, Norte de Minas, Jequitinhonha e Mucuri, quero dizer que espero sair dessa audiência pública com os passos acertados, para concretizar o pleno atendimento da eletrificação no Estado de Minas Gerais. Obrigado.

A Deputada Maria Tereza Lara - Nossos cumprimentos a todos e a todas que nos acompanham pela TV Assembleia, ao nosso grande companheiro, Deputado Weliton Prado, que preside esta reunião, e ao Deputado Almir Paraca, nosso companheiro de bancada, também à Mesa. São Deputados atuantes. Cumprimento ainda todos os funcionários da Polícia Civil que fazem vigília aqui, reivindicando justos salários. (- Palmas.) É dessa maneira que conquistamos nossos direitos. Na organização, ao não desistir, ao insistir, estar presente, argumentar, reivindicar, ao não desanimar de forma alguma. Cumprimentamos os alunos da Unipac de Betim que estão nesta Casa e os participantes do fórum técnico "Plano Decenal de Educação de Minas Gerais". Entre os organizadores, estão os nossos companheiros, Deputado Carlin Moura e a Deputada Elisa Costa, como já foi dito aqui.

Quero ressaltar a importância das polícias no combate à criminalidade. A polícia merece ser valorizada e expõe sua vida para garantir a segurança aos cidadãos. Ao mesmo tempo, é necessário que haja um controle social para que nenhum policial possa esquecer que sua função tem de ser exercida em total respeito aos direitos fundamentais do ser humano. Que seja usada verdadeiramente a inteligência no combate à criminalidade.

Lembramos que o jornal "Estado de Minas" desta data, no caderno "Gerais", menciona um fato que colocou Betim, mais uma vez, nas colunas policiais. Houve um toque de recolher, dessa vez nos Bairros Paulo Camilo 1, 2 e 3, ontem, quando foi assassinado um traficante. Várias viaturas policiais circulavam na região, e mesmo assim as ruas ficaram desertas. Dos 300 alunos da Escola Estadual Antônio Augusto Ribeiro, só 60 compareceram às aulas. Havia realmente um clima de medo, de terror. Mas não podemos desanimar, mesmo lembrando que, no dia 4 de março, outros cinco bairros da região do PTB de Betim também tiveram toque de recolher.

É nesse contexto que queremos lembrar a Conferência Nacional de Segurança Pública, convocada pelo governo federal e que acontecerá em agosto. Agora estamos na etapa municipal. Betim é uma cidade que tem sido, até agora, conhecida como a de mais alto índice de homicídios, sobretudo de jovens, e essa conferência é de fundamental importância.

Aproveito esta tribuna e a TV Assembleia para convocar todos os cidadãos e cidadãs betinenses, todos os movimentos organizados, as igrejas e toda a população, para participarem dessa conferência. Sabemos da importância das polícias no combate à criminalidade, mas sabemos que a polícia sozinha não consegue garantir a segurança pública. É preciso que a população, que tem sofrido a insegurança, participe e que, de fato, as três esferas de Poder deem a sua contribuição. Sabemos que é competência do governo do Estado garantir a segurança no que compete à manutenção das polícias, mas muitos Municípios têm feito parcerias e contribuído para que isso aconteça. Sabemos também que devemos ter políticas públicas de prevenção. Nesse sentido, o governo federal tem dado a sua contribuição, por meio do ProJovem e da escola de tempo integral. Em Betim, serão implantadas 10 escolas de tempo integral ainda neste mês, mas a população precisa expressar o que está vivendo, sugerir e participar. Por isso, convoca a todas e a todos de Betim e da Região Metropolitana a participar da Conferência Municipal de Segurança Pública de Betim, de cuja comissão organizadora faço parte, tendo sido indicada pela Comissão de Segurança Pública desta Casa. A conferência se iniciará amanhã, dia 14/5/2009, às 18h30min, na Escola Estadual Clóvis Salgado, no Centro da cidade, onde era o Clube Vera Cruz. Na sexta-feira, dia 15, o início da conferência será às 18h30min. Já no dia 16, ela acontecerá das 8h30min até às 17 horas. Estarão presentes a esse evento vários palestrantes da Fundação João Pinheiro, da UFMG, da Faculdade de Medicina, representantes do governo do Estado, da Subsecretaria de Administração Penitenciária, o Comandante do 2º Pelotão do Corpo de Bombeiros, além das entidades que estão organizando a conferência, entre elas a OAB, as universidades de Betim - PUC, Unicor, Pitágoras -, a Pastoral Carcerária. Estão contribuindo também representantes da Polícia Civil, da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros, das Guardas Municipais, outras entidades, movimentos sociais, associações, enfim, todas as entidades que têm o compromisso de construir a cultura da paz. Temos esperança de que nessa conferência ajudaremos a construir essa cultura.

Este ano, a CNBB, através da Campanha da Fraternidade, definiu como tema "Segurança pública e fraternidade" e como lema, "A paz é fruto da justiça". Justiça significa dar a cada um aquilo que lhe é de direito, e é para isso que queremos trabalhar. Que todos tenham seus direitos garantidos: saúde, educação, moradia e, sobretudo, o direito fundamental, direito que garante todos os outros: o direito à vida.

Queremos, mais uma vez, convocar a população de Betim, da Região Metropolitana a participar conosco dessa 1ª Conferência Municipal de Segurança Pública. Registramos que neste governo federal já tivemos 52 conferências, com a participação efetiva de mais de 3 milhões de pessoas na sua construção, nas etapas municipal, estadual e nacional. O Deputado André Quintão, Presidente da Comissão de Participação Popular, nosso companheiro aguerrido, defende efetivamente a organização dos movimentos sociais e a participação popular. Reafirmo a importância deste governo federal, do governo Lula, na participação popular. Como já disse, são, até hoje, 52 conferências, com mais de 3 milhões de pessoas participando. Acreditamos que termos uma sociedade mais justa, mais fraterna e mais transparente só será possível se tivermos o controle social, com verdadeira participação popular. Por isso é importante que os Municípios e os governos estaduais estejam integrados no mesmo espírito de participação popular.

Mencionamos essa conferência municipal, e, certamente, haverá a conferência estadual. É necessário que estejamos presentes para questionar todos os aspectos que têm de ser observados. Realmente, o governo do Estado precisa investir em segurança pública, mas precisa haver uma parceria verdadeira entre as três esferas do poder. Os Municípios procuram dar sua contribuição, e o governo federal tem tido a primazia no incentivo, na abertura de espaço, de condições favoráveis e na convocação da população, do povo brasileiro para a efetiva participação popular.

O Deputado André Quintão\* - Presidente, companheiro, grande Deputado Weliton Prado; Srs. Deputados e Sras. Deputadas, boa tarde. Cumprimento também os servidores administrativos da Polícia Civil, solidarizando-me com eles. Tenho certeza de que a Bancada do PT, por meio do nosso Líder, Deputado Padre João, está rigorosamente à disposição da comissão de servidores naquilo que estiver ao nosso alcance político. Entendemos que um serviço público bem prestado deve valorizar e tratar com dignidade todos que constroem uma política pública, sem distinção quanto ao lugar que ocupam, valorizando a todos, respeitadas as especificidades da atuação de cada segmento.

Quero, Sr. Presidente, tratar de um assunto que muito nos entristece; diria que é uma chaga, uma ferida aberta ainda em nosso país, em nosso Estado. Na próxima semana, no dia 18 de maio, teremos uma referência de luta, de mobilização: o Dia Nacional de Enfrentamento à Violência, à Exploração e ao Abuso Sexual da Criança e do Adolescente. Sabemos que, infelizmente, no Brasil, são dezenas de milhares de casos de exploração, violência e abusos praticados contra crianças e adolescentes, que são comercializados. Muitas crianças trocam um prato de comida, uma nota de R\$5,00 ou R\$10,00 pelo seu corpo. Sabemos que, na própria família, há os chamados casos de violência e abuso intrafamiliar, muitas vezes cometidos pelos padrastos, tios ou cunhados. Enfim, essa é uma situação absolutamente inaceitável. Basta que cada um, cada telespectador, cada telespectadora que tem filho pense numa filha sendo abusada sexualmente com 5, 6 ou 7 anos e no nível de indignação que isso traz. Mas essa indignação não deve restringir-se aos fatos que ocorrem com pessoas próximas, com conhecidos ou, às vezes, em nossas próprias famílias. A nossa indignação tem de ser extensiva a qualquer criança ou adolescente que seja objeto de abuso ou exploração sexual.

Como enfrentar essa chaga, essa ferida aberta? Trabalho em três linhas de enfrentamento. Primeiro, num sentido mais estratégico, mais estruturante, na linha da consolidação de uma rede de proteção social. É fundamental o apoio às famílias, principalmente àquelas em situação de vulnerabilidade. Isso passa por uma política pública universal e de qualidade na área da educação; pela afirmação e consolidação do Sistema Único de Assistência Social - Suas -; pela ampliação e acesso aos programas de transferência de renda, como o Bolsa-Família e o Benefício de Prestação Continuada de Assistência Social - BPC -, e por políticas nas áreas de saúde, segurança alimentar, geração de trabalho, emprego e renda. Que cada família tenha condição de criar seus filhos com dignidade e que eles tenham o direito à oportunidade de, em plenitude, desenvolver seus dons e suas vocações.

Esse é o trabalho de promoção social, de prevenção, de acesso universal aos direitos básicos de cidadania. Muitas vezes, pelo nosso passivo histórico, temos de lidar com situações em que o direito dessa criança, desse jovem foi violado. A realidade está aí a nos confrontar. Vemos casos de meninas que vendem seu corpo por R\$1,99 em nossas BRs. Há que lembrar que, pela dimensão e localização estratégica, Minas Gerais concentra o maior número de pontos rodoviários de exploração sexual, que, muitas vezes, são móveis: as próprias meninas se deslocam de um lugar para outro. Ainda existem verdadeiras rotas de tráfico de meninas e mulheres. E tudo isso o nosso Estado concentra em consequência de sua extensão, do número de BRs que fazem entroncamento com os diversos Estados brasileiros. A imprensa registra cotidianamente casos de abuso sexual, até no próprio ambiente familiar. O incentivo ao turismo é uma política econômica fundamental, que gera dividendos, mas também existe a exploração comercial de mulheres e crianças, o chamado comércio internacional do turismo sexual.

Há, portanto, diversas modalidades desse desrespeito a um direito básico do ser humano. E, nos casos em que esse direito é violado, é preciso que haja atendimento psicológico, acolhimento pelo sistema público de saúde, apoio e trabalho com as famílias. A sociedade precisa mobilizar-se, fazer denúncias e ser um vetor de maior consciência com relação a uma situação que temos de abominar. Muitas vezes, adultos de colarinho branco, que exercem cargos públicos, que têm um nível de renda elevado, cometem atos de exploração e abuso sexual contra crianças e adolescentes. Temos de fazer um trabalho de conscientização, em que a sociedade seja guardiã dos direitos das crianças e dos adolescentes em todos os ambientes, a começar pela família.

E uma terceira linha é a da responsabilização daqueles que cometem esse ato, a qual gera, muitas vezes, uma espécie de falta de credibilidade dos mecanismos de denúncia e uma certa apatia da sociedade, exatamente pela impunidade.

Aquele adulto que comete um crime bárbaro, uma atitude que devemos repugnar, tem de ser responsabilizado e tratado, porque muitas vezes esses atos revelam desvios patológicos, desvios de conduta que precisam de acompanhamento psicológico, mas também precisam ser punidos. O explorador de crianças, esse que manipula economicamente o tráfico de crianças e de mulheres, que desrespeita a sexualidade que floresce em meninas de 10, 11 anos de idade, precisa ser punido, mas esses processos costumam durar quatro, cinco, seis, sete anos, e esses adultos não são responsabilizados.

No ano passado, aprovamos nesta Casa, todos os Deputados e Deputadas, uma emenda de minha autoria - a Lei de Organização do Judiciário - que cria a vara especializada para julgar crimes cometidos contra crianças e adolescentes. Depois de anos de luta, o Tribunal de Justiça conseguiu especializar algumas varas para a Lei Maria da Penha, para os idosos e para crimes contra crianças e adolescentes. Mas é preciso ir além, é preciso fazer um verdadeiro mutirão, para que os casos, que ultrapassam números assustadores, possam ser agilizados. Não adianta o cidadão denunciar e aquele que explora sexualmente, que violenta sexualmente uma criança continuar convivendo no mesmo bairro, na mesma região, às vezes no próprio domicílio, com a jovem que faz a denúncia. Ela será duplamente penalizada, porque também é ameaçada por quem cometeu o crime.

Venho aqui para solicitar o empenho e a sensibilidade do Presidente do Tribunal de Justiça, Dr. Sérgio Resende, que começou tão bem seu trabalho à frente desse egrégio Tribunal. Sabemos das limitações orçamentárias, mas nossa Constituição prevê que a criança e o adolescente têm de ser tratados com prioridade absoluta. Acredito que, dentro do orçamento aprovado, seja possível o Tribunal criar uma vara especializada para julgar crimes cometidos contra crianças e adolescentes. Essa vara está prevista, porque o Legislativo fez aqui sua parte.

Queria também, por uma questão de justiça, salientar o trabalho realizado pelo fórum de enfrentamento à violência e exploração sexual, composto por várias entidades, Frente de Defesa da Criança, Ministério Público, entidades da sociedade civil, Promotoria, ou seja, uma rede da sociedade civil, de órgãos públicos e privados que defendem a causa da criança e do adolescente.

Queria aqui mencionar o apoio que tivemos na especialização dessas varas da atual Presidente do Servas, Dra. Andréa Neves, que também nos ajudou nessa luta e continua muito sensível a essa questão da criança e do adolescente. Amanhã o Governador vai relançar e fazer um balanço da campanha Proteja Nossas Crianças, onde a Assembleia teve uma participação no ano passado, inclusive com emenda popular aprovada pela Comissão de Participação Popular, que equipou os Conselhos Tutelares com computadores e com veículos.

Precisamos de que cada segmento faça a sua parte, entre eles o Estado, o governo federal, que tem o programa Sentinela, os Centros de Referências Especializados de Assistência Social, que se inserem na proteção especial que, junto com a proteção básica, integram o Suas. Que o Judiciário, o Ministério Público, as famílias e a sociedade façam a sua parte também.

Registro aqui o dia 18 de maio - ressaltando que isso precisa acontecer todos os dias - deve ser uma referência de indignação ativa, não para constatar que crianças e adolescentes têm seus direitos violados, mas para que seja uma data em que cada um de nós faça um exame de consciência, onde estivermos, para sabermos até que ponto não estamos sendo omissos em relação a essas situações que, repito, são verdadeiramente abomináveis.

Temos de erradicar, de extirpar da nossa sociedade qualquer gesto de abuso, de exploração, comércio, violência sexual praticados contra nossas crianças e adolescentes. Graças a Deus, aqui na Assembleia a Comissão de Participação Popular, a frente parlamentar, as Deputadas e os Deputados têm feito a sua parte. Muito obrigado, Sr. Presidente.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Weliton Prado\* - Saúdo a todos. São muitos problemas e injustiças. É importante nunca desanimar, levantar a cabeça, pois a luta tem de continuar.

Quero dar dois exemplos de persistência. O primeiro diz respeito aos servidores administrativos da Polícia Civil. É uma grande injustiça por parte do governo do Estado não atender a essa reivindicação. Eles estão lutando há anos. Estão há 20 anos no serviço público recebendo uma miséria, um salário de R\$324,00. Estou com um contracheque na mão. Esse valor contraria, aliás, a legislação, pois o salário-base dos servidores é menor do que um salário mínimo. Não é possível imaginar uma situação dessa, principalmente em um Estado que tem um Orçamento de quase R\$40.000.000,00. É inaceitável que os servidores recebam um salário de fome desse, de R\$324,00. Estão há mais de 20 anos trabalhando, ajudando o desenvolvimento do Estado. Se formos falar dos outros servidores, a situação é a mesma.

Está sendo realizado aqui o Plano Decenal da Educação, e sabemos da triste situação dos servidores dessa área, de seus baixos salários, além da falta de estrutura nesse segmento. Há, além disso, déficit na área da saúde. Assim, esses problemas têm de ser enfrentados com muita coragem, com mobilização, com união e com participação. Vocês estão corretíssimos de estar ocupando as galerias da Assembleia. Terão, como estão tendo, apoio dos diversos Deputados desta Casa. A luta tem de continuar.

Da mesma maneira, tem de continuar a luta dos estudantes. Abro parêntese para parabenizar o movimento estudantil de Belo Horizonte e da Região Metropolitana, de forma muito especial a Associação Metropolitana de Estudantes Secundaristas - Ames. Com muita bravura, sem estrutura, com muitas dificuldades, vão à luta. Organizam os estudantes e fazem discussão permanente com eles. Há muito tempo vêm lutando pelo meio passe. Isso é um direito dos estudantes, pois eles têm de ter acesso à educação. Belo Horizonte é a única Capital do País em que os estudantes não têm esse direito. Isso não dá para admitir. São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília e Goiânia têm esse meio passe. Aqui em Minas Gerais, em Uberlândia, Uberaba, São João del-Rei, que é a cidade do Governador, e Juiz de Fora ou têm o meio passe ou têm descontos. Infelizmente, isso aqui em Belo Horizonte não é realidade ainda.

De forma muito justa, os estudantes vêm se mobilizando, fazendo manifestações em defesa do seu direito ao meio passe. Entretanto, estão sendo reprimidos de forma violenta, desumana, injusta. Vamos até solicitar a participação da Comissão de Direitos Humanos desta Casa. Hoje os estudantes fizeram uma grande mobilização. É claro que ela não agrada a ninguém, nem mesmo a eles próprios. Eles pararam o trânsito, mas essa é uma forma de mostrarem sua indignação e reivindicarem seus direitos. Tive a felicidade de acompanhar essa mobilização e os vi se deparando com cenas lamentáveis. Eles procuravam fazer uma manifestação pacífica, ordeira, para reivindicar seus direitos, mas, em certos momentos, tiveram confrontos com a polícia, que usou "spray" de pimenta. Depois, alguns chegaram a ser agredidos e tiveram de fazer exame de corpo de delito. O conjunto de Deputados desta Casa tem de tomar uma posição diante dessa situação, e temos de nos colocar até como interlocutores, pois a situação vai se agravar, e muito, o que é preocupante. Os estudantes estão mobilizados, organizados e não irão parar. Aí temos confrontos e até possíveis mortes. Deixamos aqui, portanto, nosso apelo às autoridades e solicitamos tranquilidade à Polícia Militar, principalmente por parte do Comando. É preciso saber lidar com a situação, pois os estudantes têm direito de se manifestar. E a mobilização não parará por aqui, estão organizando os grêmios e uma discussão com os estudantes de toda a Região Metropolitana de Belo Horizonte. Se hoje o ato teve a presença de 2 mil pessoas, amanhã terá 5, 10, 15 ou 20 mil. O movimento vai engrossar, e vai engrossar mesmo; portanto deixamos aqui nosso apelo às autoridades, pois existem todas as possibilidades para garantirem o meio passe. Isso não é nada de mais. Ninguém está inventando nada, pois já é assim em todas as Capitais do Brasil. Em Minas Gerais, é assim em várias cidades. Praticamente todos os países da América Latina respeitam o direito do estudante ao meio passe, quando não há o Passe Livre, o que acontece na maioria deles. Os países de Primeiro Mundo também respeitam esse direito. Isso acontece no mundo inteiro: o estudante tem de ter acesso à escola, que, muitas vezes, fica a quilômetros de sua residência, e eles não têm condições financeiras. O transporte coletivo ainda é caríssimo e de péssima, péssima, péssima qualidade. Então a reivindicação dos estudantes é justa, e queremos acompanhar o movimento mais de perto, ajudando a fazer a interlocução. Realmente estamos muito preocupados com os desdobramentos. Não queremos, de maneira alguma, violência nem confronto. As lideranças estão aqui, na Assembleia Legislativa, no Plenário, para dialogar com os Deputados, pois não pode acontecer mais o que aconteceu hoje na Praça Sete: cinco estudantes foram presos. Precisamos de um acompanhamento, e para isso peço o apoio dos Deputados e da Comissão de Direitos Humanos.

Para se ter uma idéia, em 2006 houve mais de dez manifestações durante o ano. Em 2007, houve várias também, inclusive na Câmara de Vereadores. Neste ano, os estudantes irão priorizar a discussão e trabalhar com muita força para garantir seus direitos. Não há mais como segurar. E há possibilidades de que isso aconteça: a publicidade atrás, dentro e nas laterais dos ônibus, e o imposto cobrado sobre o combustível pode ser reduzido; enfim, há várias alternativas. É preciso colocar tudo na planilha. A primeira ação deve ser a fiscalização pênfina da planilha de custo. Analisamos a planilha da Cemig, e houve a primeira redução em 17 anos, pois havia nela diversas irregularidades. Da mesma maneira, brigamos para que uma agência autônoma e independente analisasse planilha de custo da Copasa, que queria um aumento de quase 10%, o maior dos últimos anos. Conseguimos impedi-lo na Justiça, pois a empresa não conseguiu comprovar a necessidade desse aumento. Portanto, é muito importante o acesso às planilhas de custo das empresas de transporte, para reivindicarmos, como nos casos referidos.

Para finalizar, parabeno os estudantes por sua belíssima manifestação, e os servidores administrativos da Polícia Civil.

A luta tem de continuar. É desse jeito: no nosso país, se não se colocar a boca no trombone, se não se reivindicarem nossos direitos, infelizmente os poucos que temos vão por água abaixo. Vocês estão de parabéns, assim como a Ames, os servidores administrativos. Realmente, temos de persistir, temos de mobilizar, de ter união. Tenho certeza de que vocês conseguirão a vitória. Contem com o nosso apoio. Um abraço e muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado André Quintão\* - Sr. Presidente, Deputado Weliton Prado, Sras. e Srs. Deputados, telespectadores. No dia de hoje a Assembleia iniciou a realização da etapa final do fórum técnico sobre o Plano Decenal da Educação, uma iniciativa requerida pelo Deputado Carlin Moura e pela atual Prefeita de Governador Valadares, a companheira Deputada Elisa Costa, que, neste ano, realizou fóruns regionais por meio da Assembleia e da Comissão de Representação em várias cidades-polo. Até tive oportunidade de acompanhar a etapa regional na cidade de Araçuaí, que trouxe para esta Casa, por meio de consulta, até pela internet, mais de mil sugestões ao Projeto de Lei nº 2.215/2008, que trata exatamente das prioridades para a educação em Minas Gerais na próxima década.

Queria, no tempo que me é facultado, tratar de um aspecto muitas vezes relativizado, secundarizado, mas que interfere muito no rendimento e na permanência do aluno na escola, que é exatamente a questão social. Muitas vezes o rendimento insuficiente, a dificuldade de aprendizagem, a distorção entre idade e série e a alta taxa de evasão escolar estão diretamente relacionadas às condições sociais das famílias dessas crianças e desses adolescentes incluídos e ou excluídos do nosso sistema educacional.

Para citar dados do Ensino Médio, só em Minas Gerais são 19,3% dos jovens que estão no contingente da evasão escolar e que estão sendo cooptados pelo tráfico de drogas; que não vão ter a escolarização necessária para o primeiro emprego; que vão ter renda inadequada para sua subsistência e realização de seus sonhos; que terão menos oportunidades e que precocemente terão suas vidas ceifadas - infelizmente, a idade média de ingresso no tráfico já é de 11 ou 12 anos, e a expectativa de vida é de 22 ou 23 anos.

Muitas vezes a criança com deficiência não é incluída na escola; muitas vezes o comportamento agressivo dentro da escola, entre jovens e crianças ou dos jovens em relação aos educadores, expressa contradições e condicionantes que poderiam ser estancadas com uma maior integração da rede de proteção social, fora da escola, com o Sistema Único de Assistência Social - Suas - e o Programa Saúde da Família, com a ação efetiva dos Conselhos Tutelares, com uma verdadeira rede de atuação do público e do privado de suporte às famílias, para que elas tenham acesso ao programa Bolsa-Família e ao Benefício de Prestação Continuada. Por isso é fundamental que, na política pública de educação, desenvolva-se também uma preocupação particular com o acompanhamento social das famílias, principalmente daquelas em situação de

vulnerabilidade, para que tenham cada vez mais condições de promover as exigências básicas do processo educativo no tocante a habitação, alimentação e vestuário, enfim, de garantir as condições para que essas crianças tenham capacidade de acompanhar seus colegas em sala de aula.

Por isso, Presidente, aprovei nesta Casa, depois de quatro anos de debates, um projeto de lei, hoje já transformado na Lei nº 16.683/2007, que autoriza o Estado de Minas Gerais a promover ações de acompanhamento social na rede pública estadual, no nosso ensino público, principalmente nos Municípios de baixo Índice de Desenvolvimento Humano e nas regiões de maior vulnerabilidade social. Defendemos, Presidente, uma política integrada - educação, assistência, segurança alimentar, saúde e geração de trabalho e renda. Queremos um trabalho multiprofissional nas escolas, com a presença de psicólogos e assistentes sociais que acompanhem as famílias das crianças que foram abusadas sexualmente, que estejam na rota de evasão escolar, que tenham dificuldades de aprendizagem, das crianças ou jovens que já estejam sendo cooptadas pelo tráfico. Queremos profissionais que possam acompanhar as famílias que não estão garantindo 85% da frequência das crianças às escolas e que, assim, estão com seu benefício e sua Bolsa-Família com risco de serem cortados. Queremos um trabalho em que o professor, o Diretor e o Orientador tenham a energia e o tempo liberados para a construção eficaz de um projeto pedagógico e em que essas situações de promoção de direitos ou os casos de direitos já violados tenham o atendimento e o olhar necessários.

É preciso efetivar essa lei em Minas Gerais. Aprovamos, por meio da Comissão de Participação Popular, no ano passado e neste ano, uma ação do PPAG, Acompanhamento Social nas Escolas, com previsão de R\$1.000.000,00 para serem aplicados em 2009. Fizemos um acordo com o governo para que esse recurso seja efetivado no âmbito do programa Poupança Jovem, hoje em implantação em cerca de nove Municípios. Queremos que assistentes sociais e psicólogos sejam contratados para trabalhar nas escolas de maior vulnerabilidade, para promover maior integração da comunidade escolar e auxiliar o corpo técnico da educação, respeitados os espaços profissionais e as especificidades de cada um. Queremos que esses profissionais atuem junto ao Centro de Referência da Assistência Social - Cras - e aos Conselhos Tutelares, que promovam esse acompanhamento familiar, que cada jovem e criança continue na escola em condições adequadas. Esse jovem que evade da escola e não tem seu sonho realizado, ou uma porta aberta, é aquele que depois vai para o centro de internação, que cometerá uma infração e que, além de colocar em risco sua vida e a do outro, vai custar muito mais ao poder público do que a boa remuneração a um professor e a um profissional da área social que atue de maneira integrada em cada escola pública da rede estadual.

Por isso, Sr. Presidente, gostaria muito que o fórum técnico "Plano Decenal de Educação de Minas Gerais" pudesse também aprovar um reforço para o cumprimento da lei, até porque ela já existe: a ação no PPAG foi criada e o recurso para iniciar esse processo está resguardado. Reforço essa proposta. Essa experiência vem tomando conta do nosso país: o Município do Rio de Janeiro já tem profissionais para esse tipo de atuação. Tive oportunidade de proferir uma palestra de capacitação para mais de 150 assistentes sociais e psicólogos, contratados pela Prefeitura para essa finalidade. Em cidades como Uberlândia e Juiz de Fora, esse processo já está em implantação. Estive em Betim, na semana passada, e a Prefeita Maria do Carmo Lara, no âmbito da experiência da ampliação da jornada escolar, vai contratar assistentes sociais com essa finalidade, assim como Municípios de outros Estados, como Limeira e Franca.

Enfim, hoje é imperioso o trabalho articulado de equipes multiprofissionais e de intersetorialidade nas políticas públicas. Por isso reitero que essa não é uma lei qualquer, mas uma lei que reforça a permanência e a qualidade do desempenho da nossa criança e do nosso jovem. Infelizmente nosso Estado apresenta índices de evasão escolar acima da média; infelizmente o desempenho das escolas públicas em Minas está aquém das potencialidades do Estado. E não é por falta de dedicação dos nossos trabalhadores da educação em Minas Gerais, mas porque, além da valorização dos trabalhadores da educação, além de um projeto pedagógico atrativo, além das experiências da ampliação da jornada escolar, precisamos também desse suporte social. Isso porque não se pode cobrar rendimento adequado nas escolas públicas de uma criança que vive numa família onde não há condições mínimas de garantir os seus direitos básicos de acolhida, alimentação e vestuário.

Por fim, a par da data 15 de maio, venho cumprimentar os profissionais do serviço social de Minas Gerais.

O dia 15 de maio é Dia Nacional do Assistente Social, minha profissão, da qual muito me orgulho. Tenho muita honra em ser Assistente Social concursado da Prefeitura de Belo Horizonte. Formei-me na PUC em 1987, portanto há 22 anos. Tenho certeza de que, ao longo dessa trajetória, os milhares de assistentes sociais têm ajudado a fortalecer e a construir políticas públicas efetivas, sociais, em nosso Estado. Essa é uma categoria que tem, no projeto ético político do seu código de ética, talvez as propostas mais transformadoras e as diretrizes mais progressistas de uma profissão regulamentada em nosso país. Uma profissão que está na saúde, na educação, na assistência social, no apoio aos movimentos sociais, no Judiciário, no Ministério Público, na iniciativa privada, nas iniciativas autônomas e que tem contribuído com outros profissionais para a efetivação de uma verdadeira rede de proteção social em nosso país, bastante ampliada com o trabalho do Presidente Lula e do Patrus Ananias, Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que tive a honra de conhecer como meu professor de Direito Social no curso de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Portanto, meu abraço afetuoso a cada assistente social, a cada estudante da área de serviço social do nosso Estado. Aproveitem bem a possibilidade e a oportunidade luminosas que essa verdadeira rede de proteção social em curso, que aperfeiçoaremos em nosso país, vem abrindo, do ponto de vista profissional, a cada assistente social do nosso Estado. Nas pessoas das minhas assessoras Ana Maria, Darquilane e Maíra, assistentes sociais do nosso mandato, estendo esses cumprimentos a todos aqueles e aquelas, em maioria, que, ao longo dessa trajetória, têm-nos apoiado na luta pela afirmação não simplesmente da categoria, por mais importante que seja, mas pela afirmação da categoria associada à defesa dos direitos dos usuários das políticas públicas que exigem a presença do assistente social. Muito obrigado, Sr. Presidente, e um grande abraço a todos os assistentes sociais de Minas Gerais.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Getúlio Neiva - Sr. Presidente Deputado Weliton Prado, caros colegas Deputados e Deputadas, tento evitar vir à tribuna, mas são tantos assuntos que não conseguimos ficar sem dar opinião. É preciso dar opinião. Ainda há pouco, o pessoal estava aqui lutando em defesa dos seus direitos - os funcionários administrativos da Polícia Civil. Comprometemo-nos com eles a falar ao Vice-Governador na viagem que fizemos na quinta-feira passada. Conversamos, e ele ficou de fazer uma projeção. Não mais vejo a turma presente no Plenário, mas fica dada a resposta de que a conversa foi feita, e o Secretário ficou de realizar um estudo em relação à fixação de um mínimo um pouco mais condizente com a dignidade humana para os servidores da área da Polícia Civil.

Em segundo lugar, gostaria de dizer que concordo com meu companheiro Deputado Weliton Prado no que se refere ao passe estudantil - a meia passagem -, que está implantado em Teófilo Ottoni desde 1983. Trata-se de uma decisão municipal, mas é claro que esta Casa não pode deixar de fazer seus comentários. É impossível que Belo Horizonte continue sendo a única Capital do Brasil que não consegue meia passagem para os estudantes. Isso é terrível. É preciso que reforçemos essa luta, por isso a minha solidariedade.

Sr. Presidente, gostaria de verificar uma grande preocupação que tenho com a Zona de Processamento de Exportação - ZPE - de Teófilo Ottoni. Em 1988 foi publicada uma lei que possibilitava a instalação de ZPEs no Brasil. Publicou-se um edital, e 17 cidades brasileiras se habilitaram. Na oportunidade, eu era Prefeito da minha cidade e a habilitamos. Em 1994, o Presidente Itamar Franco assinou o decreto que criou o Conselho Nacional das ZPEs e, ao mesmo tempo, autorizou o início das obras da ZPE de Teófilo Ottoni. O governo FHC, lamentavelmente, desfez o Conselho e impossibilitou que fosse feita a ZPE enquanto não se refizesse o Conselho. Porém, ao longo desse tempo foram alteradas normas jurídicas, e mudanças foram feitas na legislação brasileira, condizentes com novas realidades internacionais para exportação. Foi necessário que o Deputado Ademir Camilo retomasse o processo na Câmara dos Deputados e uma nova lei foi feita e aprovada na Câmara e no Senado. Finalmente, o Presidente da República, que tinha oposto veto a 24 artigos dessa lei, depois editou uma medida provisória consertando esses 24 itens. Em Montes Claros, há pouco mais de 30 dias, assinou o decreto criando novamente o Conselho Nacional que cuidará de autorizar os projetos a serem implantados na ZPE.

Agora, vem-me uma preocupação, Sr. Presidente. Embora lá tenhamos investido, da parte do governo do Estado, do governo exatamente de Eduardo Azeredo, cerca de R\$5.000.000,00 para fazer área administrativa e a urbanização inicial da área para a ZPE, embora esteja tudo pronto na área administrativa, de alfandegamento, de recepção, descarte de mercadorias, entrada e saída, ainda não temos a área necessária. E agora, o Ministério de Indústria e Comércio se compromete com Uberaba a autorizar, no mês de junho, uma nova ZPE. Enquanto lá temos um pouco mais de 10ha, temos aqui a notícia de que Uberaba coloca à disposição 2.000.000m<sup>2</sup> de área administrada e urbanizada, com investimentos da Prefeitura da ordem de R\$10.000.000,00. Se não nos preocuparmos com isso, se a Prefeitura da nossa cidade não puder fazer esse investimento, certamente a ZPE de Teófilo Otôni poderá ficar para depois da ZPE de Uberaba, porque há nessa cidade uma vontade maior, uma força maior, um desejo maior e não só conversa, blá-blá-blá. O que está acontecendo em nossa cidade, há algum tempo, o blá-blá-blá em torno da ZPE, é só conversa fiada. Na verdade, a Zepex, que é a empresa que administra a ZPE de Teófilo Otôni, está absolutamente falida, com dívida de R\$11.500.000,00. Não há capacidade de se fazerem investimentos. A nossa Prefeitura também está absolutamente falida, sem nenhuma capacidade de investimento.

Só estou registrando a minha preocupação. Naturalmente, nós que lutamos tanto pela ZPE, fizemos um contato direto com o Governador do Estado pedindo a ele que fizesse uma intervenção, que chamasse o Diretor da Zepex a Belo Horizonte para tentar negociar essa dívida, tentar capitalizar a empresa, buscar uma solução qualquer. Afinal, foi prometido pelo governo federal pagar indenização à Zepex em função dos projetos que foram apresentados e que, lamentavelmente, não puderam seguir porque foi destituído o Conselho Nacional das ZPEs. Há um recurso financeiro disponibilizado, que a Zepex ganhou contra o governo federal, após entrar na Justiça. São recursos da ordem de R\$20.000.000,00. Mas não vislumbro nenhuma possibilidade de o governo federal vir a aportar esse recurso ou pagar esse débito, porque sabemos muito bem que qualquer débito de governo só pode ser pago após a inscrição do precatório. Não entrou nem em precatório.

Então não tem ainda como negociar esse dinheiro. A minha preocupação é que o governo do Estado deve - precisa - entrar no processo da ZPE de Teófilo Otôni, sob pena de termos de esperar chegar à Prefeitura um Prefeito que resolva investir a sua parte ou que tenha capacidade organizacional para tocar o empreendimento com os empresários locais. Estamos preocupados em perder essa oportunidade. Falamos, durante todo o ano passado, em nossa cidade, na televisão, no rádio, nas campanhas eleitorais, que era perigoso o que estavam fazendo com Teófilo Otôni. Estavam mentindo para o povo, aliás, prometendo 10 mil empregos diretos e 40 mil empregos indiretos até dezembro do ano passado, para ganhar as eleições. E ganharam! Ganharam as eleições, e agora a situação é a do cachorro que sai latindo atrás do carro. O carro para, e daí? O que ele vai fazer? Ele não sabe o que fazer. Então a situação é grave, é complicada, é difícil. Levei pessoalmente esse assunto ao Governador do Estado, que ficou de chamar os Diretores da Zepex para uma conversa. A minha preocupação aumenta dia a dia. Com essa crise internacional, tanto o governo federal quanto o estadual estão perdendo a capacidade de investir em empreendimentos novos. E esse é um empreendimento novo, diferenciado, para o qual não há verba orçamentária nem emendas parlamentares suficientes para fazer a infraestrutura. Se em Uberaba já há 1.000.000m<sup>2</sup> disponíveis, se a Prefeitura já disponibilizou R\$10.000.000,00 para investimento, lamentavelmente, em Teófilo Otôni, não há nenhum centavo para investimento. Então é preciso que nos preocupemos e exponhamos essas informações.

Não vou falar só sobre esse assunto, meu caro Presidente. Há uma outra questão que também me preocupa. Voltamos com o Deputado Federal Ademir Camilo e levamos ao governo federal, ao Ministro da Educação, a proposta de criação da faculdade de medicina em Teófilo Otôni. O processo foi todo montado com o Reitor. O Conselho Universitário da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri aprovou a implantação da faculdade de medicina em Teófilo Otôni, e, posteriormente, o Deputado Délio Malheiros, com outros Deputados, entrou tentando puxar a faculdade de medicina para Diamantina. Mais recentemente houve um entendimento político de que criaríamos duas turmas, uma em Teófilo Otôni e outra em Diamantina, para que se verificasse posteriormente qual cidade teria maior envergadura em sua estrutura médico-hospitalar para abrigar os anos finais do curso de Medicina. Então a situação está assim: Uberaba pode tomar a dianteira na ZPE de Teófilo Otôni, Diamantina já tomou um pedaço da faculdade de medicina que iria para Teófilo Otôni.

Há uma outra preocupação minha que talvez não tenha nada a ver com esses dois assuntos que expus. Trata-se de matéria publicada em 7/5/2009, no jornal "O Globo", que diz: "Tribunal de Contas da União flagra 577 políticos inscritos no Bolsa-Família". O PSDB reuniu-se no Norte e mostrou a origem do Bolsa-Família, do Bolsa-Renda, do Bolsa-Escola, do Vale-Gás, que se uniram. O Lula foi muito inteligente e uniu os três benefícios criados pelo Fernando Henrique e transformou-os em Bolsa-Família, ampliou o Bolsa-Família, que virou um instrumento político muito importante neste país. Todos somos favoráveis à continuidade do Bolsa-Família, mas queremos também encontrar a porta de saída, para que as pessoas não fiquem eternamente dependendo de uma esmola, de uma esmolinha, uma ajudazinha. É preciso ampliar para mais famílias, mas, ao mesmo tempo, criar instrumentos sérios e seguros de saída para o Bolsa-Família. No entanto queriam defender esse programa, quando disseram que 577 políticos estão recebendo o benefício. Esses não são políticos de alto nível, possivelmente são políticos de outro tipo, que não aqueles que frequentam esta Casa. Posso informar que, quando comecei a fazer a distribuição do Bolsa-Renda, do Bolsa-Escola, na minha cidade, flagrei o filho de um candidato a Vereador, do PT, inscrito com toda a sua família no Bolsa-Renda. Então isso pode acontecer, sim, no Município. Não é culpa do Prefeito nem do Governador nem do Ministro, mas é um fato natural. O que está faltando? A ansiedade, a volúpia de ampliar o programa como instrumento eleitoral pelo Ministro não deixa que o Ministério faça a averiguação dessas famílias, façam pesquisa socioeconômica para verificar se realmente as famílias que estão sendo beneficiadas são aquelas mais pobres. E há ainda famílias muito pobres que não estão inscritas no Bolsa-Família.

Essa preocupação de ampliá-lo tem de ser paralelamente trabalhada, ter um acompanhamento sério do estudo socioeconômico da família, para ver se realmente pessoas estranhas não estão abocanhando recursos que devem ser destinados aos mais pobres. Faça esse comentário de defesa do Bolsa-Família, falando sobre a sua origem e dizendo que é possível, sim, que alguns políticos vagabundos do interior, gente de mau caráter, possam se autoinscrever no programa. Isso não tira a sua validade.

O outro assunto, Sr. Presidente, é que ouvimos dizer que os Municípios e os Estados são gastadores, ampliam a dívida brasileira. O curioso é que o jornal "Valor Econômico" publicou, no último dia, a seguinte manchete: "Dívida dos Estados e dos Municípios caem, superávit primário cresce em função da queda da dívida dos Estados e dos Municípios, mas a dívida do governo federal aumenta". É curioso esse cerceamento que o governo federal tem feito aos Estados e aos Municípios, reduzindo as receitas. A Lei Kandir, por exemplo, não devolve aos Estados nem sequer um terço do que faturariam de ICMS sobre produtos exportados isentos do imposto. No ano passado, Minas não recebeu um tostão. O dinheiro da Cide, mais de R\$600.000.000,00, também não foi repassado - apenas R\$146.000.000,00 foram repassados. Existe, pois, uma apropriação indébita por parte do governo federal dos recursos que são dos Estados e dos Municípios. O "Valor Econômico" mostra de forma clara que a dívida dos Estados e dos Municípios caiu e a do governo federal cresceu, embora as reservas externas em dólar sejam muito grandes em virtude da exportação, que, por sua vez, inviabilizou um Estado exportador como Minas Gerais - praticamente 40% da sua receita tem isenção de ICMS para exportação. Tudo isso reduz a capacidade de exportação do nosso Estado.

Tenho vários assuntos a tratar, Sr. Presidente. O tempo é curto, e solicito paciência a V. Exa. O editorial do "Estado de Minas" de 7/5/2009 publicou matéria intitulada: "Reforma ou só armação?". O que está acontecendo em Brasília? Os Deputados Federais e Senadores envolvidos no mar de lama pela imprensa - o Congresso Nacional tornou-se uma "geni", estão jogando tudo em cima da "geni" -, preocupados com sua reeleição e a garantia dos seus mandatos, estão mudando a legislação para fazer a lista fechada, onde Presidentes de partidos, diretórios decidem quem será candidato, quem fica no primeiro, segundo, terceiro ou quarto lugares. Ora, não tenho medo de enfrentar as eleições, já disputei nove delas, e não quero esconder-me numa lista fechada. Isso é esconderijo de político safado, sem-vergonha, é o tipo de política vagabunda. Reforma política às vésperas de ano eleitoral é tentar esconder Deputado safado, ladrão e sem-vergonha numa lista fechada. Eu não tenho vergonha de participar de lista aberta, de colocar o meu nome, a minha cara na rua para pedir voto, reclamar ou reivindicar. Político safado é que tem medo e precisa de lista fechada. Tenho a certeza de que a maioria dos Deputados desta Casa abomina essa idéia. Lista fechada!? Vou esconder o meu nome!? Vou esconder a minha competência, minha capacidade de trabalho!? Não. Só quem tem rabo é que tem de esconder. Eu não tenho rabo.

De fato, é preciso rever essa questão política que está sendo proposta. Vejo com bons olhos que, nos últimos 10 dias, várias emissoras de televisão estão discutindo o assunto com políticos e cientistas políticos, e, pela primeira vez, ao longo de um ano, aparece a discussão sobre o voto distrital.

Durante anos e anos, aqui mesmo, nesta Casa, vários Deputados falam em financiamento público de campanha e lista fechada. A lista fechada é uma aberração, uma molecagem. Financiamento público de campanha não vai acabar com corrupção coisa nenhuma. Vai continuar havendo financiamento por fora. Quem conhece política como nós sabe que todas ou praticamente todas as declarações de despesas feitas no período eleitoral têm sempre o "por-fora". Quem não tem o "por-fora" acaba perdendo a eleição ou tendo dificuldades eleitorais fantásticas. Não se vai evitar, ao contrário, vai camuflar-se, esconder-se o financiamento privado àqueles que mais se interessam pela defesa dos interesses daquelas entidades e empresas. Preocupamo-nos, Sr. Presidente, com essa discussão porque estamos em um ano complicado, um ano pré-eleitoral; as definições têm de ser feitas até setembro, e esses dois aspectos da discussão da reforma política nos preocupam. Deveríamos ter mais coragem cívica para enfrentar esse assunto e discuti-lo com um pouco mais de grandeza. Está faltando grandeza. Está fazendo um jogo de gabinete. Está igual ao futebol, os cartolas estão querendo quebrar seu próprio galho, resolver seu próprio problema. Quem tem medo de povo não devia mexer com política. Quem não quer mostrar a cara para o povo devia tomar vergonha e arrumar outra coisa para fazer. Sou veementemente contrário à lista fechada, veementemente contrário ao financiamento público de campanha, porque isso já existe. Os programas de rádio e televisão são pagos pelo governo, e isso já é um estímulo. Não deveriam acabar com o "showmício", mas proibir que fossem gastos R\$150.000,00 para a Wanessa Camargo ir a Teófilo Ottoni, como o Lula pagou; R\$100.000,00 para Chitãozinho e Xororó, por meio do Banco do Brasil. É isso que tem de acabar. Tem de ser limitado o valor a ser gasto e tem de ser fiscalizada fortemente cada conta, cada prestação de contas, cada despesa de cada Deputado, de cada Senador, de cada Prefeito, de cada Vice-Prefeito, de cada Vereador. Deveriam estabelecer limites. Hoje a legislação eleitoral permite que se diga quanto vai gastar-se. Vou gastar R\$100.000,00 na minha campanha; o outro diz que vai gastar R\$5.000.000,00. Quanto o Juvenil gastou? Quanto ele mencionou que ia gastar? O candidato diz R\$10.000.000,00, R\$20.000.000,00, R\$30.000.000,00, R\$40.000.000,00, R\$50.000.000,00; está dentro da lei, mas isso é uma aberração. Então, Sr. Presidente, manifestamos nossa ideia de forma clara. Não tenho medo de eleição, não tenho medo de andar no meio do povo, não quero lista fechada e acho que essa discussão tem de espalhar-se pela Assembleia. Não podemos permitir que apenas os Deputados Federais e os Senadores discutam isso porque também somos parte desses partidos que estão representados em Brasília. É preciso que alguém reaja, que alguém diga algo, até para endossar o que os cientistas políticos começaram a discutir: "vale a pena fazer financiamento público de campanha?". Acho que não. Vale a pena fazer lista fechada? Para um país, para uma democracia que está se abrindo e se consolidando, acho uma vergonha fazer uma molecagem desse tamanho com o povo brasileiro. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Domingos Sávio - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, todos os que nos acompanham na Casa do povo mineiro ou que nos assistem pela TV Assembleia, falarei sobre as questões da saúde, mas não posso deixar de manifestar a minha preocupação e indignação sobre algo que tem que ver com a vida. Pior, ultimamente, tem tido muito mais que ver com a morte. Refiro-me às nossas rodovias federais. Ontem os jornais, em especial o "Estado de Minas" publicava que estamos no quinto mês do ano e as aplicações do Orçamento do DNIT para melhorar as nossas rodovias não chegavam a 10%. Não faltam serviços para serem feitos; não faltam denúncias. A cada dia, há notícias tristes nos jornais, com tragédias e mais tragédias. Hoje, novamente, a matéria é abordada com a cobrança das promessas do DNIT, uma vez o governo federal promete que, até às vésperas das próximas eleições, vai tapar os buracos. Deixou-me assombrado essa afirmação. Na última vez que ouvi o DNIT e o governo federal falarem isso, vivemos uma avalanche de corrupção, de roubalheira, com contratações e dispensas de licitação para tapar buracos. O dinheiro deve ter tapado o buraco, o rombo das empreiteiras, mas as estradas não. O pior que não é simplesmente tapando alguns buracos que se resolve um problema como esse. A BR-381, especialmente o trecho de Belo Horizonte a Governador Valadares, é calamitosa. O Deputado Getúlio Neiva conhece bem esse trecho. Há poucas semanas, fui a Coronel Fabriciano fazer uma visita ao Hospital Siderúrgica e enfrentar um problema ao lado daquela comunidade, o que relatarei em seguida. Fiquei assombrado com a situação do corredor da morte. Cada vez que vou ali, fico revoltado. O que a BR-381, naquele trecho, gera de riqueza para o Brasil daria para construir algumas rodovias daquelas por ano; só o que ela gera de imposto, para fazer uma análise meramente econômica, embora a vida não tenha preço. O governo federal tem o dinheiro, tem a previsão orçamentária, mas é uma lentidão. Quantas vezes denunciei desta tribuna a situação da BR-262, de Belo Horizonte ao Triângulo, principalmente de Belo Horizonte a Bom Despacho? Felizmente as obras começaram. Já há lá alguns "outdoors" de alguns querendo assumir a condição de padrinhos. Na verdade, é algo que o governo federal nos deve há muitos anos. Ficam lá alguns padrinhos para uma obra prometida ao longo de muitos e muitos anos e que está sendo iniciada agora. Ainda bem que está sendo iniciada. O que é duro de aguentar é a demagogia em cima desse tipo de obras, que já deveria estar pronta, e está iniciando agora. A BR-381 tinha de estar sendo iniciada simultaneamente, pois ambas as rodovias são "corredores da morte".

Deixo aqui, portanto, este meu desabafo, mais uma vez, em tom de cobrança, pois é nosso dever. O parlamentar não tem somente a função de legislar, mas de fiscalizar e de representar, fazendo aqui como o faz, com muita competência, o Deputado Getúlio Neiva, que neste momento preside esta reunião. Deixo este desabafo atendendo, aliás, ao pedido das lojas maçônicas de Coronel Fabriciano, que me procuraram com essa reivindicação, dos diversos clubes de serviços, das lideranças comunitárias, da Câmara Municipal, que me mostraram o desespero que é trafegar por essa rodovia. Ainda hoje estão fechando um trecho da rodovia, fazendo mais uma manifestação.

Na abertura da reunião da AMM, o representante do DNIT disse que essa obra já está no PAC, mas não soube nem informar como está o projeto, como está o andamento para a execução da obra. Isso é assustador. É muito fácil fazer promessas e dizer que está no PAC. Onde está o projeto, a licitação da obra, o cronograma de execução? Há os recursos. E isso não é por competência maior deste ou daquele governo. Do dinheiro que eu, você e todos nós pagamos, do mais humilde dos cidadãos ao mais abastado, vai quase 70% para o governo federal. O dinheiro que você paga ao abastecer um carro vai para um grande fundo que está abarrotado de dinheiro, nas mãos do governo federal, que se gaba de emprestar para o FMI, mas não consegue tapar os buracos. Agora vem prometer essas obras para até junho do ano que vem, para as vésperas da eleição do ano que vem. Vai tapar buraco no período em que pode fazer propaganda.

Não queremos só tapa-buracos: a BR-381 e a BR-262 têm que ser duplicadas. Não tem cabimento fazer a licitação e deixar Bom Despacho de fora. Se vão fazer a licitação e existe o dinheiro e a necessidade, não há por que fazer apenas um trecho de pouco mais de 100km. Deve ir pelo menos até Bom Despacho, onde há o cruzamento com várias outras rodovias que levam a Martinho Campos, Abaeté, Pompéu, Morada Nova de Minas, Biquinhas, Dolores do Indaiaí, Santo Antônio do Monte, além de um cruzamento que liga com a BR-050. Ali há uma razão técnica, além da grande população da cidade. Existe o dinheiro, que é nosso, do povo brasileiro, e não, de um governo momentâneo. Infelizmente, falta vontade política ou competência. Aí, vêm falar em tapar buracos, o que não tiveram competência para fazer até hoje.

Querida dirigir-me aos colegas e a quem nos acompanha para fazer uma reflexão sobre a nossa luta pelas questões da saúde e, ao mesmo tempo, manifestar meu agradecimento ao Secretário Marcus Pestana e cumprimentar as lideranças de Coronel Fabriciano. Falava de minha ida e do pesadelo de passar pela BR-381, naquele trecho mais complicado até João Monlevade. Fui, como tenho feito com frequência, a Coronel Fabriciano, onde tive a alegria de receber uma homenagem dos irmãos de maçonaria e a oportunidade de visitar o Hospital Siderúrgica, que passa por uma crise.

Depois disso, na semana passada, tive uma reunião com o Secretário de Saúde. Esse Hospital é o maior da cidade, um dos maiores do Vale do Aço e o mais antigo, pois foi fundado há pouco mais de meio século e, além de realizar internações e procedimentos pactuados com o SUS, tem um convênio com a Prefeitura e faz o pronto atendimento, aquela rotina que deveria ser feita em postos de saúde ou em um posto 24 horas da Prefeitura e que não o é por não ser esse serviço disponibilizado pelo Município. Assim, o Hospital presta o pronto atendimento ao cidadão: um curativo, uma consulta especializada, um atendimento de reidratação, uma inalação para uma criança com problema respiratório, que acontece muito na região. Não há internação, não há autorização de internação hospitalar, a AIH. Esse tipo de atendimento parece barato, mas não é, pois exige por 24 horas plantonistas de várias especialidades.

O Hospital acaba gastando, para uma cidade com mais de 100 mil habitantes - e acaba sendo um hospital regional, pois atende seguramente um público de mais de 200 mil pessoas -, algo em torno de R\$200.000,00, em virtude do convênio com a Prefeitura, ou seja, ele desempenha

a função do poder público. Para isso, ele recebe um repasse da Prefeitura, que, por sua vez, é o dinheiro recebido por ela do governo federal: o chamado PAB, um valor proporcional à população da cidade, para o pronto atendimento. Esse repasse não é suficiente para cobrir a metade do custo do Hospital Siderúrgica, e, obviamente, gasta-se mais do que se recebe para um serviço, e acumula-se prejuízo mês a mês.

Já venho ajudando esse Hospital, pois sei de sua importância para o Vale do Aço, não só para Coronel Fabriciano, mas também para Timóteo e até mesmo Ipatinga, cidade que tem um grande e competente hospital. Ali as cidades são muito unidas, próximas; não é à toa que se constitui a Região Metropolitana do Vale do Aço. Já conseguimos com nossa ação pessoal uma emenda parlamentar para se disponibilizar no orçamento o dinheiro para a construção de um CTI no Hospital Siderúrgica, que por sinal está pronto. Agora, com o apoio da Secretaria de Saúde, conseguimos R\$1.500.000,00 para equipá-lo, o que também já está feito. Preocupamo-nos com seu custeio. Lá fomos e, após ver essa situação, participamos de uma reunião com a Deputada Cecília Ferramenta, o Prefeito de Coronel Fabriciano, ex-Deputado Francisco Simões, os representantes do Hospital, o Secretário e a Deputada Rosângela Reis, que lá esteve, dedicada e preocupada com a região.

Cheguei a propor, aliás, que fizéssemos um esforço conjugado, o Município, o Estado e o governo federal, e que cada um entrasse com uma parte para uma verba extra. Conseguimos sensibilizar o Secretário de Saúde, Marcus Pestana, que determinou que uma comissão analisasse a situação. E, na semana passada, ele me comunicou que estava atendendo a essa reivindicação nossa e das lideranças de Coronel Fabriciano e disponibilizando um adicional de R\$100.000,00 por mês para o atendimento de urgência; e que, obviamente, esperava que os outros entes do governo federal também entrassem com uma contrapartida para socorrer o Hospital, não deixando que ele fosse fechado. Na ocasião, cheguei a propor diretamente ao Prefeito que também participasse, mas ele, prontamente, disse: "não coloco nem mais um centavo" - embora aquilo que é colocado hoje não seja do Município, mas, sim, um repasse de dinheiro que vem do governo federal, passa pelo caixa da Prefeitura e vai para o hospital. Não pode colocar nem um centavo do Município, mas também não podemos deixar o Hospital fechar. E, aí, graças a Deus, temos essa notícia boa para a população. O governo do Estado, que já tem sido parceiro, vai ampliar a parceria a fim de termos o prosseguimento do atendimento no Hospital Siderúrgica.

Deputado Getúlio Neiva, o nosso tempo está curto, e não vou abordar os outros assuntos. Porém não posso deixar de falar da nossa grande luta, que vejo com muita felicidade. Estamos próximos de conquistar uma vitória histórica, que é a de termos, em Divinópolis, um hospital público. Imaginem uma cidade como Divinópolis, cidade-polo de uma região enorme. Só a sua população passa hoje de 220 mil habitantes e se encontra na condição de cidade-polo de uma população de mais de 1 milhão de habitantes, mas não tem nenhum hospital público. Graças a Deus, temos um grande hospital filantrópico, o Hospital São João de Deus, uma referência. Eu sempre tive aqui a preocupação de estar ao lado, apoiando esse Hospital. Conseguimos garantir o Pro-Hosp, que o vem ajudando a ampliar e a melhorar suas instalações. E agora também estaremos ao lado do Hospital São João de Deus para um projeto de ampliação arrojado, que está em andamento. Estamos ao lado, ainda, do Hospital do Câncer, pelo qual temos um carinho especial, e estamos lutando para que tenha mais um acelerador nuclear.

Enfim, não há um hospital público em Divinópolis. E, aí, faltam vagas para internar as pessoas pelo SUS. Quando eu era Prefeito, construí um pronto-socorro, mas ele está virando hospital, porque a pessoa fica internada lá. Porém essa não é a função do pronto-socorro, que acaba virando um pesadelo, pois está tentando, pela ausência de um hospital público, suprir essa falta - mas não vai supri-la.

Então, agora que conseguimos o apoio do Governador Aécio Neves quanto ao suporte financeiro, estamos numa etapa adiantada, em parceria, em harmonia, trabalhando com o Deputado Doutor Rinaldo, nesta Casa, e com o Prefeito Vladimir, que acabou de nomear duas comissões. Uma, está avaliando a possibilidade de se comprar um hospital pronto, que poderá entrar em funcionamento como hospital público em curto prazo. Mas isso tem de ser bem analisado, porque queremos tomar a decisão mais acertada. A outra comissão está analisando terrenos e opções de construção.

Enfim, estamos trabalhando para que, no curto prazo, tenhamos mais ofertas de leitos, não só para a população de Divinópolis, mas para que a região saia do sofrimento de ter alguém precisando de internação e não ter vaga. A exemplo disso, também estamos trabalhando para viabilizar, em Passos, um sonho e uma necessidade dessa comunidade: o Hospital do Câncer de Passos. Apresentei uma emenda de R\$200.000,00 e espero que, em breve, o governo comece a liberar as emendas dos Deputados. Essa emenda ajudará na obra, que está sendo feita não só com o apoio do povo de Passos, mas também do povo de Piumhi, de toda a região do Sudoeste e do Sul de Minas. Vamos estar ao lado do Secretário de Estado, da comunidade e da direção do Hospital, a fim de garantir também o acelerador nuclear - um equipamento caro, mas sem o qual não há como uma unidade como essa funcionar -, e isso já está sendo encaminhado.

Portanto, estejam certos, Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, há uma área que defendo muito, e sou conhecido por isso: a agropecuária, o produtor rural, os Municípios, porque fui Prefeito. Mas há dois temas que são minha preocupação permanente: saúde e educação. É claro que, em atividade pública, segurança, meio ambiente, tudo isso requer a atenção de todos nós, assim como a cultura, que para mim sempre foi uma bandeira nesta Casa, pois fui o autor da lei que criou o Fundo Estadual de Cultura. Não há como pensar o Estado, a organização pública, o serviço público sem enfrentarmos estes dois grandes desafios: melhorar o atendimento na área da saúde e melhorar a educação, as instalações das escolas, valorizar os professores e o pessoal administrativo, que se encontra numa luta que já abraça.

Portanto, termino aqui as minhas palavras agradecendo o tempo que me foi concedido. Em outra oportunidade, falarei sobre as cooperativas de leite, que vivem um problema em razão de uma empresa paulista ter deixado de pagar mais de R\$50.000.000,00. Estou batalhando, junto ao BDMG, por linhas especiais de financiamento para várias cooperativas de leite, a fim de que possam continuar este trabalho importantíssimo de apoio aos produtores rurais. Muito obrigado.

O Deputado Almir Paraca - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público aqui presente, público que nos acompanha pela TV Assembleia, volto à tribuna para fazer um registro muito importante: daqui a alguns instantes inicia-se, no Congresso Nacional, mais particularmente no Senado Federal, a vigília pela Amazônia.

Gostaria de ler um artigo da ex-Ministra Senadora Marina Silva, que fez um relato e também avaliou e analisou a importância e adequação dessa vigília: (- Lê:.) "Nesta quarta-feira à noite, haverá no Senado uma vigília em favor da preservação da Amazônia. A ideia começou a tomar corpo com a reação inconformada da atriz Christiane Torloni diante da dificuldade de dar consequência ao abaixo-assinado Amazônia para sempre, com mais de 1 milhão de assinaturas, encabeçado por ela, Vítor Fasano e Juca de Oliveira. Em conversas com os Senadores Cristovam Buarque e Ideli Salvatti, surgiu a ideia da vigília, encampada por um grupo de Senadores e apoiada pelo Presidente do Senado, José Sarney. Esse ato será importante também por lembrar ao Brasil o Congresso parceiro da população, no momento em que, com justa indignação, muitos chegam a considerá-lo irrelevante, e por lembrar ao Congresso o seu papel central de batalhar pelas demandas da maioria da sociedade. O momento é crucial. Movimentos agressivos no governo, no próprio Congresso e em setores empresariais empenham-se em jogar no lixo décadas de construção de um arcabouço jurídico ambiental moderno, compatível com o conhecimento alcançado sobre a relação indissolúvel entre equilíbrio ambiental e desenvolvimento justo e duradouro. Há um risco na vigília: o de virar paisagem. Um evento no qual muitos declarem seu extremo amor à Amazônia, mas literalmente da boca para fora.

Não dá mais para fazer de conta e, na prática, agir para promover interesses que insistem em ignorar a necessidade de cumprir a legislação ambiental. Esse jogo está esgotado, como bem demonstram os últimos e enfáticos sinais que vêm da população. Além do número de assinaturas no manifesto dos artistas, o 'site' GloboAmazônia contabiliza, em apenas oito meses, mais de 45 milhões de protestos contra queimadas e desmatamento. Isso dá a média de mais de 5 milhões de protestos por mês ou cerca de 180 mil protestos por dia, ou quase 8 mil protestos a cada hora. E ainda há a recente pesquisa Datafolha/Amigos da Terra, que já comentei neste espaço, segundo a qual 94% querem parar o desmatamento, contra apenas 3% que permitiriam mais desmatamento para aumentar a produção agrícola. Ou seja, a população sabe o que quer. O que falta para seus representantes entenderem e atenderem seu clamor? É preciso cuidar para que a vigília não sirva à

celebração de consenso retórico, vazio. Que ela tenha a força de colocar à mesa compromissos reais, sem dubiedades, sem discursos de uma única noite. Como, por exemplo, aprovar os projetos de lei que promovem a proteção e o desenvolvimento sustentável da Amazônia e que se encontram engavetados, como é o caso do que cria o FPE Verde e tantos outros."

Esse, Sr. Presidente, é o artigo publicado nos últimos dias, salvo engano, no domingo, no jornal "Folha de S. Paulo" pela Senadora Marina Silva. Gostaríamos de registrar que toda essa abordagem da Ministra Marina Silva cabe perfeitamente ao cerrado, que é o principal bioma de Minas Gerais, de vários outros Estados do Centro-Oeste, do Sudeste e mesmo de parte do Nordeste do Brasil. O cerrado, assim como a Amazônia, vem sendo também sistematicamente ameaçado, sistematicamente agredido. Infelizmente as nossas reservas, os nossos parques, as nossas unidades de conservação ambiental do cerrado são muito pequenas, cobrem uma área muito pequena dessa vasta extensão. Ele é o bioma que mais foi agredido nos últimos anos, nas últimas décadas, com o processo de ocupação, de implantação, principalmente do agronegócio no nosso país. Vale lembrar que o cerrado é a caixa d'água do Brasil. A grande maioria das grandes bacias hidrográficas tem nas nossas veredas, nas nascentes do cerrado, os principais pontos de abastecimento, de coleta, de armazenamento do lençol e de abastecimento das grandes bacias hidrográficas brasileiras. Lembro aqui as bacias do Rio São Francisco, do Rio Paracatu, do Rio Urucuia, onde militamos de maneira mais firme, com uma presença maior. Temos trabalhado para garantir a preservação ambiental do nosso cerrado, atuado para auxiliar, na disseminação de práticas, de formas de manejo, o público principal, que são os produtores rurais, os agricultores familiares, aqueles que, ao manejar água e solo de forma correta, poderão efetivamente auxiliar na revitalização dessa grande bacia que é a do Rio São Francisco, o Rio da Integração Nacional.

Estamos agora, por exemplo, com uma frente em defesa das barraginhas, tecnologia social que, de tão simples que é, no início muitos não acreditavam nela, na difusão dessa ideia, não lhe davam valor, achavam que isso era estragar o terreno, fazer buraco no terreno. Hoje já estamos com os primeiros resultados concretos: diversos cursos d'água foram revitalizados e nunca mais cortaram, nunca mais secaram.

As barraginhas ganharam, então, reconhecimento e importância e hoje são objeto de diversas políticas públicas por parte dos governos estadual e federal. Agora mesmo acabamos de celebrar, com o Consórcio Intermunicipal do Vale do Urucuia, um convênio com a Codevasf para realização de 13 mil barraginhas na bacia do Rio Urucuia. E acompanhamos de forma atenta, auxiliando com informações e ajudando a mobilizar algumas organizações que participam de sua elaboração, um edital do PNUD, com o Ministério do Meio Ambiente - que vai alcançar 12 Municípios da bacia do Rio Paracatu -, em cujo arcabouço recomenda-se a utilização de tecnologias sociais, entre as quais o próprio edital inclui as barraginhas, apresentando-as como uma tecnologia adequada para o controle de processos erosivos, proteção de nascentes, revitalização de áreas degradadas e de proteção ambiental.

Mas o artigo da Ministra Marina Silva, Presidente, dialoga também com uma grande preocupação dos ambientalistas de maneira geral, referindo-se principalmente a algumas propostas que, tramitando no Congresso Nacional, querem de alguma maneira, como diz a própria Ministra em seu artigo, jogar por terra esse arcabouço jurídico de defesa ambiental, duramente conquistado ao longo dos últimos anos e fruto de muito debate, participação e movimentação por parte daqueles que há muitos anos defendem essa postura, que hoje ganha corpo no Brasil e no mundo, do cuidado com as questões ambientais. O aquecimento global e as mudanças climáticas estão aí, demonstrando a correção daqueles que, por antecipação, assentados em pesquisas, evidências e conceitos hoje já bem consolidados - como o conceito do desenvolvimento sustentável, efetivamente ainda em construção -, defendiam a proteção ambiental.

Mas que ofensiva é essa que está no Congresso Nacional? Gostaríamos de relacionar algumas. A Senadora Kátia Abreu, da Confederação Nacional da Agricultura, é autora de projeto de lei que anula o Plano Nacional de Combate ao Desmatamento. Parece-me inacreditável: como uma Senadora pode propor, por uma iniciativa, que simplesmente se jogue por terra, anule-se toda uma organização, um arcabouço consolidado no Plano Nacional de Combate ao Desmatamento? Há também a Medida Provisória nº 422, em que se autoriza o governo a passar para mãos privadas áreas de até 1.500ha, sem licitação; a Medida Provisória nº 458, em que se pretende legalizar áreas que foram griladas. E há 18 outros projetos de decretos legislativos nessa área, também na linha que ameaça a legislação ambiental já consolidada. Há ainda toda uma discussão a respeito de créditos oferecidos pelo BNDES sem o devido cuidado para evitar que empréstimos desse Banco alcancem empresas do setor agrícola e pecuário sob suspeita de denúncias de desmatamento ilegal.

São questões importantes, que também chegam aqui. Temos visto muitos colegas nesta Casa questionando, por exemplo, as áreas de proteção permanente e pronunciando-se sobre o "absurdo" que representa o fato de que 20% da propriedade tenham que ser preservados como reserva legal. Entendemos que isso é o mínimo, o básico.

É preciso garantir que a natureza seja preservada efetivamente, que descanse e que os tratos de rotação de cultura, uma técnica antiquíssima, que deve ser recuperada, tenha o alcance devido para fazermos frente a esse desequilíbrio ambiental, tão presente nos tempos atuais.

Sr. Presidente, queremos ainda trazer uma informação interessantíssima, a iniciativa do MEC de certificar o saber não formal. Trata-se daquele saber que não é acadêmico, que não é construído nem consolidado nos centros de pesquisas, universidades e instituições formais que elaboram o conhecimento. Aquele saber que nasce da experiência cotidiana, do aprendizado, que vem da escola da vida, que é adquirido ao se executarem as tarefas e desenvolverem-se as ações. O MEC fará isso por meio da Secretaria de Educação Profissional Tecnológica, que coordena todo ensino profissional tecnológico no País nas antigas escolas técnicas, hoje Institutos Federais de Educação e Tecnologia - Ifets -, que estão sendo disseminados por todo País e alcançarão 354 unidades até o final de 2010, ampliando significativamente o alcance dessa rede. Aliás, em Paracatu e Arinos estamos prestes a inaugurar, com a presença do Presidente Lula, duas unidades dos Ifets, que vão revolucionar a oferta do ensino técnico profissionalizante.

A ideia é muito bem-vinda porque pretende adotar um sistema de avaliação para aqueles que têm o domínio de um conhecimento, por exemplo, um pedreiro, um ajudante de pedreiro ou carpinteiro, assim como tantos outros profissionais que adquiriram seu conhecimento no trabalho e não passaram por nenhuma escola. Na sua maioria, esses profissionais não tiveram oportunidade de estudar e aprenderam seu ofício justamente porque tiveram que ir à luta e ganhar a vida trabalhando, e não tiveram a oportunidade de entrar em uma escola formal e ter reconhecido seu saber por meio de um diploma legal que reconhecesse o saber que já detinham.

Há quatro experiências-piloto: em São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Norte e Mato Grosso. O que se espera é a ampliação dessa iniciativa para as 354 unidades da rede federal de educação tecnológica no País, até o final de 2010. Queremos louvar essa iniciativa e desejar que seja coroada de sucesso, e que o saber informal, tradicional, que vem das comunidades, de domínio público e do cidadão comum possa ser analisado, medido, avaliado e certificado. Muito obrigado.

## MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 18/5/09, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Djalma Diniz

nomeando Cristiano de Souza Valente para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas.

Nos termos das Resoluções nº 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e das Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo:

exonerando João Batista Reis do cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão VL-31, 8 horas, com exercício no Gabinete da 1ª Secretaria;

exonerando João Paulo Araújo Costa Júnior do cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão VL-31, 8 horas, com exercício no Gabinete da 1ª Secretaria.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 22/2009

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2009

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar, no dia 3/6/2009, às 14h15min, pregão eletrônico, por meio da internet, do tipo menor preço global, tendo por finalidade selecionar a proposta mais vantajosa para a contratação de empresa para a prestação de serviços de controle e extermínio de pragas urbanas.

O edital encontra-se à disposição dos interessados nos "sites" [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br) e [www.almg.gov.br](http://www.almg.gov.br), bem como na Comissão Permanente de Licitação da ALMG, na Rua Rodrigues Caldas, 79 (Edifício Tiradentes), 14º andar, onde poderá ser retirado, no horário das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha ou gratuitamente, em meio eletrônico. Neste caso, o licitante deverá portar disquete próprio.

Belo Horizonte, 19 de maio de 2009.

Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral.

TERMO DE CONVÊNIO

1ª Conveniente: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. 2ª Conveniente: Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais. Objeto: estabelecimento de cooperação mútua entre os partícipes, a fim de maximizar as ações de polícia preventiva necessárias ao exercício do mandato eletivo. Vigência: 12 meses a partir da data da assinatura.